



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MUNICÍPIO DE ESTARREJA



MENSAGEM DO PRESIDENTE





NOTAS INTRODUTÓRIAS

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Enfrentamos hoje desafios que há poucos anos nunca sonharíamos viver ou ter que enfrentar. A crise económica e financeira é uma realidade, impondo-se uma gestão Municipal mais imaginativa, com sentido empreendedor e responsável.

A sustentabilidade é palavra de ordem nos investimentos do futuro, sendo bem reais as exigências de um novíssimo Quadro Comunitário que obrigará a projetos inovadores, demonstrativos da aptidão para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

E isso faz parte deste novo ciclo connosco...

Este Orçamento Municipal marca esse início. Um primeiro passo numa viagem que prevemos promissora. Viagem que nos levará ao que queremos e pelo que pretendemos lutar...

Um **Município desenvolvido, moderno e sustentável!**

Damos o destaque que prometemos ao **desenvolvimento económico e o Eco-Parque Empresarial de Estarreja** é um dos principais protagonistas desta nossa caminhada. Apostamos na atração de empresas e criação de emprego e assumimo-lo como principal motor de desenvolvimento económico local e regional.

Como sinal desta nossa aposta, afetamos verbas e reafectamos o valor remanescente do empréstimo contraído em 2012, à **aquisição de terrenos no Eco-Parque Empresarial**, de forma a podermos responder de forma rápida e ágil à procura por parte de investidores. E é também nesse sentido que vamos avançar em 2014 para uma **revisão do Regulamento de venda de terrenos**, de forma a adequar o mesmo ao contexto atual do mercado.

Temos no horizonte a **Reabilitação Urbana**, com o objetivo de renovarmos a fachada urbana, fixar moradores e rejuvenescer o comércio local.

No ano em que o **Mercado de Estarreja** completa 50 anos de existência, avançamos para a elaboração do **projeto de requalificação**, numa lógica de **integração da dimensão económica e da reabilitação urbana**, ganhando assim escala, dimensão e enquadramento, em linha com a estratégia regional para o Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020.

Com a conclusão da requalificação e beneficiação do Ribeiro de Salreu, Ribeiro de Canelas e Esteiro de Estarreja, por parte do POLIS da Ria, e com o lançamento próximo da empreitada de requalificação das Ribeiras de Veiros e Mourão (2ª fase), projetamos a **aposta no Turismo**, na sua vertente ambiental, tendo como o foco o **BIORIA**, que continuará a ser aposta clara do Município, com a promessa de fazer crescer a marca, associando-a também aos produtos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar.

A realização em 2014 da **Feira OBSERVARIA** vem sublinhar o estatuto singular da nossa região no contexto do "birdwhatching".

Em paralelo, com a beneficiação (em projeto) das ribeiras de Pardilhó (POLIS da Ria) e com a elaboração do projeto de beneficiação do **antigo Estaleiro da Ribeira da Aldeia**, e sua transformação futura no centro de interpretação da construção naval, queremos



ainda dar especial relevo ao **património cultural e etnográfico** da nossa região, transformando-os em fator de atração turística.

A forte presença industrial e empresarial tem marcado a história do Município de Estarreja, o que nos faz apostar também numa nova vertente turística de atração ao território: o **turismo industrial!**

Face à ausência de resposta por parte da Administração Central aos (cada vez mais usuais) prejuízos causados à nossa **rede hidrográfica** pelo avanço da **água salgada**, **aumentamos para o triplo** as verbas previstas (tanto diretamente como através de comparticipação às Juntas de Freguesia como ainda através do melhoramento de caminhos indexados aos percursos do BIORIA) para a **proteção aos campos agrícolas** concelhios do Baixo Vouga, **apoando assim os nossos agricultores**, na expectativa de que o novo quadro de apoio comunitário comum possa, finalmente e no que diz respeito a Portugal, integrar a conclusão do Projeto Agrícola do Vouga.

A **Política Social** mereceu-nos também a maior preocupação. Projetos novos e outros como o "Habitação nas Freguesias", "Casa Melhor" e demais compromissos assumidos ao longo dos anos e aqui continuados ou replicados, vão engrossando uma já profunda pegada social. Neste contexto, **aumentamos** os valores propostos para o **Projeto de Habitação Freguesias**, mantemos no mesmo nível o **Programa Casa Melhor** e mantemos também o valor afeto ao programa de emergência Social Estarreja+, salvaguardando ainda todos os compromissos anteriormente firmados com IPSS's tendo em vista o apoio a investimentos de capital das mesmas.

Pese a sua pujança, queremos nova dimensão para a **Dinamização Cultural**. Em parceria com as Coletividades, pretendemos uma abordagem integrada e dinâmica da política cultural, capaz de mobilizar os diferentes agentes locais, articular os vários projetos, locais e regionais.

Assumindo também papel de protagonista de destaque cultural, o **Carnaval** merece-nos relevante esforço no investimento.

O **Desporto**, como divisa importante da nossa comunidade, mantém lugar de referência. É essencial a sua dinamização e o apoio às coletividades que o fomentam. Apraz-me dizer que também o Garci-Cup, evento desportivo de grande importância para o Concelho, já ganhou lugar no documento mais importante da gestão municipal.

Assim, no apoio às **coletividades desportivas e culturais**, em contexto de austeridade (infelizmente) reforçada no país, não exerceremos tal pressão sobre este importante universo e vamos **manter** os valores do ano transato no que diz respeito a **despesas correntes**. Já no que respeita às **despesas de capital**, vamos investir **mais de 100.000,00 €** só em 2014 (apoio esse que se prolongará em alguns casos pelos 3 anos seguintes) na **conservação de instalações desportivas** (Pavilhão Municipal de Avanca, Pavilhão Associação Cultural de Salreu, Pavilhão do Arsenal de Canelas, novo Sintético do Clube Desportivo de Estarreja e novo relvado da Associação Atlética de Avanca). Sublinhamos assim, desta forma, a **importância** que, mais ainda em contexto de crise social e económica generalizada, deve ser dada às **coletividades** pelo serviço que prestam para a **coesão social** em todo o Concelho.

De todas estas e as demais atividades correntes e investimentos (e ainda haveria muito por referenciar especificadamente), importa fazer uma referência especial à forte aposta que faremos nas **Freguesias** e nas habituais Delegações de Competências. Propomos o **maior valor de sempre** em termos de **comparticipação** para a execução de **arruamentos**, **mantendo** inalterável os valores nas restantes áreas alvo de **protocolo**,



sem prejuízo dos ajustes devidos pela nova reorganização do mapa das freguesias do Concelho.

O esforço de consolidação (e realismo) orçamental tem neste orçamento para 2014 mais um sinal incontornável. Em termos globais **o valor total do orçamento será de 17.500.000,00 €, reduzindo 3.200.000,00 € face a 2013 (redução de 15,46%)**.

Como atrás já se referiu, 2014 será um ano marcado pelo peso avassalador da austeridade, e será expectável que continue a existir uma forte pressão sobre as receitas municipais.

Do lado da despesa corrente, fizemos e continuamos a fazer o nosso papel, em linha com a generalidade da Administração Local, que se ajustou muito mais rapidamente que a Administração Central. E este ano, mercê desse continuado esforço de poupança corrente, podemos afetar receitas correntes para financiamento de despesas de capital, o que encerra, em qualquer parte do mundo, um excelente indicador de performance financeira. Acresce aqui **uma notória diminuição do valor associado às aquisições de serviços**, muito por via do já implementado **programa de Gestão pela Melhoria**.

Por outro lado, só um desempenho razoável do lado das receitas correntes, muito por via da cobrança de impostos diretos, nos permite fazer face aos investimentos de capital previstos, que viram a sua receita diminuir drasticamente por via da redução das transferências do Orçamento de Estado, por um lado, e pela fase terminal em que nos encontramos do QREN 2007-2013, por outro.

Nesta conturbada conjuntura, **apesar de diminuirmos o valor global do orçamento, não quisemos deixar de manter e em alguns casos aumentar as dotações orçamentais de algumas rubricas, o que é conseguido graças precisamente à afetação de receitas correntes**.

Assim, num equilibrado exercício financeiro para 2014, e com firme propósito, rumaremos contra ventos economicamente desfavoráveis e potenciaremos os nossos recursos e infraestruturas, garantindo o desenvolvimento do nosso Concelho. É a isso que aspiramos e espelhamo-lo neste Orçamento Municipal!

O Presidente da Câmara Municipal de Estarreja,

Diamantino Sabina

NOTAS POR ÁREAS DE ATIVIDADES MUNICIPAIS





NOTAS POR ÁREAS DE ATIVIDADE MUNICIPAL

Comunicação e Relações Públicas

Turismo

Bioria

Administrativa e Jurídica

Obras Particulares

Planeamento Territorial e Urbanismo

Inventariação e Gestão da Informação Geográfica

Gestão Económica e Financeira

Educação

Juventude

Assuntos Sociais

Cultura

Desporto

Projetos e Obras Municipais

Higiene e Limpeza pública

Ambiente e Serviços Urbanos

Espaços Verdes

Equipamentos e Vias

Proteção Civil



COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

A **Comunicação Institucional** é uma ferramenta de gestão integrada, responsável pela construção da identidade e imagem organizacional que contribui para um desenvolvimento mais eficaz dos valores, missão e visão da Câmara Municipal.

O Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Turismo (GCRPT) tem como missão implementar as políticas de comunicação institucional, interna e externa, mantendo informados os diversos públicos da autarquia acerca da atividade municipal, em especial os seus Municípes e os seus colaboradores. Enquanto serviço transversal a toda a autarquia, zela pela uniformidade e coerência da comunicação institucional, funcionando em estreita articulação com todas as unidades orgânicas.

Em 2014, o GCRPT **assume o desafio de promover um plano de comunicação global da Câmara Municipal de Estarreja, com vista à consolidação da imagem e identidade institucional, promovendo o Município, interna e externamente, e reforçando a sua credibilidade organizacional.**

A concretização deste desafio implica a gestão eficaz e eficiente da informação, envolvendo e comprometendo todos os serviços municipais, designadamente através de:

- **Planeamento da Política de Comunicação Institucional:**
 - Promover a realização de diagnóstico ao nível da comunicação interna e externa, elaborando o **plano de comunicação global** da Câmara Municipal e respetivo acompanhamento;
 - Elaborar o manual de identidade e comunicação da Câmara Municipal;
 - Elaborar planos de comunicação específicos para projetos estratégicos para o desenvolvimento do território, ao nível económico, turístico, cultural e social, projetando o Município além-fronteiras

- **Conceção e atualização de conteúdos:**
 - **Promover a conceção, desenvolvimento e acompanhamento das campanhas de comunicação e imagem, de suporte às iniciativas desenvolvidas pelo município;**
 - Assegurar a produção, manutenção e divulgação de conteúdos no portal web do Município, nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais;
 - Consolidar a presença do Município nas Redes Sociais;
 - Conceber anúncios institucionais para divulgação na rádio local;
 - Conceber produtos comunicacionais tão diversificados como flyers, cartazes, outdoors, mupis, livros, catálogos, placas diversas, t-shirts, convites, livros;
 - Coordenar e executar 3 edições do Boletim Municipal e 3 edições da Agenda Cultural do Município;
 - Assegurar a produção de Newsletters em formato digital, com elaboração textual e gráfica, garantindo a sua difusão sustentada em base de dados previamente estabelecida.

- **Comunicação de eventos:**
 - Promover conferências, seminários, reuniões, feiras temáticas, espetáculos e outros eventos institucionais, potenciando a interação com o seu público-alvo, através do envio de convites e outros meios;
 - Executar planos de utilização de painéis publicitários, nomeadamente estruturas de mupis e outros;



- **Relacionamento mediático:**

- Consolidar o trabalho facilitador da relação com os media, apoiando o acesso e veiculação de informação aos órgãos de comunicação social, locais, regionais e nacionais;

TURISMO

O Município de Estarreja é um espaço caracterizado, geralmente, pela sua afirmação empresarial. Contudo, e cada vez mais, existem fatores de atratividade em termos turísticos que queremos potenciar.

A existência de um património natural, paisagístico e ambiental já reconhecidos pela atribuição do **Prémio de Turismo de Ambiente ao BIORIA**; a marca única deste território com a **Casa-Museu Egas Moniz**, potenciando a dinamização do turismo científico; as **Festas de Santo António**, com o envolvimento de toda a comunidade na sua dinamização; o **Carnaval e o Cine Teatro** que atraem públicos locais, regionais e nacionais, levam-nos a apostar na elaboração de um **plano estratégico para o desenvolvimento turístico do Município de Estarreja**, que projete a nova imagem Estarreja, ligada à biodiversidade, à cultura e ao desenvolvimento sustentável.

Salienta-se aqui a existência de produtos regionais de grande valor (Arroz de Salreu, Pastel do Antuã, Mel do Antuã, Broa) que merecem ser promovidos no âmbito da **criação de uma rede de promoção turística, e de uma marca local ou regional**.

Por outro lado, e pela forte presença industrial e empresarial que tem marcado a história do Município de Estarreja, apostaremos, também, numa nova vertente turística de atração ao território: o **turismo industrial!**

O desenvolvimento turístico de Estarreja, sendo claramente uma alavanca do desenvolvimento local e regional, deverá assentar num projeto devidamente planeado e sustentado, onde no âmbito do seu plano de ação a estratégia de comunicação é essencial. Potenciar os fatores diferenciadores e únicos do nosso território, comunicando-os de forma eficaz, em articulação com o Turismo Centro Portugal e com a CIRA, será a chave do sucesso da atração de turistas a Estarreja.

BIORIA

O BioRia é cada vez mais uma imagem de marca associada a Estarreja. Os benefícios resultantes da forte aposta na requalificação e valorização da frente lagunar são evidentes a todos os níveis. Quer pelos milhares de visitantes que durante todo o ano visitam a Rede de Percursos Pedestres, quer pela oferta da tão almejada "qualidade de vida" daqueles que usufruem das condições existentes, demonstrando assim que com responsabilidade ambiental é possível ter uma cidade com forte atividade industrial de mãos dadas com a Natureza.

O **Turismo de Natureza**, para o qual temos por excelência imensos valores naturais, é cada vez mais uma realidade local que se afirma no panorama nacional e internacional. Conseguir trazer a feira **ObservaRia** para Estarreja é a prova do reconhecimento e valorização da aposta municipal no BioRia. Agendada para os dias 12 e 13 de abril, esta feira será a versão norte da maior referência nacional do turismo de natureza, a ObservaNatura, que vai já na quinta edição em Setúbal.



Rede de Percursos Pedestres

Após conclusão da rede de percursos pedestres em 2013, marcada pela inauguração do oitavo percurso de Fermelã, 2014 será o ano de potenciação e promoção conjunta dos trilhos naturais. Criar percursos temáticos dentro dos existentes será o próximo desafio, assim como dotar a rede de novas valências, tais como observatórios e mais equipamentos de apoio aos visitantes para, desta forma, reforçar a atratividade do Concelho.

Centro de Interpretação Ambiental

O Centro de Interpretação Ambiental localizado no início do percurso de Salreu, permitiu criar um mecanismo orientador do visitante para as áreas geográficas circundantes, sendo este o ponto de referência da Rede de Percursos Pedestres do Projecto BioRia.

Para o ano de 2014, pretende-se:

- Dinamizar o espaço com a abertura diária de abril a setembro, em articulação com o edifício requalificado pelo Polis;
- Analisar a pertinência de manter o centro aberto durante todo o ano;
- Potenciar o espaço dedicado aos investigadores;
- Ter uma esplanada que funcione como mini bar ecológico;
- Disponibilizar equipamentos de apoio à visita (bicicletas, binóculos, guia mp4 trilingue, caiaques e o veículo elétrico);
- Divulgar o concelho e o Projeto com a venda de artigos de merchandising;
- Desenvolver atividades de sensibilização ambiental;
- Fomentar a educação ambiental instalando um gerador eólico e painéis solares.

Atividades

9

Paralelamente, e tendo em conta o crescimento do projeto, pretende-se desenvolver um conjunto de atividades destinadas a um público diversificado, dando a conhecer o inestimável Património Natural que Estarreja é detentora e atraindo desta forma mais visitantes.

Atividades a desenvolver:

- Visitas guiadas aos Percursos Pedestres (Escolas, Biologia no Verão, Campos de Férias, Festival Sénior, entidades privadas, Grupos organizados etc.);
- Seminários/conferências de apresentação do Projeto e dos estudos científicos desenvolvidos;
- Cursos e workshops;
- Maratona Fotográfica 24 de BioRia;
- Passeios em Kayak.

Divulgação

Pretende-se dar a conhecer todas as valências do projeto através dos mais diversos meios, donde se destaca:

- Participação em feiras, seminários e colóquios;
- Candidaturas a prémios na área de Turismo e Ambiente;
- Criar uma Reserva/Parque Natural
- Criar vídeo que ilustre toda a rede de percursos pedestres;
- Dinamizar e promover o site www.bioria.com;
- Fomentar a promoção de parcerias com entidades, como a Turismo Centro Portugal, a CP, a FCMP, Hotéis, Pousadas, entre outras;
- Promover artigos de Merchandising.



A organização do **ObservaRia** será uma marca de referência no ano de 2014 para o Município, dado tratar-se do maior evento de sempre dedicado ao Turismo de Natureza em Estarreja. Esta feira terá vários pontos de interesse, no entanto destaca-se a vinda de três nomes de relevo mundial: Killian Mullarney, autor do guia das aves da Europa, David Lindo, apresentador da BBC e René Pop, um dos melhores fotógrafos do mundo.

Considerando que os **estudos científicos** são um pilar de extrema importância para o Projeto BioRia, pretende-se aprofundar esta componente através de uma parceria com Universidade de Aveiro, sendo a base para a criação de novos projetos.

ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

O ordenamento jurídico português estipula que a Administração Pública na relação com os cidadãos deve atuar em obediência a princípios, entre outros, o da justiça e o da imparcialidade que determinam que *"no exercício da sua atividade, a administração deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entre em relação"*. Mas outros princípios gerais se poderiam invocar, como os princípios da igualdade e da proporcionalidade, artigo 5º do Código do Procedimento Administrativo, que estabelece que *"nas suas relações com os particulares, a administração pública deve reger-se pelo princípio da igualdade, não podendo privilegiar, beneficiar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum administrado em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território, de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social."*

Para assegurar a prática de tais princípios, a administração autárquica garante que os seus agentes atuam perante os cidadãos com imparcialidade, desde logo ao determinar um conjunto de incompatibilidades e impedimentos e criando estruturas organizativas, como a DAJ, para que, com base na hierarquia, continuidade, impessoalidade e competência, segundo regras prescritas e sem arbitrariedades, pugnem pela resolução eficaz e eficiente dos inúmeros problemas que hoje são colocados à administração local, sobretudo com maior ênfase no difícil período que o nosso país atravessa.

Sem prejuízo da observância de tais princípios, é hoje essencial, face à incapacidade de encontrar respostas e de contrariar o desespero de muitos, quer pela ineficácia da mensagem quer da sua irrazoabilidade em evitar ou minimizar os problemas reais das pessoas, dotar os trabalhadores da autarquia de uma especial sensibilidade social, atenta a dura realidade da vida que compense o distanciamento e impessoalidade burocrática, ditados pela aplicação dos citados princípios fundamentais.

Para tanto urge que as autarquias, em particular a Câmara Municipal de Estarreja, façam uma aposta profunda e inequívoca nos seus recursos humanos, através de um adequado Plano de Formação, potenciando as suas capacidades e competências, motivando-os e desafiando-os com objetivos e metas simultaneamente ambiciosas mas alcançáveis.

Garantir a eficácia e eficiência dos seus recursos humanos num quadro nacional e local de escassos recursos financeiros e no baixo orçamento dos últimos anos, é permitir a possibilidade de adequadas e sustentadas respostas aos justos anseios das populações.

Como sabemos, o Estado e os municípios ocuparam-se durante décadas da realização de um conjunto de tarefas que tradicionalmente eram consideradas atribuições suas e que deviam prosseguir de forma permanente e continuada. Discute-se hoje quais as funções



essenciais, o que efetivamente e considerando os recursos escassos é ou deve ser função do Estado ou das autarquias.

A estabilidade institucional do sector público e o carácter tendencialmente perpétuo das suas funções fizeram nascer o conceito de Função Pública, entendida como o corpo profissional e permanente de servidores públicos em cujo estatuto se inseria o direito a uma carreira fundada na nomeação definitiva. No entanto, o desenvolvimento económico da sociedade, a expansão da iniciativa privada e a empresarialização de algumas atividades públicas vieram por em causa algumas funções do Estado, com isso se justificando a redução do número de funcionários e a progressiva equiparação dos mesmos aos trabalhadores do sector privado.

Certo é, que desde sempre, em todas as sociedades civilizadas, o interesse público prevaleceu sobre o interesse privado, daí não ser possível equiparar funcionários públicos aos trabalhadores do setor privado, devendo os respetivos regimes refletir tal diferença, na medida em que os primeiros servem a comunidade, isto é a generalidade dos cidadãos e os segundos servem os seus patrões e interesses particulares.

Contrariamente aos trabalhadores privados, os funcionários públicos estão vinculados na sua atividade aos princípios da legalidade, da isenção e da prossecução do interesse público, entre outros, não podendo em regra exercer outras atividades remuneradas, exercendo as suas funções em regime de dedicação exclusiva à comunidade e ao serviço público, constituindo este capital humano o principal vetor de desenvolvimento municipal. Tais verdades aplicam-se com particular acuidade ao poder local, em virtude da proximidade da sua ação com as populações e simultaneamente exigem o compromisso da realização dos seus fins com a prática permanente dos princípios gerais supra citados e elencados no Código do Procedimento Administrativo.

Como por todos é sabido, em 2014 teremos um Orçamento de Estado que exige mais a uns que a outros, num enorme e violento esforço de consolidação orçamental do País e equilíbrio das contas públicas. O Orçamento Municipal e respetivo Plano de Atividades constituem um corolário lógico de tais medidas.

11

Neste esforço coletivo que resulta em parte do Memorando de Entendimento subscrito com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (TROIKA), os Municípios continuam a ser chamados a contribuir de forma particularmente significativa, quer através da diminuição de receitas, da sua capacidade de endividamento, quer na imposição da redução de despesas correntes e de investimento.

Nestas dificuldades, poderemos também encontrar oportunidades únicas para racionalizar, introduzir escala e sustentabilidade, reforçar princípios de equidade quer na despesa quer no acesso a bens e serviços.

Conforme já se referiu nestas notas em Orçamentos anteriores, estamos enquanto País e enquanto Município num momento histórico de mudança de ciclo e concretamente no início de um novo mandato como novos atores políticos.

A acompanhar tal mudança de ciclo, com a tomada de posse de novos eleitos locais, reúnem-se condições e oportunidades para definir objetivos estratégicos locais e regionais e imprimir orientações de gestão adequadas a um momento decisivo da história do municipalismo.

Atualmente são as condições imateriais: a educação, a cultura, o acesso ao conhecimento e a promoção de sistemas de incentivo à inovação, a formação e aprendizagem ao longo da vida, a participação nas redes e comunidades de partilha de



informação, conhecimento e inovação, o bom acolhimento aos cidadãos e a constituição de comunidades criativas, a qualidade do ambiente natural e urbano, a mobilidade, a educação e a coesão social que estão no centro das políticas de desenvolvimento.

Em 14 de junho de 2014, o **Mercado e Feira municipal** completa 50 anos de existência desde a sua inauguração, não tendo desde então sofrido intervenções estruturais profundas. Será porventura uma oportunidade para refletir sobre a importância de tal equipamento público numa zona central da cidade perspetivando o seu futuro, projetando soluções que satisfaçam os interesses das populações através de abertura da promoção de um fórum de discussão entre técnicos, utentes, consumidores, eleitos locais e comunidade.

Assume também redobrado protagonismo a participação cívica dos cidadãos, sobretudo através de plataformas de discussão e informação que por vezes se traduzem na apresentação de propostas, de opções e ideias que encontram adequada resposta em orçamentos participativos.

Conforme se tem vindo a acentuar, as autarquias terão doravante que valorar as funções de conceção, fiscalização, gestão de sistemas, redes e infraestruturas, equipamentos, acompanhando e controlando as concessões, exigindo aos seus quadros um desafio de elevação do nível de tecnicidade e de qualificação de modo a que possam responder aos novos desafios, cumprindo a sua missão de satisfação dos interesses comuns das suas populações, que tendem a ser mais exigentes e diversificadas.

Atravessamos pois grandes reformas na administração pública e de mecanismos de contenção de despesa pública com impacto também nas autarquias, em particular na **gestão e motivação de recursos humanos** (que irão ser obrigados a trabalhar mais ganhando substancialmente menos), que obrigarão os serviços a permanente atualização de conhecimentos ao nível da legislação e, por outro lado, a um maior controlo crítico e rigor na monitorização das despesas.

Por outro lado, assistiremos em 2014, no âmbito de uma reorganização territorial das freguesias, municípios e comunidades intermunicipais, e por força da entrada em vigor da Lei 75/2013 de 12/9 ao exercício de competências e funcionamento descentralizado e partilhado que importa preparar de forma articulada. Daí a importância da fundamentação de facto e de direito que todas as decisões devem revestir, como é o caso dos despachos ou das deliberações do órgão executivo – Câmara Municipal e que se baseiam em informações, pareceres, relatórios ou projetos elaborados pelos serviços públicos.

Nesse sentido, não deixará de pugnar por um **atendimento personalizado e centralizado** através do seu front-office, possibilitando uma gestão participada e aberta ao cidadão, utilizando canais de comunicação e informação que garantam qualidade, rigor e celeridade nos procedimentos e informações que alcance padrões globais de satisfação dos munícipes que se refletem na **Certificação da Qualidade da organização**, apostando em 2014 na redução/eliminação de serviços de atendimentos dispersos por várias unidades orgânicas e edifícios, para isso sendo indispensável forte empenho político em obter tal desiderato.

A **modernização e a simplificação administrativas** são processos que exigem um cuidado planeamento e será na área dos conteúdos e serviços on-line que continuaremos a apostar através do **balcão virtual** da página da Internet, nomeadamente webservices, procurando diminuir as deslocações dos cidadãos. Nesse sentido, é imperioso que todos os serviços exerçam contínua e apertada vigilância e monitorização dos respetivos conteúdos na página oficial da autarquia, cabendo em especial ao gabinete de comunicação a sua boa gestão.



Internamente, continuaremos a trilhar o caminho da reengenharia dos processos e consequente **desmaterialização e tramitação eletrónica** dos processos a sua Gestão Documental e Workflow, sendo contudo necessário refletir permanentemente sobre os resultados já alcançados e definir as metas a atingir.

Quanto ao **Arquivo Municipal**, pretende-se criar condições no espaço atual para a melhoria da sua disponibilização, quer interna, quer externa, através de requalificação do seu espaço físico destinado à consulta por parte dos munícipes e investigadores, disponibilizando o fundo documental histórico do Município, com divulgação via balcão virtual, sem perder de vista o objetivo último que é instalar o arquivo em edifício adequado as suas funções, o que não se vislumbra para o ano de 2014, por óbvias razões de política orçamental.

Face à crise e à enorme quebra de receitas por via das transferências, importará dar maior atenção do ponto de vista das finanças locais às receitas próprias do Município em matéria de **liquidação e cobrança de taxas**, impondo-se adequada resposta nos procedimentos e na organização e manutenção dos processos ligados às taxas municipais, mantendo atualizados os ficheiros de informação, de forma a zelar pelo cumprimento da legislação, regulamentos e posturas respeitantes à cobrança de taxas e licenças, como importante fonte de receita municipal, melhorando a qualidade existente e potenciando o controlo e a definição de políticas tributárias.

Desde logo por razões de justiça e equidade, não se deixará de garantir ao consumidor e população em geral, na área do Município, o necessário **controlo metrológico, higiénico sanitário e fiscalizador** das múltiplas atividades desenvolvidas no Município em áreas fundamentais como a higiene e saúde pública sanitária, comércio e abastecimentos, sobretudo quando no país se avança com políticas de simplificação de licenciamento (como por exemplo o licenciamento zero) e se põe a tónica na fiscalização sucessiva ou à posteriori.

Em complementaridade com a **fiscalização municipal** e com os restantes serviços da autarquia, através das respetivas aplicações informáticas, o serviço de **contra ordenações e execuções fiscais** surge como o setor que tem por missão fazer valer os atos de gestão do município e das decisões tomadas, aos olhos dos munícipes, com a consequente tomada de medidas de coação que possibilitem a reposição da legalidade, sempre que se detetarem ou forem denunciadas situações de incumprimento da lei e dos regulamentos municipais.

Face à multidisciplinaridade e transversalidade exigida no tratamento de algumas matérias, a validade de determinados atos de gestão do município tem ainda de ser assegurada do ponto de vista da sua conformidade com a lei, prestando-se sempre que solicitado o respetivo apoio jurídico nas diferentes áreas de atuação da autarquia, pugnando-se, em última instância, pela defesa contenciosa dos interesses e posições do Município superiormente definidas.

Compromissos e objetivos que têm que ser assumidos e partilhados pelos eleitos e por todos os funcionários, mediante a aplicação dos princípios de serviço público e por conceitos de trabalho em equipa e de processos de melhoria contínua. Em 2014 teremos em vigor um novo regime jurídico das autarquias locais, um novo regime das finanças locais, novas competências das comunidades intermunicipais, articulação de competências com as freguesias, uma nova Lei Geral do Trabalho, um novo Código do Procedimento Administrativo, descentralização de competências do Estado e o aprofundar do guião para a reforma do Estado.



Em resumo, **melhorar o funcionamento da autarquia**, eliminando redundâncias, aumentando a eficácia e eficiência de todos os serviços e reduzindo e eliminando serviços ou atividades que não representem um uso eficaz do dinheiro público, é na atualidade nacional um imperativo categórico a que funcionários e sobretudo eleitos não podem deixar de atender, face à evidente e acentuada redução de recursos financeiros e humanos.

Contudo, a administração local apresenta várias especificidades, designadamente na especial atenção que urge ter em matéria de recursos humanos, nomeadamente devido à pequena (e pouco criteriosa) dimensão dos mapas de pessoal nas múltiplas atividades diferenciadas que o Município assume e à necessidade de recursos adicionais para novos equipamentos ou áreas de intervenção. Por estas razões, as preconizadas medidas de redução de pessoal não podem ser cegas, pois nem sempre é possível implementar medidas de mobilidade interna entre funcionários com tarefas e competências técnicas tão diversificadas.

Essencial, é hoje como nunca, olhar internamente para os recursos existentes, potenciando-os e motivando-os, de acordo com os objetivos estratégicos superiormente definidos, de forma a permitir a resolução eficaz e eficiente dos inúmeros problemas que hoje são colocados à administração local, salvaguardando os interesses próprios das populações. O país precisa das Câmaras para fixar e gerir comunidades locais, atrair empresas, potenciar empregos e promover as qualidades da região.

OBRAS PARTICULARES

Numa conjuntura económico-financeira que não privilegia o investimento imobiliário privado, que convive com um quadro legal tendente à diminuição do controlo prévio das operações urbanísticas, de que é exemplo a área da reabilitação de prédios em áreas específicas, é previsível a redução do número de procedimentos a tramitar em 2014 na Divisão de Obras Particulares, relacionados com obras de edificação.

14

Assim, as ações da Divisão de Obras Particulares programadas para 2014 serão concretizadas nos projetos elencados nas Grandes Opções do Plano, com destaque para:

- Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde do atendimento público ao acompanhamento dos processos (processo continuado);
- Manutenção dos ritmos de crescimento da informação on-line, quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, atividades económicas, planeamento, etc.;
- Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objetivos, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos;

Os principais desafios que se colocam são:

- A obtenção de níveis de qualidade de serviço suscetíveis de boa avaliação por parte dos utentes da Divisão de Obras Particulares;
- A garantia de resposta administrativa e técnica atempadas, no que diz respeito, no primeiro caso, às notificações aos interessados após disponibilidade dos processos para o efeito e, no plano técnico, na emissão de parecer para decisão superior;



- A elaboração de um Manual de Procedimentos Administrativos da Divisão de Obras Particulares, abrangidos pelo SGQ;
- A garantia do sucesso do Processo das Obras Particulares (POP) em Auditorias;
- O reforço/crescimento da implementação do procedimento de notificação por correio eletrónico.

Outros desafios se colocam na ação da Divisão de Obras Particulares, na área da **iniciativa governamental conhecida como "Licenciamento Zero"**, no processo de **Revisão do Regulamento Municipal de Administração Urbanística**, bem como com a concretização esperada do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal. Nesta área, a novidade prende-se com a integração do Setor de Planeamento e Urbanismo e do Setor de Inventariação e Gestão de Informação Geográfica na Divisão de Obras Particulares.

PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANISMO

Constituindo o ordenamento do território (e o urbanismo) um processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objetivo a ocupação, a utilização e a transformação do território de acordo com as suas capacidades e vocações, e que, visa ainda, de forma global, a criação de condições favoráveis à prossecução do desenvolvimento económico e social, do bem-estar social, e de defesa do ambiente e qualidade de vida dos cidadãos;

Afirmando-se a Promoção da Mobilidade Sustentável, como objetivo cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da União Europeia;

Sendo a estreita interdependência entre o ordenamento do território, o sistema de transportes e as condições de mobilidade de pessoas e bens, um dos temas nucleares do Planeamento Urbanístico e do desenho do espaço público;

Permanecendo, pela sua atualidade, o "Relançamento da base económica concelhia e o desenvolvimento industrial e inovação" e a "Revitalização dos centros urbanos e qualificação do território", como eixos estratégicos principais do modelo de desenvolvimento definido no "Plano Estratégico para o Concelho de Estarreja";

Então, as opções programáticas, com incidência orçamental, assumidas pelo Setor para 2014, ao nível das funções "ordenamento do território", "acessibilidade/ mobilidade" e "ambiente", continuarão a refletir a orientação estratégica do ano anterior, procurando-se dar seguimento a ações/ projetos que promovam o desenvolvimento sustentado de um território que se almeja ambientalmente equilibrado e multifuncional, de modo a gerar mais equidade social, emprego e crescimento económico.

Neste contexto, relativamente às ações/ projetos na área do ordenamento do território/ planeamento urbanístico, conquistarão particular destaque:

- A **conclusão/obtenção de "plena eficácia" da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)**, que após vicissitudes várias sofridas nos últimos anos, por força de alterações legislativas que criaram entropias no processo, dependerá agora, somente da publicação da carta da REN no município e conseqüente aprovação em Assembleia Municipal;
- A **"Alteração" do Plano de Pormenor do Eco Parque Empresarial de Estarreja (PPEEE)**, em resultado da necessidade de adaptação deste instrumento de gestão territorial, às exigências e tendências evolutivas colocadas quer pelo atual tecido



empresarial já instalado, quer ainda, pelos cenários de evolução económica previsíveis, de modo a poder corresponder aos novos perfis de "procura" de solo industrial infraestruturado, oferecendo melhores de condições de acolhimento a novos projectos de investimento;

- **A promoção de outros instrumentos de planeamento e/ ou operações/ estudos urbanísticos** de implementação de PPEEE, através da:
 - Coparticipação nos necessários processos expropriativos;
 - Execução das previsíveis operações urbanísticas (Ex: Loteamento V do Pólo A, Alteração do Loteamento IV, Loteamento do Pólo B ("Cinca"), etc.);
 - Elaboração do plano de avaliação e controlo legalmente previsto pelo Regime de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE);

Muito embora, com distinta repercussão orçamental, reclamarão também alguma relevância nas temáticas do "desenvolvimento urbanístico" e "ambiente", as seguintes atividades:

- A elaboração do plano de avaliação e controlo legalmente previsto pelo Regime de AAE relativo ao Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE);
- A contribuição na preparação da participação do Município no Quadro Estratégico Comum da União Europeia para 2014/2020 (QEC), assegurando nomeadamente, o apoio técnico à elaboração dos (novos) dossiês de candidatura a programas nacionais e europeus de cofinanciamento, que venham a estar acessíveis aos Municípios;
- A promoção do Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR);
- A promoção da Mobilidade Sustentável, designadamente através de ações com vista à redução de barreiras físicas, arquitetónicas e psicológicas, bem como, da elaboração de estudos que potenciem o "desenvolvimento e sensibilização da deslocação em modos suaves".

INVENTARIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIGIG)

Atualização de Informação: Monitorização da informação existente na BD SIG, nomeadamente nos seguintes domínios temáticos: Números de Polícia; Rede Viária; Placas de Toponímia; Ecopontos; Processos de Obras Particulares; Publicidade.

Gestão e atualização contínua do projeto de cruzamento de dados, tendo como base a Numeração de polícia, georreferenciada, bem como outra informação disponibilizada ao SIGIG (Dados fornecidos pela AdRA, Aplicação de Urbanismo, dados fornecidos pelas Juntas de Freguesia e Listagem das Finanças dos proprietários sujeitos a IMI).

Gestão da Plataforma Eletrónica SIG (Intranet e Internet): Os Sistemas de Informação Geográfica, SIG, o acesso a informação de contexto geográfico e a disponibilização de aplicações sobre tecnologia WEB, têm assumido um papel de relevo no processo de modernização da administração. Foi neste enquadramento que foi elaborada a primeira versão do Geoportal Interno e do Portal SIG (público), o qual se pretende atualizar, tirando partido de software de base já disponível.



GESTÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

"A parte mais importante do progresso é o desejo de progredir."
Lucius Annaeus Seneca

Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais

Em janeiro de 2014 entra em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais, publicado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. A busca da sustentabilidade financeira e a gestão orçamental equilibrada nas autarquias locais são os grandes desígnios da nova lei. Neste sentido são reforçados os poderes da tutela inspetiva e, por esta via, o fluxo de informação económica e financeira a prestar às entidades que acompanham e supervisionam a atividade das autarquias locais aumentará, para além da necessidade imposta da contratação de um auditor externo que analise e se pronuncie sobre as contas do Município.

Importa, neste enquadramento, recordar a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), que introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que implicou um forte aumento do escrutínio sobre as contas das autarquias.

Manual de Controlo Interno

Em 2014, a Divisão Económica e Financeira pretende rever o Manual de Controlo Interno que data de 2002, tendo em vista proceder à sua adequação às diversas alterações que têm sido introduzidas, quer ao nível organizacional quer ao nível dos normativos legais.

17

Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020

O Quadro Estratégico Comum (QEC), que chega em 2014 para substituir o atual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), irá enquadrar os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020. São cinco as prioridades do novo Quadro:

- Estimular a produção de bens e serviços transacionáveis, a internacionalização da economia e a qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa;
- Reforçar o investimento na educação, incluindo formação avançada, e em medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade;
- Reforçar a integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social;
- Promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
- Apoiar o programa da reforma do Estado, assegurando que os fundos possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.

Neste enquadramento, a Divisão Económica e Financeira irá acompanhar o evoluir a implementação deste novo Quadro com o objetivo de detetar oportunidades de investimento para o Município de Estarreja.



Gestão de Obras Municipais – Gestão de Atividades

No ano de 2013 tem estado em preparação a implementação do módulo de Gestão de Atividades na aplicação informática Obras Municipais (OBM Medidata) tendo em vista a sua utilização alargada a toda a estrutura municipal no ano 2014.

A implementação deste módulo informático permitirá a sistematização do apuramento de custos em cada atividade desenvolvida e possibilitará a recolha de informação necessária para a melhoria contínua da gestão dos recursos municipais.

EDUCAÇÃO

Alicerçado no facto das crianças e os jovens constituírem o nosso principal património, o Município de Estarreja aposta claramente numa política de educação que tem vindo a ser consolidada ao longo dos últimos anos. A ação da autarquia na área da educação articula o investimento no parque escolar (construção ou requalificação dos equipamentos escolares), do qual se salienta a abertura do Centro Escolar Visconde de Salreu em 2013, com ações de carácter mais imaterial, com a oferta de diversas atividades de complemento curricular, que constituem o **Programa Municipal de Educação**.

Neste contexto, com um papel mais interventivo nas políticas educativas, gerador de dinâmicas de desenvolvimento local, o Município de Estarreja garante, não só o cumprimento das competências formais, conferidas pela lei, mas também as competências informais, oferecendo um conjunto de atividades, em plena articulação com diversos parceiros educativos, fomentando um trabalho em rede e contribuindo para a formação de uma comunidade mais capaz e mais competente para enfrentar os desafios do futuro.

18

Ação social escolar

Enquadra-se nas medidas de Ação Social Escolar a desenvolver pelos municípios na área da educação. Constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinado a alunos inseridos em agregados familiares mais desfavorecidos, para fazer face aos encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

Refeições Escolares

Para além da competência de gerir os refeitórios nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do ensino básico, a Câmara Municipal comparticipa as refeições para os dois níveis de educação e ensino, em 100% ou 50% consoante o escalão A ou B do respetivo abono de família. Outras situações de comprovada carência económica são devidamente avaliadas para eventual apoio.

Atividades de Animação e de Apoio à Família

Corresponde ao serviço de refeições e às atividades desenvolvidas para além das 5 horas educativas diárias. Esta componente deve ir ao encontro das necessidades das famílias garantindo a ocupação das crianças para além do tempo educativo. O alargamento de horário, se necessário, poderá ser exercido, em três períodos: acolhimento (7h30-9h), almoço (12h-13h30) e prolongamento (15h30-18h30). Este ano letivo estão em funcionamento 4 prolongamentos: Padre Donaciano (18), Pardilhó (14), Mato (15) e Centro Escolar de Salreu (41 inscritos).

Transportes Escolares

A Divisão de Educação visando garantir o acesso a todos os alunos à escola e dotar a rede de transportes escolares de maior funcionalidade, organiza o Plano de Transportes



Escolares, onde estão definidos todos os circuitos necessários, o modo como irão ser executados e o número de alunos. A CME garante ainda o transporte das crianças da educação pré-escolar e dos alunos do 1º ciclo das escolas que encerraram para as escolas de acolhimento e a colocação das vigilantes em todos os serviços efetuados.

Conservação/manutenção de edifícios escolares

Temos como preocupação permanente a melhoria contínua no que concerne às intervenções de reparação e manutenção dos edifícios escolares da rede pública concelhia.

Conselho Municipal de Educação

Tem como objetivo a coordenação da política educativa com vista a melhorar a eficiência e eficácia do sistema educativo.

Carta Educativa do Município

Em 2014, proceder-se-á à revisão da Carta Educativa do Município como instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho.

Projetos educativos

Escola Ninho da Ciência

Numa aposta consolidada para a descoberta da Ciência e sensibilização para as ciências experimentais, o programa Ninho de Ciência vai às escolas do concelho para uma longa viagem no tempo até há 500 milhões de anos atrás. "Quando eramos peixes" é o tema que promete cativar os 500 alunos dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo.

Programa Música na Escola

Com o objetivo de estimular e promover o gosto pela cultura musical, em particular da música erudita, numa parceria com a Orquestra Filarmonia das Beiras, em 2014 a Câmara Municipal volta a oferecer o programa "Música na Escola", com sessões pedagógicas dirigidas aos alunos do 1.º CEB. Este projeto tem continuidade para lá das sessões pedagógicas e por isso se destaca-se aqui a importância da participação da família no Concerto de Família.

Torneio de Xadrez

O Xadrez é considerado, de forma unânime, entre muitos estudiosos, como uma poderosa ferramenta educativa. A capacidade do cálculo, da concentração, a responsabilidade e a tomada de decisões são algumas das habilidades que a prática do Xadrez, na infância, ajuda a reforçar. Assim sendo e tendo em vista não só as competências atrás referidas, mas também o convívio e a festa que é participar num torneio desta natureza, levamos a cabo pelo terceiro ano consecutivo o Torneio Municipal de Xadrez.

Festa de Natal

A Escola vai ao Pai Natal é uma iniciativa destinada a assinalar a época festiva, direcionada às crianças de todos os jardins-de-infância, escolas do 1º CEB e IPSS's. Em torno da figura do Pai Natal que é visitado por todas as escolas, cada criança recebe uma lembrança oferecida pela Câmara Municipal e entrega uma oferta destinada a causas sociais. Com este modelo pretende-se desenvolver nas crianças o espírito de dar e receber, despertando-lhes a sensibilidade para as questões da solidariedade, apelando para o verdadeiro sentido do Natal e contribuindo para a sua formação humana e cívica.



Dia Mundial da Criança

Um dia preparado a pensar especialmente nos mais novos. Dinamização de diversas atividades em articulação com os serviços da Câmara Municipal.

Gabinete de Psicologia

Tem como principal objetivo prestar apoio psicológico às crianças que frequentam a educação pré-escolar e o ensino do 1º Ciclo e às crianças sinalizadas na CPCJ. Para além disso, o Gabinete de Psicologia tem assumido a realização do Congresso de Psicologia de Estarreja.

EPIS – Empresários Para a Inclusão Social

Tem como objetivo estratégico o combate ao insucesso e o abandono escolares através da prevenção, da redução de fatores de risco e da promoção de fatores de proteção (no aluno), bem como da indução de fatores externos de sucesso (na Escola e na Família). Os objetivos específicos são: Melhorar a aprendizagem e o sucesso escolar; melhorar a vinculação dos alunos à Escola; assegurar que um número cada vez maior de jovens se mantenha na Escola até ao 12º ano com uma aprendizagem produtiva e que deixem a Escola melhor preparados para se integrar na vida ativa.

Os Mediadores EPIS aplicam um conjunto de metodologias de avaliação e capacitação para o sucesso escolar com orientação de especialistas de diversas Universidades que integram o Conselho Científico da Associação EPIS num conjunto inovador de práticas metodológicas.

Neste ano letivo, propõem-se a avaliar e/ou continuar a intervenção com os alunos sinalizados, do 5º ao 8º anos.

Juventude

Assembleia Jovem

O projeto tem por objetivo incentivar os jovens munícipes a participar ativamente na vida do Município e de proporcionar uma aprendizagem e desenvolvimento de competências sociais, comunicacionais e de cidadania, bem como o conhecimento do funcionamento das instituições democráticas.

Cartão Jovem Municipal

Tem como objetivo conceder aos jovens munícipes um conjunto alargado de vantagens que promovam a mobilidade e a aquisição de serviços em diferentes áreas.

Conselho Municipal da Juventude

Órgão consultivo do Município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

Bolsas de Estudo ao Ensino Superior

Esta é uma medida de política de ação social escolar de incentivo e motivação dos jovens estarrejenses a prosseguirem os seus estudos, ajudando à sua formação qualificada. Desta forma, pretende-se apoiar financeiramente todos aqueles que, não obstante as suas capacidades, são economicamente desfavorecidos. É, sobretudo, um sinal positivo ao potencial humano do concelho. São atribuídas 10 bolsas, com um valor mensal até 100 €, durante um período de 10 meses, correspondente ao ano escolar.

Músicos da Nossa Terra

O projeto pretende reunir, unir e mostrar o potencial musical do concelho, dando à população o orgulho de ver traduzido em realidade o talento dos músicos oriundos da nossa terra. É uma forma do concelho abrir os braços e chamar a si os músicos que se



estão a formar e os profissionais que estão dentro e fora do país, fomentando assim o enriquecimento cultural e a participação da nossa população.

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A CPCJ funciona nas instalações do município na antiga Casa dos Magistrados, com os meios logísticos, administrativos e técnicos da Autarquia. Esta é uma instituição oficial, não judicial, com autonomia funcional que visa promover os direitos das crianças e dos jovens. Atua sempre que se suspeite ou verifique uma situação de perigo, para a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento integral, causada pelos pais ou seu representante, por ação ou omissão de terceiros ou pelo próprio, sem que os pais ou outros representantes sejam capazes de a remover.

Visa promover os direitos da criança e do jovem até aos 18 anos de idade e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento.

Feira da Juventude, Formação e Proteção Civil

Iniciativa que pretende divulgar junto da população escolar e comunidade em geral informações sobre emprego, saídas profissionais, empreendedorismo, mercado de trabalho e potencialidades locais.

ASSUNTOS SOCIAIS

AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

O atual contexto socioeconómico exige que seja dada especial atenção às políticas de coesão social. A Câmara Municipal de Estarreja tem vindo a consolidar um conjunto de medidas de apoio social, concebendo programas integrados para a promoção do desenvolvimento social, através da dinamização e cooperação institucional. Destaca-se a preocupação com o apoio às franjas da população, nomeadamente as crianças/jovens e os idosos, promovendo uma melhor qualidade de vida destes municípios.

Para 2014 a Câmara Municipal assume o desafio de formalizar a **criação do Banco Local de Voluntariado**. Neste momento de maior fragilidade económica e financeira das famílias, é de extrema importância fomentar e incentivar **o exercício do dever de cidadania dos nossos municípios e instituições**, através de atividades de interesse social e comunitárias, que podem ser exercidas em diferentes áreas, como educação cívica e cultura, ação social, saúde, defesa do património, defesa do ambiente, etc.

Habitação

Programa Casa Melhor

Programa de apoio financeiro à conservação de habitação degradada de pessoas carenciadas.

O programa Casa Melhor, que já vai na sua 12ª edição, tem para este ano uma dotação global de 60 mil euros. As obras poderão ser financiadas até ao montante de 4 mil euros por agregado familiar, independentemente do custo total das obras. A autarquia cumpre assim o seu papel ativo enquanto agente social para a inclusão de todos os cidadãos, colaborando no esforço de dotar as habitações de conforto, salubridade e segurança, condição essencial para a qualidade de vida das populações. Ao mesmo tempo, alia-se na preservação do património arquitetónico e urbanístico, apostando-se na reabilitação urbana e conservação do tecido habitacional do Município.



Projeto Habitação Freguesias

Programa de apoio financeiro destinado à realização de pequenas obras de melhoria nas habitações de agregados familiares que se encontram em situação de grave carência económica.

Programa PROHABITA

Programa de âmbito nacional de Apoio Financeiro à Construção e Reabilitação de fogos:

- . Acompanhamento e articulação com serviços internos e outros;
- . Conservação e beneficiação dos 48 fogos da Teixugueira;
- . Atualização da situação das famílias a realojar.

Apoio ao Emprego

Programa Contrato Emprego Inserção

Integra-se nas medidas ativas de emprego que visam melhorar os níveis de empregabilidade e promover a inserção no mercado de trabalho dos cidadãos que se encontram em situação de desemprego, articulando-se com os mecanismos de proteção social.

Programa Contrato Emprego Inserção +

Programa desenvolvido em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o objetivo de apoiar atividades socialmente úteis, contribuindo para a valorização pessoal e profissional da população económica e socialmente carenciada e beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Coesão Social

Rede Social

Conhecer as fragilidades e problemáticas sociais mais prementes no Município, bem como a inventariação dos recursos, dinâmica e potencialidades do mesmo, é o objetivo da atualização do Diagnóstico Social do Concelho. Finalizada a atualização do diagnóstico Social, e com base neste, será delineado o **Plano de desenvolvimento Social** que definirá os eixos estratégicos e prioritários da intervenção social, tendo sempre em vista a coesão social e territorial no Município. Daremos, também, continuidade à realização do **Encontro Anual da Rede Social**.

Centro de Recursos Municipais “Estarreja Solidária”

O Estarreja Solidária é um projeto da Câmara Municipal que funciona como um espaço de centralização de bens/serviços doados pela comunidade para distribuição por famílias carenciadas e vulneráveis do concelho. A colaboração dos munícipes nas campanhas de recolha de bens é fundamental para melhorarmos a vida destas famílias. A envolvimento da comunidade em projetos de cariz social é essencial, porque toda a ajuda é bem-vinda para dar resposta aos problemas do concelho e porque **o empenho da comunidade na resolução dos problemas torna a comunidade mais coesa e mais solidária**.

Com um novo local de funcionamento, na antiga Casa dos Magistrados, no centro da cidade, este espaço comunitário tem a função de receção, gestão e distribuição de recursos materiais pela população mais desfavorecida, em estreita articulação com as entidades da Rede Social, sob coordenação da Câmara Municipal. Ao longo do ano, o centro aceita a doação de roupas, calçado, artigos e equipamentos para bebé, mobiliário, eletrodomésticos, artigos para o lar, de higiene e livros.



Fundo Municipal de Apoio Social “+ Estarreja”

Com a tendência crescente das dificuldades sócio económicas, a CME pretende apoiar famílias que se encontrem em situação de emergência social, em articulação com o Centro Paroquial e Social de Pardilhó e Santa Casa de Misericórdia de Estarreja, promovendo o programa “**+ Estarreja**” complementando a Rede Social e as medidas sociais já existentes no Município, e atendendo por outro lado a situações de vulnerabilidade social que as respostas existentes não contemplam, minimizando deste modo, as consequências dos baixos rendimentos das famílias sobremaneira os ocasionais. O **Fundo Municipal + Estarreja** tem por objetivo apoiar agregados familiares ou pessoas singulares, cujas condições sócio económicas sofreram alterações significativas, na sequência de situação de desemprego, doença súbita ou outra, impeditiva de angariar rendimentos capazes de fazer face às despesas básicas. Entende-se para este efeito como despesas básicas, as relacionadas com a aquisição de medicamentos, consumo de água, eletricidade, e gás, renda de casa ou prestação de aquisição de habitação, e outras de carácter essencial.

Atendimento Social em Gabinete

Tem por objetivo o atendimento dos Municípes com a apresentação/exposição de problemas e/ou situações problemáticas, relacionadas com famílias, crianças, jovens e idosos.

Programas de apoio à População de Idade Maior

Matinés Dançantes

As matinés dançantes constituem uma atividade que tem por objetivo proporcionar aos idosos e seus familiares, uma tarde lúdica através da dança e momentos de salutar convívio, troca de experiências e saberes.

Passeio Sénior

Integrado no Festival Sénior, tem como objetivo principal, proporcionar a pessoas com idades superiores a 65 anos um dia diferente, promovendo o convívio, a troca de experiências e conhecimentos a nível social, cultural e recreativo.

Natal dos Idosos

Tem como objetivo reunir os idosos integrados em instituições para celebrar a Quadra Natalícia em ambiente de confraternização festiva.

Cartão Sénior Municipal

Atribuir benefícios (Gerais e Específicos) aos idosos do concelho, pensionistas ou reformados, através da atribuição de um cartão, com o intuito de promover o bem-estar físico e psicológico dos seniores do concelho. Pretende-se fomentar a adesão de comerciantes ao programa. Atendendo à grave situação económica que o país atravessa, é nosso objetivo efetuar um trabalho de contacto direto com os comerciantes locais de forma a incrementar a sua adesão, promovendo o seu estabelecimento e facilitando a aquisição de bens por parte dos seniores. Por outro lado, a Câmara Municipal vai manter e consolidar o sistema personalizado na comparticipação de medicamentos.



CULTURA

A Gestão cultural do território assente numa estratégia de política cultural de valorização do território e dos seus agentes culturais e criativos, de forma concertada e consistente, é, claramente, fator de criação de riqueza, de fixação da população, de coesão social e territorial, de construção de um imaginário positivo, de valorização patrimonial, de qualificação humana, de orgulho e identidade.

Salienta-se, assim, a importância da aposta numa **política cultural assente no desenvolvimento económico e social do território**, reconhecendo-a como uma oportunidade de transformação da realidade social e da qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto, para 2014, define-se como prioridade uma abordagem integrada e dinâmica da política cultural, capaz de mobilizar os diferentes agentes locais, articular os vários projetos, locais e regionais, e definir ou articular a missão dos diversos equipamentos municipais, que contribuirá para uma nova dinâmica cultural do Município e para a definição de um modelo de desenvolvimento cultural que alie a cultura, a criatividade, a educação e a economia. O envolvimento e participação da comunidade nesta nova dinâmica, apostando particularmente na qualificação das ofertas culturais dos nossos agentes culturais, são fatores-chave desta nova estratégia cultural.

A atividade cultural é um dos vetores primordiais da atuação municipal, pois desempenha um papel preponderante na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Esta realidade é uma incitação e igualmente uma oportunidade, porque apoiada e estruturada na valorização cultural e social da sociedade, consegue fidelizar públicos e afirmar a sua aptidão cultural.

Neste enquadramento estratégico, e rentabilizando os recursos dos diversos equipamentos, surge o **Laboratório de Aprendizagem Criativa (LAC)**. Trata-se de um serviço educativo transversal aos diversos equipamentos culturais, que constituirá uma verdadeira rede cultural, educativa e criativa e será pautado pelos **princípios de educação pela arte e da aprendizagem ao longo da vida**.

O **Laboratório de Aprendizagem Criativa** assume, assim, um papel mediador, de diálogo e de comunicação com os públicos, **consolidando relações de confiança com a comunidade**, através da captação, qualificação e formação dos vários segmentos de público, e consequente fidelização. De forma articulada e complementar, e com recurso a estratégias lúdico-pedagógicas, das áreas das artes performativas e expressões artísticas, o LAC desenvolverá atividades pedagógicas nos vários equipamentos culturais.

Baseado nestes pressupostos, para 2014, o **Município de Estarreja assume inequivocamente o seu propósito de estruturar uma oferta cultural transversal, heterogénea e articulada entre todos os equipamentos culturais e eventos**.

Eventos culturais

O Município de Estarreja apresenta uma vasta riqueza e diversidade cultural. Para além das Festas de St.º António, da Cidade e do Município, destacamos aquela que é, claramente, uma **marca cultural do nosso território** que queremos promover e alargar, ainda mais, a sua abrangência regional e nacional: **O Carnaval!**

CARNAVAL DE ESTARREJA | Março

Dos maiores e mais remotos cortejos do país, o Carnaval de Estarreja infantil e adulto conta com a participação de mais de dois milhares de figurantes. O curso carnavalesco



percorre o centro histórico da cidade, onde durante uma semana se multiplicam a alegria e o ritmo, num ambiente contagiante de cor, folia e festa, pleno de descontração, trazendo a Estarreja dezenas de milhares de pessoas e onde a animação noturna é uma constante e o envolvimento da comunidade bastante evidente, dando a este evento características muito particulares.

FESTAS DE SANTO ANTÓNIO, DA CIDADE E DO MUNICÍPIO | Junho

Mercado Antigo (réplica encenada do Mercado de Estarreja no início do século XX, que se realizava na Praça Francisco Barbosa), Gastronomia, Concertos, Exposições, Desporto, Marchas de Santo António, entre outras atividades, são uma constante neste evento, que faz convergir até ao centro milhares de pessoas. Num espírito de festa, a participação dos agentes culturais do Concelho é o exemplo mais marcante da transversalidade deste evento, igualmente marcado pela comemoração do Dia do Município.

FESTARREJA – FESTIVAL DA JUVENTUDE | Setembro

Esta atividade de animação cultural não aparece isolada dentro das preocupações de uma comunidade emergente, que deve ser olhada de forma colateral, quer no estímulo às Associações Juvenis, quer em programas de animação como é o caso do Festival da Juventude. Atividades desportivas, concertos, workshops, feira de artesanato urbano são os momentos mais marcantes do evento. Os mais jovens sentem a existência de um espaço que lhe é particularmente dedicado.

Valorização do património cultural – Material e Imaterial

- Edição do nº 8 da Revista “Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja”
- Exposições na Casa Municipal da Cultura
- Atividades no âmbito da Geminação com Porto Novo e La Riche
- Prémio Manuel Andrade – Edição 2014/2015
- Concerto de Natal e Encontro de Trupes de Reis

Equipamentos Culturais

CINE-TEATRO DE ESTARREJA

Tendo presente a nova estratégia para a política cultural do Município, o **Cine Teatro de Estarreja assume-se como projeto âncora e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica cultural do Município, apresentando uma programação regular, mas com a responsabilidade acrescida de promover a articulação entre todos os equipamentos culturais municipais e outras ofertas culturais dos agentes culturais locais**, de forma a tenhamos uma oferta diversificada e complementar.

A consciência dos constrangimentos que existem nos tempos que correm, obriga-nos a encontrar novas formas de fazer, de estar e de ser, obrigam-nos a ser criativos. A aposta na valorização dos Agentes Culturais Locais, contribuindo para a sua qualificação, e o envolvimento da comunidade local na dinâmica do Cine-Teatro e de toda a rede cultural do Município. Nesta perspetiva, daremos continuidade a diversos projetos que já se afirmaram como marcas do Cine-Teatro e do nosso território, a nível cultural.

Concertos Íntimos

Ciclo de três grandes concertos nos meses de janeiro, março e maio, por onde já passaram Sérgio Godinho, Sara Tavares e Jorge Palma (2007); Clã, The Gift e Camané (2008); Madredeus, Paulo de Carvalho e Ana Moura (2009); Tereza Salgueiro, Fafá de



Belém e Nuno Guerreiro (2010), David Fonseca, Pedro Abrunhosa e Cristina Branco (2011), Clã, GNR e Carminho (2012) e Tim e amigos, António Zambujo e Pedro Abrunhosa (2013). **Em 2014, os Concertos Íntimos apresentam um cartaz composto por Mafalda Veiga (janeiro), NAIFA (março) e Luís Represas (maio).**

EstarreJAZZ – Festival de Jazz de Estarreja

O Festival EstarreJAZZ é já uma referência do jazz na região centro. Fruto da inexistência de outras manifestações relevantes na área do jazz e um cada vez maior número de interessados neste género musical, o EstarreJAZZ trilha já um percurso cada vez mais internacional, não abandonando o precioso apoio que tem dado até à altura, ao jazz feito em português. O ano de 2013 foi marcado pela apresentação da **Big Band EstarreJAZZ** como o símbolo de uma aposta forte e coerente na formação artística da região. Fruto do seu sucesso, daremos continuidade ao trabalho desenvolvido e **a Big Band EstarreJAZZ apresentar-se-á novamente em 2014.**

Laboratório de Aprendizagem Criativa (Projeto Educativo)

O projeto educativo do Cine-Teatro de Estarreja, em 2014, integrará o **Laboratório de Aprendizagem Criativa**, serviço educativo transversal a todos os equipamentos culturais municipais. Num curto espaço de tempo, o projeto educativo do CTE afirmou-se como uma referência de especialistas da área e dos agentes educativos, e nesta perspetiva assumirá a coordenação do Laboratório de Aprendizagem Criativa, de forma a planear e desenvolver, em rede, atividades lúdico-pedagógicas, assentes nos **princípios de educação pela arte e de aprendizagem ao longo da vida**, com recurso estratégias provenientes das artes performativas, música, e outras expressões artísticas.

A continuidade e consolidação de um trabalho de bastidores com crianças, adolescentes, outros grupos etários e profissionais específicos e educadores, nos vários equipamentos culturais, têm como **principal objetivo a captação, formação e fidelização de públicos, desde a primeira infância até à idade Maior.**

26

PANOS/Grupo de Teatro Juvenil do CTE

O projeto PANOS vai já na sua 3.^a Edição. No ano passado, muitas alterações foram introduzidas no sentido de melhorar o funcionamento e os resultados do programa. O Grupo de Teatro Juvenil do CTE dá continuidade ao trabalho e no final de abril estreará mais uma peça.

Concerto comemorativo de Elevação de Estarreja a Cidade

Como já vem sido hábito, a comemoração da elevação de Estarreja a Cidade é assinalada com um concerto de música clássica no CTE. Em 2014, a novidade passa pelo **início de um Ciclo de Concertos das Bandas Filarmónicas do nosso Concelho**. Dada a forte tradição musical em todo o território, de onde se distingue o excelente trabalho desenvolvido pelas escolas de música das bandas na formação musical e cívica das nossas crianças e jovens, **este ciclo acentua a lógica da nova estratégia de política cultural, pautada pela valorização dos agentes culturais locais.**

Programação de Cinema

O cinema, sendo uma marca da história do CTE, continuará o seu percurso em 2014 e **apresentaremos uma programação estruturada e diversificada**, com oferta de cinema de autor e cinema dito comercial, com o objetivo de atrair os vários segmentos de público. Assumimos como objetivo a consolidação da parceria com o Cine Clube de Avanca, na perspetiva da sua valorização, trazendo uma **extensão do "Avanca 2014 – Festival de Cinema de Avanca para o Cine-Teatro**, para além da exibição de ciclos temáticos e do trabalho a desenvolver no âmbito do Laboratório de Aprendizagem Criativa. Pretendemos, também, atrair extensões dos mais importantes festivais de cinema do país, dando dimensão de referência nacional à programação de cinema.



Integração com outros eventos do Município

Também são integrados vários espetáculos na programação regular do CTE decorrentes de ciclos programáticos do Município, como sejam as tradicionais Festas de Santo António, da Cidade e do Município, em junho; ou o Festival Sénior, que se realiza em outubro, entre outros.

Outonalidades

Continuaremos a integrar o circuito de música ao vivo nos bares, numa parceria do Cine-Teatro com a D'Orfeu – Associação Cultural, que se inicia em Outubro e se prolonga até Dezembro, enriquecendo, assim, a programação do Bar CTE.

Rede de Programação cultural da Região de Aveiro

No âmbito do Projeto A1 P1 da RUCI – Rede Urbana para a Competitividade Intermunicipal, Estarreja integra a Rede de Programação Cultural da Região de Aveiro. Considerando as mais-valias de uma concertação intermunicipal com vista a uma oferta cultural de referência, com benefícios locais associados à projeção exterior de cada um dos Municípios envolvidos, através de uma estratégia de programação em rede que, além de representar oportunidades culturais com custos partilhados, potencia a captação e desenvolvimento de públicos culturais às escalas local, regional e nacional;

Conclusão

Neste ano que cremos de forte impacto da nova política cultural Municipal, o Cine-Teatro de Estarreja continuará a ser um espaço de referência para os Estarrejenses e para a região, continuando a programar e a valorizar os projetos dos agentes culturais locais, contribuindo para a sua qualificação, bem como artistas nacionais e internacionais, reforçando a imagem de referência do CTE como espaço de fruição cultural a nível local, regional e nacional.

Estamos certos de que o sucesso e visibilidade alcançados pelo CTE, aliados à nova estratégia da política cultural municipal, dão-nos a motivação para continuar a trabalhar no crescimento deste projeto cultural municipal, contribuindo para um projeto maior, ambicionando ver “Estarreja cidade-referência cultural”.

CASA-MUSEU EGAS MONIZ

A única Casa-Museu de um Prémio Nobel Português está intimamente relacionada com a figura de Egas Moniz que, em 27 de Outubro de 1949, recebeu aquele galardão na área da Medicina. Nesta, em visitas guiadas, podem ver-se obras de D. Carlos de Bragança, Silva Porto, Malhoa, Carlos Reis, Henrique Medina, Falcão Trigoso, Júlio Pomar, João Reis, Abel Salazar entre muitos outros, bem como coleções de mobiliário, cerâmica, ourivesaria, vidro, têxteis, gravura, escultura e a sua notável biblioteca pessoal, onde é possível visualizar os gostos literários de Egas Moniz.

Laboratório de Aprendizagem Criativa (Atividades)

- Visitas guiadas para o público escolar e programas direcionados para a comunidade;
- Concertos intimistas no espaço museológico;
- Ciclo Egas Moniz;
- Articulação com a Fábrica da Ciência em atividades lúdicas/pedagógicas;
- Comemoração do Dia Internacional dos Museus e outros;
- Atividades pedagógicas na Quinta do Marinheiro e no Moinho de Meias.



Educação para a Ciência

- Apoio a trabalhos de investigação
- Investigação sobre temáticas inéditas das vivências de Egas Moniz
- Instituição do Prémio Egas Moniz
- Criação da Liga dos Amigos da Casa Museu Egas Moniz

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Atualização do Fundo Documental

A Biblioteca irá prosseguir a política de atualização do fundo documental. O fundo infanto-juvenil continuará a ser alvo de atenção ao abrigo do Plano Nacional de Leitura.

Tratamento Documental, Organização Técnica e Equipamentos

Para além da catalogação e indexação sistemática imediata de todos os documentos adquiridos para a unidade central e polos da BME, será dada continuidade ao tratamento retrospectivo do fundo da antiga Biblioteca nº 53 da Fundação Calouste Gulbenkian e a sua progressiva integração. Prosseguiremos os trabalhos de catalogação e indexação de analíticos do Fundo Local e Regional, assim como a disponibilização dos analíticos em PDF através do catálogo.

SABE - Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares

O Grupo de Trabalho Concelhio de Bibliotecas assenta no desenvolvimento da parceria e cooperação com as Bibliotecas Escolares integrantes, ou em vias de integrar, na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares. Tal trabalho levou à criação do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares. Esta área de ação visa estabelecer e promover critérios de catalogação, classificação e indexação comuns, monitorizar o tratamento documental das escolas do 2º e 3º ciclos e catalogar os fundos documentais das escolas do 1º ciclo. Destaca-se como objetivo fundamental a constituição do Catálogo Coletivo Concelhio que reúne toda a informação bibliográfica do Município e a criação do portal da rede concelhia.

28

Atividades de Animação e Extensão Cultural

- Realização de palestras, workshops e ações de formação para a formação pedagógica, social e cultural de toda a comunidade;
- Apresentações bibliográficas e lançamentos de livros;
- Exposições;
- Atividades diversas (Sarau de Poesia do Clube de Poesia da BME; Mini feira do Livro Infantil; À Descoberta da Biblioteca; X Aniversário da Biblioteca Municipal; IV Jornadas da Informação; À noite na Biblioteca...; Gentes da nossa terra...);
- Destaques bibliográficos de vários autores e temáticas por mês;
- Esplanada da Leitura (maio a setembro).

Polos de Avanca e Pardilhó

O Pólo de Avanca, situado na Casa Museu Egas Moniz, vai continuar a marcar a sua ação pela dinamização cultural, envolvendo a comunidade escolar e as instituições de Avanca, sendo também um polo de atração para a Quinta do Marinheiro. O seu fundo é dedicado às neurociências e outras temáticas biomédicas no sentido de complementar o Centro de Documentação Egas Moniz. Situado na Casa da Quinta do Rezende, o Pólo de Pardilhó integra ainda o Espaço Internet da freguesia. Para além de um variado fundo bibliográfico, acolhe os espólios locais do Club Pardilhoense e Associação Saavedra Guedes, enriquecido com outros donativos e vocacionado para o fundo de incidência local e regional.



Laboratório de Aprendizagem Criativa (Oficinas Lúdico-Pedagógicas)

As oficinas lúdico-pedagógicas da BME têm por principal missão a realização de atividades na área da sensibilização e promoção da leitura e do livro, pretendendo-se criar fortes ligações com todo o conhecimento humano, e promovendo conexões especiais com as artes performativas, visuais e musicais. Estas atividades são dirigidas aos diversos segmentos de público, desde a primeira infância até à Idade Maior, incluindo o público escolar, desenvolvendo competências nas áreas da criatividade, da imaginação, das emoções, da atenção, do vocabulário e do raciocínio.

São propostas algumas atividades: Hora do Conto, Contos ao Vento, Oficina de Leitura, Baú das Letras, Chá com Letras, Story Dancing, Contos com Fraldas, Contos com mimo, Rally Books, Oficina Art&manhas, Conta-me um Conto; Livros daqui.

DESPORTO

A Unidade de Desporto propõe vincular mais um ano de ações desportivas de qualidade e acessíveis a todos, de forma lúdica, atrativa e familiar. Os princípios de bem-estar, aquisição de hábitos desportivos regulares, saudáveis e a qualidade global de vida dos munícipes de Estarreja mantêm-se como **missão** de toda a equipa. Os elevados índices de participação e satisfação na prática desportiva concelhia que se tem vindo a verificar tornam-se cada vez mais um fator predominante e que motiva mais ainda a busca da **excelência**.

A Unidade de Desporto procura manter viva as seguintes premissas:

- . **Estreitas colaborações e parcerias com as Associações e Coletividades do Concelho** nas suas atividades, principalmente numa perspetiva pedagógica, de informação e apoio logístico com incentivo à formação de bases e autonomia nos seus programas e eventos;
- . **O fomento de ações de dinamização de atividades desportivas**, acessíveis a todos os munícipes, proporcionando campanhas e/ou atividades de sensibilização para a importância da atividade física, como meio preventivo de saúde e impulsor de qualidade de vida;
- . **Mais e melhores condições para a prática desportiva**, com equipamentos e espaços de qualidade e com segurança para todos os seus utilizadores;

ESCOLA MUNICIPAL DE DESPORTO (EMD)

Subsistirá um planeamento e coordenação de todos os programas/projetos desportivos municipais para que cada um deles promova estratégias e objetivos específicos para alcançar a missão geral da organização.

Programas

Escola de Ténis

Funciona nos dois novos Campos de Ténis (Complexo de Desporto e Lazer). Treinos e aulas de aprendizagem, aperfeiçoamento e preparação para a competição, para crianças, jovens e adultos.

+50 (Aulas de Ginástica de Manutenção)

Funciona nos vários pavilhões desportivos das freguesias sob a forma de aulas de Ginástica de Manutenção duas vezes por semana e com acompanhamento técnico especializado.



Escola de Natação

Funciona no Complexo de Desporto e Lazer e Piscina Municipal de Avanca, onde se promovem aulas de natação para bebés, crianças, adultos e cursos intensivos.

Campos de Férias – Férias Ativas da Páscoa, Natal e Verão

O apoio às famílias nas interrupções escolares mantém-se com os Campos de Férias para crianças dos 6 aos 10 anos e jovens dos 11 aos 15 anos. Pretende-se novamente oferecer este apoio durante o mês de agosto, caso exista número suficiente de interessados.

Outras Ofertas Desportivas

Aulas de Grupo/Fitness em ginásio [Zumba/ Aerobica/ Combat/ Localizada/ Fitball/ Aerobica/ Step] Complexo de Desporto e Lazer

Aulas de Hidroginástica [Hidro e Hidro Sénior] Complexo de Desporto e Lazer e Piscina Municipal de Avanca

Aulas de Hidrobike e Hidroterapia Complexo de Desporto e Lazer

Regime Livre Piscina [Prática de nado livre] Complexo de Desporto e Lazer e Piscina Municipal de Avanca

Squash [Regime Livre-trânsito e regime de aulas] Complexo de Desporto

Curso Intensivo de Natação [Pacotes de 10 Aulas] Complexo de Desporto

Festas de Aniversário [Organização e supervisão da atividade dirigida a crianças] Complexo de Desporto

30

Marchas [Promovidas pelo Centro Municipal de Marcha e Corrida] Centro Municipal de Marcha e Corrida

Eventos Desportivos

Grande Prémio de Atletismo; Dia Mundial da Criança; Festival Sénior; Marcha 25 de Abril; outros através do associativismo desportivo e das habituais parcerias. Serão, sempre que possível, inseridas campanhas de solidariedade com repercussões a nível concelhio ou a nível nacional.

GADE Gabinete de Apoio ao Desporto de Estarreja

Funcionando nas instalações do Complexo de Desporto e Lazer e sob a forma de marcação, pretende manter o apoio às associações, coletividades e outras organizações desportivas, para traçar estratégias desportivas comuns e proporcionar apoio técnico especializado:

Instalações Desportivas

- Piscina Municipal de Avanca
- Complexo de Desporto e Lazer
- 2 Campos de Ténis
- Pavilhão Municipal de Avanca
- Pavilhão Municipal de Estarreja
- 18 Parques Infantis



- 11 Polidesportivos
- Skate Parque do Mato
- Skate Parque da Teixugueira
- Pista de Atletismo Elói de Almeida
- Multiusos

Anualmente são elaboradas propostas de melhoria dos atuais equipamentos, bem como o estabelecimento de protocolos com as diversas entidades e clubes do concelho, não só no âmbito da utilização das instalações, mas também no âmbito da promoção de atividades de formação desportiva. Existe também preocupação na gestão dos equipamentos no que concerne à sua sustentabilidade, ou seja, são balizadas metas e objetivos de controlo para que os mesmos acarretem para além das despesas usuais com a sua manutenção, formas de alcançar receitas.

PROJETOS E OBRAS MUNICIPAIS

Está genericamente previsto a conservação do edificado sendo de salientar o investimento mais significativo em três obras essenciais:

- Restauro na Casa Museu Egas Moniz;
- Urbanização do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa;
- Projeto RUCI (Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação) a implementar a antiga Escola Padre Donaciano.

Projetos e ações previstos

INSTALAÇÕES MUNICIPAIS

Pavilhão Central/Armazém Municipal Criação de instalações para os setores de administração direta do DOMA. Inclui beneficiação do armazém e conservação de edifício de Antigo Matadouro para instalações sociais e melhoramento de acessos.

Conservação do Edifício dos Paços do Concelho Inclui substituição de caixilharias, conservação de cobertura e sistema de aquecimento.

Antigo Colégio/ Ex-Escola Padre Donaciano Abreu Freire Elaboração de projeto de reabilitação e obras de beneficiação

Conservação do Armazém da Rua Dr. Manuel Figueiredo

EDUCAÇÃO

Centro Escolar de Avanca - EBI Egas Moniz Elaboração de projeto

Escola Básica Integrada de Pardilhó Elaboração de projeto de arranjos exteriores

HABITAÇÃO SOCIAL

Urbanização da Teixugueira Beneficiação e Conservação

REABILITAÇÃO URBANA E RURAL

Reabilitação do Centro Histórico de Estarreja Elaboração de Projecto

Urbanização do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa Construção

Arranjo urbanístico do Largo da Igreja de Canelas Elaboração de Projeto

Urbanização do Quarteirão Nascente ao Centro Cívico de Pardilhó
Elaboração de Projeto



REABILITAÇÃO PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL

Requalificação do Rio Gonde (a Poente da Ponte) Elaboração de Projeto
Centro de Interpretação Ambiental BioRia Beneficiação e Conservação
Centro de Interpretação da Construção Naval Elaboração de Projeto
CicloRia Construção

EDIFÍCIOS CULTURAIS

Casa Museu Egas Moniz/ Quinta do Marinheiro Elaboração de projeto, beneficiação e restauro
Biblioteca Municipal Beneficiação e Conservação
Cine-Teatro Municipal Beneficiação e Conservação
Casa da Cultura Beneficiação e Conservação

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Pavilhão Municipal de Avanca Beneficiação e Conservação
Pavilhão Municipal de Desportos Beneficiação e Conservação
Parque Desportivo Municipal Arranjos envolventes ao Complexo de Desporto e Lazer/ Campo de PADEL
Instalações Desportivas existentes Beneficiação e Conservação

INSTALAÇÕES DE RECREIO E LAZER

Parque do Gonde Elaboração de Projeto
Multiusos Beneficiação
Parque do Quinta do Rezende Elaboração de Projeto

PARQUE INDUSTRIAL

Eco Parque Empresarial de Estarreja Elaboração de Projeto e Construção de Abastecimento de Água

FOMENTO ECONÓMICO

Projeto RUCI - Incubadora de empresas 2ª fase Ampliação da incubadora de empresas, incluindo remodelação de espaços e melhoramento das acessibilidades

MERCADOS E FEIRAS

Mercado Coberto Elaboração de Projeto e conservação
Mercado de Pardilhó Elaboração de Projeto

HIGIENE E LIMPEZA PÚBLICA

A Certificação do Serviço de Higiene e Limpeza Pública (SHLP) do Município pela norma ISO 9001 (em 2009) é muito relevante para a autarquia porque, para além do reconhecimento do trabalho efetuado no Serviço de Higiene e Limpeza Pública ao longo dos anos, que culminou com processo de implementação deste Sistema, implica a obrigação de continuar a implementar boas práticas de gestão e de melhoria contínua, assentes na satisfação das expectativas dos seus Munícipes/Cidadãos, a partir de um referencial de qualidade, fundamentais para o futuro dos serviços que se pretendem competentes e de Qualidade.

A Câmara Municipal vai prosseguir uma efetiva política de descentralização nas Freguesias do Concelho, apesar dos permanentes desafios à autonomia e à capacidade financeira de que tem sido vítima. Embora a Câmara Municipal de Estarreja (e também as Juntas de Freguesia) tenha sofrido significativos cortes nas sucessivas transferências



do Orçamento do Estado propõe-se para 2014 a continuação da celebração dos **Protocolos de Delegação de Competências**.

Para além do conjunto de rotinas diárias, semanais e sazonais que constituem o calendário de manutenção e limpeza das ruas, taludes, desniveladas e instalações municipais, em 2014 pretende dar-se continuidade à **irradiação de lixeiras clandestinas** em todas as freguesias.

Continua a ser objetivo o aproveitamento/ incorporação de resíduos provenientes das atividades de limpeza e manutenção das ruas, taludes, desniveladas e instalações municipais, nomeadamente através da **compostagem**, sendo primordial na gestão dos resíduos e reduzindo significativamente o volume deste tipo de resíduos para aterro.

Através da continuação da implementação de equipamentos semienterrados para a deposição seletiva de resíduos, do reforço dos equipamentos para novas frações (incluindo o alargamento da rede de oleões e pilhões), apostando, simultaneamente, em campanhas de promoção e sensibilização ambiental, com o intuito de melhorar a qualidade de vida urbana e contribuir para um desenvolvimento sustentável, onde todos sejam parte **interessada e responsável**.

AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS

ESTARREJA SUSTENTÁVEL E ECO-EFICIENTE

Objetivos para 2014:

Desenvolver Estarreja como concelho de grande qualidade ambiental e paisagística, cuja identidade territorial repousa sobre o Rio Antuã e a sua dimensão sobre a Ria de Aveiro, que consolida a estrutura ecológica municipal, que salvaguarda as funções biofísicas do território, que utiliza de forma eficiente os recursos naturais, que reduz os impactes ambientais e energéticos dos ambientes construídos, caminhando progressivamente para um concelho neutro em carbono.

Expandir Estarreja como comunidade que mantém uma relação saudável com o ambiente que a rodeia, que elege a educação e a sensibilização ambiental como pilares fundamentais para formar e elevar a consciência cívica dos cidadãos.

Desenvolver Estarreja como concelho suportado num sistema de transportes multimodal e interligado, que proporciona a acessibilidade às oportunidades de emprego e às múltiplas funções do território, que privilegia a mobilidade de baixo impacto, com prioridade para os modos de transporte coletivos e os modos de deslocação suaves, e garante padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.

Ampliar Estarreja como lugar de espaços públicos qualificados, atrativos e multifuncionais, que privilegiam a escala humana, retomam a ideia de rua e de bairro e promovem sociabilidades urbanas crescentes, símbolo espacial da democracia e da igualdade.

Concretizar a estratégia local de educação e sensibilização para a sustentabilidade, realizando campanhas, programas e atividades temáticas, como as levadas a cabo anualmente pelo Setor de Serviços urbanos e Ambiente, e o programa Bandeira Azul - ECOXXI, que abordem temas como a eco-eficiência, energias renováveis,



mobilidade urbana sustentável, modos de locomoção suaves, bicicleta, reciclagem de resíduos, salubridade e limpeza urbana, património natural, biodiversidade, consumo sustentável, agricultura urbana e alterações climáticas.

Promover a eco eficiência dos processos e atividades municipais através de medidas de poupança que contribuam para o desígnio de redução da fatura energética municipal.

Avaliar a viabilidade económica de medidas de eficiência energética e aproveitamento de energia solar em equipamentos e infraestruturas municipais, e prosseguir com a concretização de medidas custo-eficazes.

Dar continuidade ao levantamento de focos poluidores das massas de água do concelho, trabalho que se executa desde 2010.

Melhorar a limpeza de linhas de água de modo a assegurar o cumprimento da diretiva quadro da água em 2015.

Apostar na promoção no destino Estarreja e das suas potencialidades no património natural.

ESPAÇOS VERDES

Os **espaços verdes no meio urbano significam qualidade de vida**. A manutenção dos espaços verdes continua a ser o principal eixo de atuação que a Subunidade dos Espaços Verdes tem desenvolvido e neste sentido vai continuar a cuidar dos já cerca de **13,4 ha de espaços verdes por administração direta**, usufruindo do *know-how* da equipa. A aposta de espaços verdes sustentáveis vai persistir e dando-se continuidade ao trabalho já realizado no ano de 2013, de onde se destacam as principais linhas de intervenção:

SISTEMAS DE REGA

A aposta na otimização do consumo de água nos sistemas de rega dos jardins municipais continua a ser uma prioridade. Neste sentido e para evitar os desperdícios da água vai-se dar continuidade à reestruturação do fornecimento e funcionamento das redes de rega em todo o concelho, prosseguindo a interação com as juntas de freguesia.

BENEFICIAÇÃO DE ZONAS AJARDINADAS

Apostar na sustentabilidade dos espaços e aproveitamento das espécies vegetais já propagadas nos viveiros municipais, permitindo com meios próprios disponibilizar espaços públicos distintos, sustentáveis e mais económicos para o município.

QUINTA DO MARINHEIRO

Prosegue a requalificação paisagística da Quinta, nomeadamente com os trabalhos de recuperação dos jardins românticos da Casa Museu Egas Moniz, finalização da plantação do pomar e restantes zonas arbóreas, implementação dos jardins temáticos e fundamentalmente a instalação de sistemas de rega, permitindo uma melhor aproveitamento do espaço em período estival. Este conjunto de trabalhos vai traduzir-se na valorização paisagística, ambiental e social do espaço.

VIVEIROS MUNICIPAIS

Continua em velocidade cruzeiro a produção de plantas e arbustos nos viveiros municipais para serem utilizados nos espaços verdes públicos. Produção de plantas anuais e arbustivas em viveiros próprios e num ciclo de sustentabilidade.



PLANO DE PODAS E ARBORIZAÇÃO

A arborização urbana é fundamental para a qualidade de vida dos munícipes, ainda que se registem alguns casos de queixas de munícipes por causa de árvores mal localizadas ou em desarmonia com o meio urbano. Evitando a eliminação dessas árvores que causam danos aos munícipes, esses problemas são minimizados através da realização de podas, tornando essencial a realização anual do plano de podas. A plantação de árvores é um ato permanente, realizado após uma análise de todas as condições e características dos locais em causa.

HORTAS URBANAS

A continuidade do projeto das Hortas Urbanas para promoção da prática da agricultura urbana que é parte integrante do novo conceito de cidade, e inter-relaciona este novo conceito de Cidade com o atual momento económico que o país se depara, continua a ser um eixo prioritário. O projeto já permitiu que 37 famílias usufríssem de 36m² de área de terreno disponível e gratuito praticando a atividade agrícola de subsistência, materializada sob a forma de hortas, que se traduziram numa grande importância económica bem como na promoção da qualidade de vida dos utilizadores.

ZONAS E ESPAÇOS VERDES DO ECO PARQUE EMPRESARIAL

Mantém-se a aposta na continuidade da conservação, manutenção e limpeza das zonas e espaços verdes, mas também na sua expansão.

EQUIPAMENTOS E VIAS

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES RODOVIÁRIAS – REDE VIÁRIA

O Plano contempla um conjunto de obras que podem ser agrupadas do seguinte modo:

1 – Obras concluídas que transitam de 2013 para liquidação

Avanca: Rua Padre António Maria Silva, Rua da Areia, Rua Alto das Cabanas, Rua do Coxo; Beduído: Rua Dr. Tavares da Silva; Canelas: Travessa à Rua Artur General Beirão; Fermelã: Travessa do Arneiro; Pardilhó: Troço da Rua do Canedo de Além e Rua do Limite; Veiros: Travessa da Rua da Malpica (parte) e Rua da Ribeira Nova.

2 – Obras em curso ou adjudicadas

Rua do Lombão, Avanca; Rua Joaquim Nicolau, Avanca; Parque de Estacionamento na Rua Luís de Camões, Beduído; Arruamentos municipais em Canelas/ Salreu; Arruamentos municipais Beduído/ Veiros; Arruamentos municipais (Inserção da Rua do Morgado e Troço da EN 109 do km 43 ao km 44), Avanca; Arruamentos municipais de Avanca; Rua Dr. Agostinho Leite, Beduído; Rua Dr. Jaime Ferreira da Silva, Beduído; Pavimentação e drenagem de águas pluviais na Rua Artur General Beirão, Canelas; Prolongamento da Avenida Pacopar – Eco Parque Empresarial.

3 – Obras concluídas ou a realizar em 2014 no âmbito da participação às Juntas de Freguesia

Rua Nova, Avanca; Gaveto da Rua Conde Ferreira com a Rua Eça de Queirós (concluída), Beduído; Requalificação do Troço da Rua Frei Caetano Brandão (concluído), Beduído; Caminho do Albegada, Canelas; Gaveto da Rua Entrevinhas/ Aldeia, Canelas; Rua da Devesa, Fermelã; Rua Padre António M. Matos (parte), Pardilhó e Travessa S. António, Veiros.



4 – Obras a realizar em 2014 e seguintes

Rua Prof. Dr. Egas Moniz, Avanca; Acesso à Cires, Beduído; Rua António Maria da Silva Pinho, Pardilhó; Rua Padre António M. Matos (parte), Pardilhó; Acesso à Cires, Beduído; Rua e Travessa do Aido do Afonso, Pardilhó e Rua do Passal, Salreu.

É de extrema necessidade de fazer cumprir o protocolo entre o Município de Estarreja e a EP – Estradas de Portugal no que respeita à construção da Circular à Cidade de Estarreja e que engloba vários troços. A autarquia seguindo o procedimento de empreitada e administração direta irá proceder à conservação e reparação dos arruamentos municipais do Concelho.

Projetos executados ou a serem executados

Avanca: Rua Prof. Dr. Egas Moniz, Rua Angélica Neves (conclusão), Rua do Fojo, Rua Outeiro da Marinha (executado no exterior e entregue), Rua dos Carvalhos (executado no exterior e entregue)

Beduído: Rua Dr. Dionísio de Moura e Rua Dr. José Justiniano (projetos suspensos), Rua N. Senhora das Febres, Rua Dr. Augusto de Castro, Rua de Trás, Travessa da Quinta Velha, Estrada Nacional 224, Rua Luís de Camões, Estrada S. Filipe, Acesso à Cires, Arruamento de acesso à Quimiparque, Rua Dr. Manuel Figueiredo

Canelas: Ligação do Largo Francisco Bingre à Rua S. Tomé

Fermelã: Rua da Carreira Branca (parte)

Pardilhó: Rua António Maria Silva Pinho, Rua Padre António M. Matos (parte), Beco Senhor do Deserto (executado no exterior e entregue), Rua e Travessa Aido do Afonso (executado no exterior e entregue)

Salreu: Rua da Carvalha, Rua Associação Humanitária de Salreu, Rua Joaquim José Henriques, Rua do Couto, Caminho da Raposa

Veiros: Rua Dr. Lauro Ramos

Pardilhó: Ligação à Variante Norte do Eco Parque Empresarial de Estarreja (a ser executado no exterior)

Eco-Parque: Arruamentos da Zona "Z" e Polígono Norte/Poente (a ser executado no exterior)

ORDENAMENTO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Prevê-se colocar sinalização vertical de modo a cumprir-se a postura de Trânsito na freguesia de Salreu. Constata-se a falta de postura de trânsito na freguesia de Pardilhó. Decorrem os trabalhos de colocação de semáforos no entroncamento do arruamento da Escola Nova de Salreu e a Rua Visconde de Salreu. Está contemplada sinalização horizontal e marcas rodoviárias em alguns arruamentos do Concelho. Está previsto a elaboração de estudos, projetos e obras na área do ordenamento de trânsito conforme consta nas atas da Comissão de Trânsito.

EQUIPAMENTOS

Pretende-se continuar a adquirir maquinaria e equipamento, para satisfação das necessidades dos vários setores da Autarquia, para melhor desempenho da sua atividade, o que é extensivo à manutenção da frota existente.

Nas instalações desportivas promover-se-á a manutenção e operacionalidade dos equipamentos existentes, instalação de novos equipamentos com recurso a novas tecnologias que irão contribuir para uma melhoria na componente energética e ambiental.



PROTEÇÃO CIVIL

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Planeamento de Emergência e Exercícios

O Plano Municipal de Emergência e o Plano de Emergência Externo foram submetidos à ANPC para aprovação pela CNPC. Após a aprovação, os mesmos serão testados, prevenindo-se que aconteça durante o ano 2014 a execução de exercício do tipo LivEx com multicenários.

Piquete de Prevenção

O Piquete de Prevenção tem como função prestar o devido apoio aos Bombeiros Voluntários de Estarreja nas diversas ações que possam ocorrer de adversidade, sempre. Assegura ainda rondas periódicas preventivas sempre que se justifique.

Informação à População - Divulgação De Medidas Preventivas

Articulação entre a Proteção Civil Distrital e a Comunicação Social local, através do Gabinete de Comunicação da Autarquia, emanando medidas preventivas à população, face às adversidades que se possam sentir neste domínio.

Clube de Protecção Civil

O Gabinete de Proteção Civil e Florestal é o pilar para articulação dos membros do Clube de Proteção Civil de Estarreja, no qual se insere a população escolar e entidades relacionadas com esta matéria. O Clube de Proteção Civil tem como finalidades: informar a população escolar sobre riscos coletivos, envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança e educar para a prevenção e minimização de riscos, bem como promover uma cidadania ativa e participante.

Feira da Juventude, da Formação e da Protecção Civil

Tal como decorreu nos últimos dois anos, prevê-se que nesta Feira esteja representado o Clube de Proteção Civil de Estarreja e sejam realizadas ações de informação/ formação dirigidas aos jovens do concelho.

Plano de Emergência Internos de Escolas

O GPCF continuará a prestar apoio aos Planos de Emergência das Escolas (através do Grupo de Prevenção de Riscos do Pacopar) e ainda de forma autónoma, promovendo formação/ informação e exercícios aos Planos de Emergência Internos de estabelecimentos de ensino.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

O Gabinete Técnico Florestal (GTF) apoia tecnicamente a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Estarreja na sua missão, implementando as suas competências, sob orientação do Instituto da Natureza e das Florestas (ICNF).

Plano Municipal de Defesa da Floresta

O Plano Municipal de Defesa da Floresta de Estarreja será elaborado tendo em conta a nova estrutura definida na legislação em vigor.



Plano Operacional Municipal

Elaborado anualmente, pretende-se que, uma vez que o POM faz parte integrante do PMDFCI, estes dois planos sejam submetidos ao ICNF durante o primeiro trimestre de 2014, ficando assegurado o planeamento para a fase Charlie.

Proteção da Rede Viária Florestal

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), com o objetivo de proteger pessoas e bens, bem como melhorar o acesso a meios de combate, pretende-se executar Faixas de Gestão de Combustíveis Florestais de proteção à rede viária florestal municipal. Ainda ao nível da rede viária florestal, será promovido o abate de árvores pendentes ou que coloquem em risco a via pública.

Georreferenciação de Incêndios Florestais

Georreferenciação de áreas ardidas (superiores a 1 hectare) no concelho e o seu "carregamento" na plataforma SGIF do ICNF. Este trabalho é feito em colaboração com a Guarda Nacional Republicana.

Ações de Sensibilização

São realizadas ações de sensibilização, assinalando o Dia Mundial da Floresta (21 de março) e o Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro) no seguimento do projeto "O Ouriço". Salienta-se a ação que assinalará do Dia da Floresta Autóctone, pretendendo-se executar uma projeto de arborização de um carvalhal na freguesia de Avanca, denominado Egas Moniz, contando para tal com alunos das escolas do concelho, bem como árvores provenientes do Projeto "Floresta Comum", aderindo ao movimento Plantar Portugal.

Programa de voluntariado jovem para as florestas

Na 8ª edição do projeto "Juntos pela Floresta, todos contra o Fogo no Concelho de Estarreja - 2014", pretende-se continuar a integrar jovens de todo o concelho na vigilância e ações no âmbito da prevenção de fogos florestais, promovendo o voluntariado na Proteção Civil, através do Projeto COMpartilha. Acreditamos nos jovens e na floresta. Acreditamos que este projeto é um investimento no futuro!

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em conjunto com o Serviço de Medicina no Trabalho, pretende-se apoiar tecnicamente no âmbito da prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais no que diz respeito aos trabalhadores da Autarquia.

NOTAS TÉCNICAS





Notas Técnicas Económico-Financeiras

I – Enquadramento Económico e Financeiro

II_ Documentos Previsionais 2014 do Município de Estarreja

Enquadramento Legal e Orçamental
Estrutura e Conteúdo
Regras Previsionais
Regras de Execução Orçamental

III – Orçamento 2014

Decomposição do Orçamento
Evolução das Previsões Orçamentais
Poupança Corrente
Orçamento e sua Execução
Receitas Municipais
Despesas Municipais

IV– Grandes Opções do Plano



I_ Enquadramento Económico e Financeiro

Exigências ao nível da política orçamental

A política orçamental atual é da pela acentuada exigência de consolidação das contas públicas, imposta pelo Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo em 17.05.2011 com o BCE, FMI e CE (Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF), o Orçamento do Estado para 2014 (OE 2014) e reforçada pela nova Lei das Finanças Locais (LFL), com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, consolidação essa com expressão nas transferências para as autarquias e nos níveis de capacidade de endividamento municipal, à qual acrescem os condicionalismos do agravamento da atual conjuntura económica e financeira, fortemente associada à crise económica global, num quadro de crescente rigor e exigência orçamental.

O cumprimento dos atuais objetivos para o défice estabelecidos no âmbito do PAEF (4.0 e 2.5 por cento do PIB em 2014 e 2015, respetivamente) exige a continuação do esforço de ajustamento orçamental.

No imediato, este esforço deverá assentar no programa de redução da despesa pública, que deverá contribuir para a melhoria da eficácia/eficiência no setor público. No entanto, a sua implementação comporta alguns riscos e tenderá a induzir, no curto prazo, um efeito negativo sobre a atividade económica.

Para além da situação conjuntural, os municípios estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto e recentes alterações), às regras orçamentais e aos princípios da Lei n.º 2/2007 e da estabilidade orçamental (que consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental de acordo com o Sistema "Europeu de Contas Nacionais e Regionais") e da equidade intergeracional (relativo à distribuição de benefícios e custos entre gerações), entre outros, designadamente os princípios da solidariedade recíproca entre níveis da administração e da transparência orçamental (dever de informação mútuo).

Resulta, de um modo geral, que é obrigatória a coordenação das finanças dos municípios com as finanças do Estado, tendo em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o país e a necessidade de atingir os objetivos e as metas orçamentais estabelecidas no âmbito das políticas de convergência da União Europeia.

O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 E CONJUNTURA ECONÓMICA NACIONAL E INTERNACIONAL

No âmbito internacional

O enquadramento externo da economia portuguesa permaneceu desfavorável em 2013, depois do abrandamento da atividade económica à escala global observado em 2012. As projeções mais recentes da OCDE apontam para um crescimento da economia mundial de 3,1 por cento em 2013, um ritmo idêntico ao registado em 2012, mas



significativamente abaixo do registado no período anterior à crise financeira internacional.

A heterogeneidade no ritmo de crescimento entre regiões deverá persistir, com as economias dos mercados emergentes a registarem um ritmo de crescimento superior ao das economias avançadas.

No entanto, refira-se que estas economias têm registado um abrandamento acentuado num enquadramento internacional dominado pela procura deprimida nas economias avançadas, pela descida dos preços das matérias-primas e pela crescente preocupação com a estabilidade financeira.

Após o abrandamento registado ao longo dos últimos anos, o crescimento do comércio mundial aumentou em 2013, refletindo a melhoria das condições económicas mundiais.

Não obstante, o crescimento do comércio mundial deverá continuar significativamente abaixo do registado no período anterior à crise financeira internacional. Entre 1998 e 2007, o comércio mundial cresceu a uma taxa média anual de 7.5 por cento, com uma elasticidade em relação à atividade económica de cerca de 1.7. Desde a eclosão da crise financeira internacional em 2008, esta elasticidade tem-se situado perto de 1.0. Esta evolução deverá estar relacionada com o fraco contributo para o crescimento da procura de componentes da despesa com maior conteúdo importado, nomeadamente o investimento, as existências e o consumo de bens duradouros, bem como pela menor disponibilidade de financiamento para o comércio internacional.

As atuais projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para o abrandamento do crescimento da economia mundial, em 2013, para valores em torno de 2,9% (3,2% em 2012), e para um reforço em 2014, para cerca de 3,6%. O comércio mundial de bens e serviços deverá registar um crescimento médio anual de 3,9%, em volume, nos anos de 2013 e 2014 - um valor superior ao crescimento de 2,8% registado em 2012, mas inferior ao valor médio registado na década de 2000 (5%). Esta evolução reflete a desaceleração da procura externa, preços de matérias-primas mais baixos, políticas económicas menos expansionistas e receios quanto à estabilidade financeira nalgumas economias emergentes.

O enquadramento internacional nos anos mais recentes tem sido caracterizado por níveis excecionalmente elevados de incerteza, relacionados com a crise das dívidas soberanas na área do euro e o diferendo sobre o ritmo da consolidação orçamental nos Estados Unidos. Diversos estudos empíricos têm demonstrado que a incerteza económica e política nos Estados Unidos e na Europa tem efeitos significativos sobre outras economias, propagando-se principalmente através do comércio e do investimento .

Neste contexto, foram adotadas medidas que contribuiram para a redução dos níveis de incerteza, nomeadamente o anúncio do programa de Transações Monetárias Definitivas pelo BCE e o início da criação de uma união bancária na área do euro, assim como o adiamento do cenário de consolidação orçamental abrupta nos Estados Unidos.

Para 2014, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas onde se espera um crescimento relativamente forte dos EUA, um crescimento mais moderado no Japão e uma recuperação da economia da União Europeia (UE). Porém, é de referir que as economias da UE continuam a evoluir de forma distinta, verificando-se um crescimento mais forte nos países bálticos e mais fraco nos países da área do euro sujeitos a programas de ajustamento económico.



Contudo, e na sequência da evolução registada nos últimos anos, os desequilíbrios externos entre as regiões deverão continuar a reduzir-se, dada a tendência de um crescimento mais fraco nas economias avançadas que se encontram mais endividadas (caso dos EUA e alguns países da área do euro) enquanto a procura interna nas economias de mercado emergentes, apesar da revisão em baixa, tenderá a crescer a um ritmo elevado, destacando-se, entre os países asiáticos, a China.

A incerteza associada às perspetivas económicas mundiais é ainda elevada. No caso da área do euro, deve-se à continuação da crise das dívidas soberanas e à ainda fraca robustez do sistema financeiro e bancário; e, no caso dos EUA, decorre da indefinição do acordo de médio prazo de redução da dívida pública e dos possíveis efeitos da redução de estímulos monetários por parte da Reserva Federal (*"tapering of quantitative easing"*) na volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais. No período mais recente, surgiram ainda sinais de alguma instabilidade financeira nos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente naqueles que apresentam um défice externo mais elevado (casos da Índia, Indonésia e Brasil). Estes sinais conduziram a saídas de capitais, depreciações cambiais e aumento dos seus custos de financiamento, contribuindo para as perspetivas de abrandamento do crescimento dessas economias.

No que se refere à área do euro, é de salientar que foram alcançados alguns progressos em termos de construção da união bancária europeia e de aplicação de medidas não convencionais de política monetária através do Banco Central Europeu (BCE). Estes desenvolvimentos permitiram reduzir o risco de fragmentação da área do euro, uma vez que resultaram na melhoria das condições de financiamento nos mercados internacionais e na diminuição dos prémios de risco, com especial impacto nos países periféricos mais atingidos pela crise das dívidas soberanas.

No âmbito nacional – Economia Portuguesa

Nos últimos 40 anos, Portugal viu-se obrigado a requerer ajuda externa em três ocasiões por situação de emergência financeira. Exige-se, assim, uma reforma profunda com vista a corrigir os desequilíbrios presentes e restabelecer a disciplina orçamental para assegurar, de forma efetiva e definitiva, a sustentabilidade das finanças públicas.

A acumulação de défices das contas públicas ao longo das últimas décadas deve-se a uma insuficiência crónica de receitas para satisfazer as despesas. A persistência de défices orçamentais elevados conduz à acumulação de dívida pública que, por sua vez, gera mais défice com consequências negativas para o país.

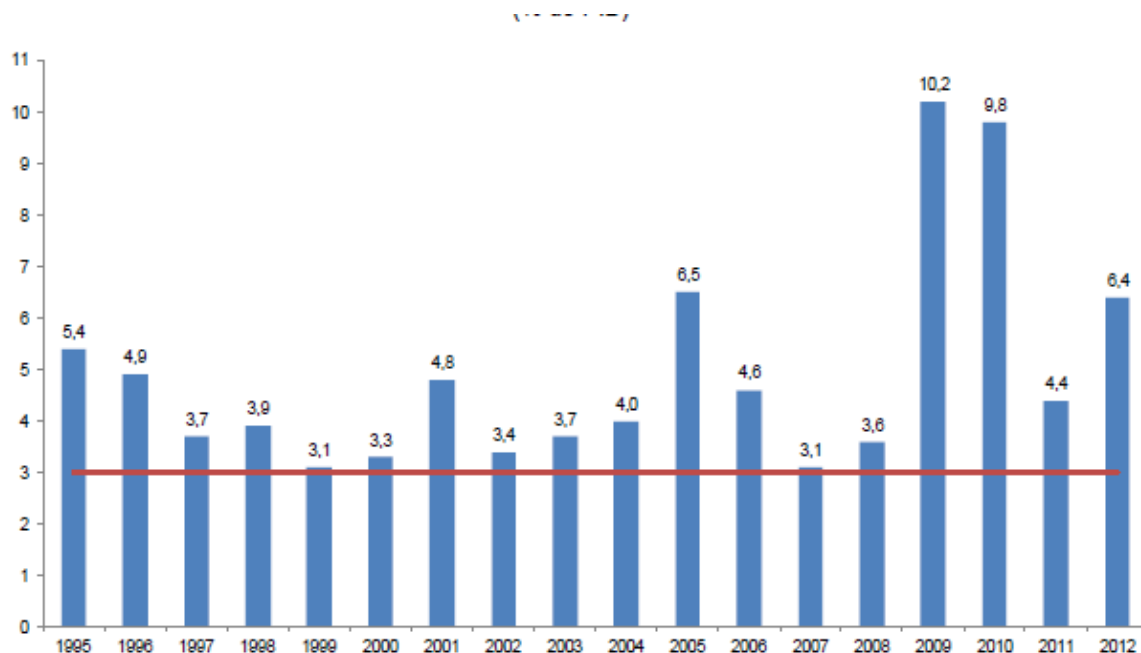
O último pedido de assistência financeira ocorreu no contexto da crise das dívidas soberanas da área do euro. As regras de participação na União Monetária foram identificadas desde o início, nomeadamente no que respeita à necessidade de assegurar a solidez das finanças públicas. Porém, estas regras não foram efetivamente aplicadas e o ajustamento que se exigia foi permanentemente adiado. Após a crise financeira global, os desequilíbrios dos Estados-Membros mais vulneráveis acentuaram-se e as fragilidades da construção da moeda única foram expostas. Os países da área do euro foram forçados a ajustar de forma abrupta.

Desde meados dos anos 90, beneficiou das condições financeiras mais favoráveis, mas adiou o cumprimento das suas responsabilidades enquanto participante na área do euro, bem como o processo de convergência que se exigia. O limite de 3% do PIB para o défice



orçamental nunca foi cumprido, resultando em níveis muito elevados de dívida pública. Mais ainda, o endividamento excessivo não se restringiu ao sector público: também as famílias e as empresas acumularam dívida, conduzindo a que Portugal acumulasse uma elevada dívida face ao exterior. Este comportamento verificou-se em simultâneo com um período de estagnação económica, aumento de desemprego e perda de competitividade.

Gráfico n.º 1 – Défice Orçamental (% do PIB)



Nota: * - conceito do Procedimento dos Défices Excessivos.

Fonte: Eurostat, setembro de 2013.

Os défices orçamentais eram crescentes e aproximavam-se dos dois dígitos, colocando Portugal numa situação de grande vulnerabilidade, num momento de elevada tensão na Europa. Os credores começaram a duvidar da capacidade de Portugal pagar a dívida e o Estado tinha cada vez mais dificuldades em financiar-se no mercado. Em abril de 2011, a bancarrota era iminente. A falta de dinheiro para pagar salários, pensões e assegurar as funções do Estado como um todo tornara-se uma ameaça real. O pedido de ajuda internacional foi incontornável e o ajustamento revelou-se inevitável, nomeadamente face à condicionalidade associada ao financiamento oficial

Nesse contexto, foi desenhado e iniciado o Programa de Ajustamento Económico, que prevê uma atuação em três frentes: (i) consolidação orçamental e colocação das finanças públicas numa trajetória sustentável; (ii) redução dos níveis de endividamento e recuperação da estabilidade financeira; (iii) transformação estrutural dirigida ao aumento de competitividade, à promoção do crescimento económico sustentado e à criação de emprego. O Programa dirige-se, assim, aos principais desafios da economia portuguesa. Mais ainda, os empréstimos oficiais permitem proteger o financiamento da economia das pressões dos mercados, dando tempo a Portugal para se ajustar gradualmente e para ganhar credibilidade e confiança a nível internacional. Se esta proteção não existisse, o ajustamento teria de ocorrer de qualquer forma, mas seria ainda mais abrupto.



A economia portuguesa continuou em 2013 o ajustamento dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas. Este ajustamento tem decorrido num enquadramento internacional desfavorável marcado pela estabilização da atividade económica nos principais parceiros comerciais e pela fragmentação dos mercados financeiros na área do euro.

A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013.

Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento dos saldos negativos da balança corrente mais rápido do que o inicialmente previsto, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, muito associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos. O ano de 2013 encontra-se contudo já marcado pelos primeiros sinais de inversão do ciclo económico, associados a uma estabilização da procura interna e à persistência de ganhos de quotas de mercado por parte das empresas exportadoras.

Assim, são de destacar os seguintes aspetos da situação financeira da economia portuguesa:

- ▶ Após a quebra de 3,2% da atividade económica verificada no ano de 2012, os dados mais recentes divulgados pelo INE indicam uma contração de 3,1% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013, (-4,1% e -2,1%, no primeiro e segundo trimestres respetivamente).
- ▶ Considerando a evolução em cadeia, o PIB cresceu 1,1% no segundo trimestre, com a procura interna a contribuir com 0,8 p.p. para este aumento.
- ▶ Apesar das condicionantes externas, nomeadamente os constrangimentos do mercado comunitário e as crescentes tensões nos mercados emergentes, as exportações de bens e serviços aceleraram no segundo trimestre de 2013, crescendo 7,3% quando comparadas com igual período do ano anterior. Esta evolução representou um ganho significativo de quotas de mercado. Também se assistiu a uma quebra homóloga significativamente inferior à do primeiro trimestre no consumo privado, e no investimento (FBCF), não compensada pela recuperação das importações de bens e serviços.
- ▶ As condições no mercado de trabalho continuaram a deteriorar-se em 2013, não obstante se tenha observado alguma reversão no 2º trimestre. A taxa de desemprego aumentou no 1º semestre e o desemprego de longa duração atinge já 60% do total de desempregados. A evolução recente das remunerações aponta para um aumento das variações nulas e negativas em 2011 e 2012, com um contributo significativo da rotação de trabalhadores para a redução dos custos salariais com o emprego. Os resultados do inquérito ao emprego do INE para o segundo trimestre de 2013 revelam uma descida em cadeia da taxa de desemprego de 1,3 p.p. para 16,4%, explicada pela descida do número de pessoas desempregadas. Em termos homólogos, a taxa de desemprego subiu 1,4 p.p. devido à redução da população ativa e ao aumento da população desempregada. No que diz respeito ao desemprego de longa duração, a taxa situou-se em 10,2% no segundo trimestre de 2013, abaixo do valor do trimestre anterior (em 0,2 p.p.), mas acima do registado no período homólogo (em 2,2 p.p.). Quanto ao desemprego jovem, a respetiva taxa atingiu 37,1% no segundo trimestre de 2013, menos 5 p.p. do que trimestre precedente e mais 1,6 p.p. que no período homólogo



- ▶ A taxa de variação homóloga do IPC situou-se em 0,3% no terceiro trimestre de 2013. Esta variação corresponde a menos 2,6 p.p. que no período homólogo. Durante os primeiros três trimestres de 2013, o IHPC em Portugal cresceu a um ritmo inferior ao verificado nos países da área do euro.
- ▶ A taxa de inflação média em 2013, medida pelo IPC, deverá situar-se em 0,6%, num contexto de fraca dinâmica da procura interna e com alguma heterogeneidade de variações entre classes de bens e serviços. Esta diminuição da taxa de inflação média reflete o esbatimento dos efeitos base do aumento da tributação e dos preços regulados, que foi significativo em 2011 e 2012 mas residual em 2013. A manutenção de baixas pressões inflacionistas reflete uma forte moderação salarial e a queda dos preços das matérias-primas e das importações de bens não energéticos num ambiente internacional deprimido. Esta evolução dos preços tem implícito um alargamento das margens de lucro agregadas que, por refletir alterações importantes na estrutura empresarial portuguesa, constitui parte fundamental do reequilíbrio dos balanços do setor empresarial.
- ▶ Durante o primeiro semestre de 2013, as exportações portuguesas de bens e serviços cresceram a um ritmo superior ao verificado no semestre anterior (4,0% e 0,8% em termos reais, respetivamente), não obstante a procura externa dirigida à economia portuguesa ter registado uma variação negativa (apesar de mais contida que no segundo semestre de 2012), sendo possível a Portugal alcançar ganhos significativos de quota de mercado que reforçam o valor positivo acumulado desde o início de 2012. Acrescenta-se que a evolução dos termos de troca foi positiva, especialmente beneficiada pelo desempenho negativo do deflator das importações.
- ▶ A partir de 2008 – ano em que as necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa atingiram o valor mais elevado desde 1995 (11,4% do PIB) – e particularmente a partir de 2011, assistiu-se a uma melhoria substancial do saldo conjunto da balança corrente e de capital. Após um défice de 5,6% em 2011, verificou-se, em 2012, um excedente de 0,2% do PIB, o primeiro excedente nas últimas duas décadas. Já no primeiro semestre de 2013, registou-se um saldo positivo equivalente a 1,6% do PIB ou 1,3 mil milhões de euros, demonstrando que o processo de ajustamento face ao exterior se intensificou.
- ▶ Em linha com as exigências da supervisão para os rácios de solvabilidade dos bancos e com a necessidade de ajustamento dos balanços das empresas não financeiras e famílias, o crédito concedido ao setor privado continuou a registar variações negativas em todos os segmentos.
- ▶ As atuais estimativas apontam para uma contração do PIB de 1.6 por cento em 2013 (-3.2 por cento em 2012). A informação relativa ao segundo trimestre de 2013 e os indicadores disponíveis para o terceiro trimestre sugerem que se poderá estar a iniciar um processo gradual de recuperação económica. A atual estimativa tem implícita uma continuação do aumento da taxa de variação homóloga, que deverá regressar a valores positivos no final do ano.
- ▶ A contração do PIB em 2013 combina uma nova contração da procura interna decorrente dos efeitos sobre o rendimento e a procura da continuação do processo de consolidação orçamental e de redução do endividamento do setor privado, com um crescimento robusto das exportações. A evolução das



exportações, num contexto de evolução desfavorável da procura externa, determinou ganhos expressivos de quota de mercado pelo terceiro ano consecutivo, o que traduz uma capacidade notável de adaptação do setor produtivo português.

No futuro mais próximo, a economia portuguesa enfrenta o enorme desafio de retomar o pleno acesso a financiamento de mercado. O cumprimento desta etapa impõe que o país seja capaz de assegurar de forma credível a continuação do esforço de ajustamento ao longo dos próximos anos, exigindo o reforço em torno da envolvente institucional

Cenário Macroeconómico para 2014

Para 2013, projeta-se uma contração do PIB de 1,8% em média anual. Em termos trimestrais, deverá continuar a reforçar-se a tendência de recuperação da atividade económica iniciada no segundo trimestre do ano. Esta estimativa é sustentada, não apenas pelos dados divulgados pelo INE no âmbito das Contas Nacionais Trimestrais, mas também pelos indicadores avançados e coincidentes de atividade económica divulgados por um conjunto variado de instituições, em conjugação com uma marcada melhoria dos indicadores qualitativos associados às expectativas dos agentes económicos.

Quadro nº1 – Indicadores macroeconómicos (taxa de variação, %)

	2011	2012	2013 ^(p)	2014 ^(p)
PIB e Componentes da Despesa (<i>Taxa de crescimento homólogo real, %</i>)				
PIB	-1,3	-3,2	-1,8	0,8
Consumo Privado	-3,3	-5,4	-2,5	0,1
Consumo Público	-5,0	-4,7	-4,0	-2,8
Investimento (FBCF)	-10,5	-14,3	-8,5	1,2
Exportações de Bens e Serviços	6,9	3,2	5,8	5,0
Importações de Bens e Serviços	-5,3	-6,6	0,8	2,5
Contributos para o crescimento do PIB (<i>pontos percentuais</i>)				
Procura Interna	-5,5	-6,9	-3,7	-0,3
Procura Externa Líquida	4,2	3,8	1,9	1,1
Evolução dos Preços				
Deflator do PIB	0,3	-0,3	1,9	0,9
IPC	3,7	2,8	0,6	1,0
Evolução do Mercado de Trabalho				
Emprego	-1,5	-4,2	-3,9	-0,4
Taxa de Desemprego (%)	12,7	15,7	17,4	17,7
Produtividade aparente do trabalho	0,1	1,0	2,2	1,2
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (<i>em % do PIB</i>)				
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-5,6	0,2	2,3	3,5
- Saldo da Balança Corrente	-7,2	-1,9	0,5	1,9
<i>da qual</i> Saldo da Balança de Bens	-7,7	-4,7	-2,6	-1,7
- Saldo da Balança de Capital	1,6	2,1	1,8	1,5

Legenda: (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.



Para 2014, prevê-se um crescimento do PIB em 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa da procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Este último contributo é menos relevante em 2014 do que em anos anteriores, fruto de uma aceleração das importações de bens e serviços em resposta à estabilização do consumo privado e ao crescimento do investimento (FBCF). Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da atividade económica. Dada a manutenção de um elevado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas continue: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3,5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1,9% do PIB, reforçando assim o resultado de 2013.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 17,7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho positiva (apesar de em desaceleração) e uma queda do emprego inferior à registada em 2013.

O consumo público, por sua vez, deverá diminuir em 2,8% no próximo ano, como resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública.

Previsões Macroeconómicas e Orçamentais de Entidades Internacionais

O Programa de Ajustamento Económico tem subjacente uma monitorização regular da implementação das medidas que lhe são subjacentes. Assim, trimestralmente, são realizadas avaliações que, além de incidirem sobre o cumprimento das medidas, atualizam as projeções macroeconómica e orçamentais. Este facto justifica o alinhamento entre as projeções realizadas pelo Governo, a CE e o FMI.

Deste modo, as divergências face às projeções publicadas por estas instituições decorrem somente da diferença no momento da sua divulgação. As atuais projeções subjacentes à proposta do OE2014 são consistentes com as das oitava e nona avaliações, e resultam quer da atualização das hipóteses externas, quer da incorporação de dados quantitativos e qualitativos divulgados até ao terceiro trimestre de 2013.

Quadro nº2 – Previsões macroeconómicas (taxa de variação, %)

	MF		Comissão Europeia		OCDE		FMI	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)								
PIB	-1,8	0,8	-2,3	0,6	-2,7	0,2	-1,8	0,8
Consumo Privado	-2,5	0,1	-3,5	0,1	-4,0	-1,5	:	:
Consumo Público	-4,0	-2,8	-2,6	-2,0	-3,9	-2,0	:	:
Investimento (FBCF)	-8,5	1,2	-7,7	2,5	-10,6	-0,7	:	:
Exportações de Bens e Serviços	6,8	5,0	0,8	4,4	1,4	5,1	6,0	4,9
Importações de Bens e Serviços	0,8	2,5	-3,9	3,1	-3,1	1,3	0,8	2,6
Evolução dos Preços								
IHPC	0,6	1,0	0,7	1,0	0,0	0,2	0,7	1,0
Evolução do Mercado de Trabalho								
Taxa de Desemprego (%)	17,4	17,7	18,2	18,5	18,2	18,6	17,4	17,7
Saldos das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)								
Saldo da Balança Corrente	0,5	1,9	0,1	0,1	-0,9	0,5	:	:

Nota: Ausência de dados refere-se à inexistência de previsão para a variável ou série não comparável.

Fonte: Ministério das Finanças; Comissão Europeia, *The Economic Adjustment Programme for Portugal seventh review - Winter 2012/2013*; OCDE, *Economic Outlook*, maio 2013; FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2013



Política Orçamental do Estado para 2014

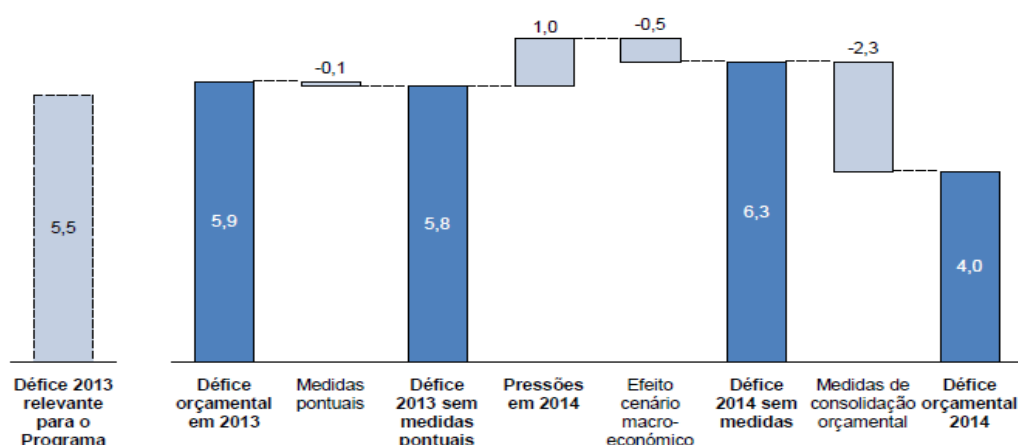
A economia portuguesa está desde 2011 sob influência do programa de ajustamento económico e financeiro acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego.

Faltando menos de um ano para a conclusão do Programa de Ajustamento Económico e mantendo-se a conjuntura de excecionalidade que lhe está subjacente, o período de tempo que corresponde ao próximo Orçamento do Estado coloca desafios sem precedentes nas exigências de consolidação orçamental. Naturalmente, este período traz também exigências acrescidas na perspetiva do próprio juízo sobre a globalidade da execução dos compromissos assumidos pelo Estado português no âmbito do Programa.

Em 2013, os desenvolvimentos orçamentais refletem precisamente a manutenção da estratégia de consolidação orçamental, prossequindo o esforço de reequilíbrio das contas públicas, de forma a criar as condições de estabilidade para uma economia com um crescimento mais orientado para a dinâmica do mercado externo e com criação de emprego.

Assim, após os progressos alcançados ao nível da correção estrutural das contas públicas até 2012, no sétimo exame regular do Programa de Ajustamento Económico, **os limites para o défice orçamental foram revistos de 4,5% para 5,5% do PIB em 2013 e de 2,5% para 4% em 2014.** Esta alteração do limite do défice decorre, essencialmente, da evolução menos favorável do mercado de trabalho e da composição do PIB, persistindo em 2013 a contribuição negativa da procura interna. Ambos os fatores resultam em receitas fiscal e contributiva inferiores ao inicialmente previsto, e no aumento das despesas com prestações sociais, em particular com o subsídio de desemprego.

Gráfico n.º 2 – Do défice de 2013 ao défice de 2014



Fonte: Ministério das Finanças.

O ano de 2014 será um ano de transição entre o Programa de Ajustamento Económico e o novo enquadramento orçamental a que estão sujeitos os países da União Europeia e, mais especificamente, os países da área do euro. Neste enquadramento, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, na sua vertente corretiva, estabelece que um procedimento



por défice excessivo pode ser aberto se o défice orçamental exceder 3% do PIB e/ou o rácio da dívida exceder 60% do PIB (valor de referência) ou não apresentar uma diminuição significativa, a um ritmo satisfatório. Porém, o cumprimento desta regra goza de um período transitório de três anos após a eliminação da situação de défice excessivo.

Quadro nº3– Medidas de consolidação orçamental em 2014

(milhões de euros)

	Valores brutos	
	M€	% do PIB
Despesas com o pessoal	1 320	0,8
Alteração da política de rendimentos	643	0,4
Aplicação do horário semanal de trabalho de 40h: redução de efetivos por aposentação e redução do trabalho suplementar	153	0,1
Execução de Programas de Rescisões por Mútuo Acordo	102	0,1
Utilização do Sistema de Requalificação de trabalhadores	59	0,0
Reformas estruturantes no sistema educativo	215	0,1
Outras medidas setoriais	148	0,1
Prestações sociais	891	0,5
Convergência da fórmula de cálculo das pensões da CGA com as da Segurança Social	728	0,4
Não acumulação dos efeitos da convergência das pensões da CGA com a CES	-340	-0,2
Ajuste da idade de acesso à pensão de velhice com base no factor de sustentabilidade	205	0,1
Introdução de condição de recursos nas pensões de sobrevivência	100	0,1
Outras medidas setoriais	198	0,1
Prestações sociais em espécie	21	0,0
Consumo intermédio	460	0,3
Reforma Hospitalar e otimização de custos na área da Saúde	207	0,1
Racionalização de custos e redefinição de processos nas áreas da Segurança e Defesa	124	0,1
Outras medidas setoriais	129	0,1
Subsídios	153	0,1
Redução das indemnizações compensatórias para o Setor Empresarial do Estado	90	0,1
Outras medidas setoriais	64	0,0
Investimento	290	0,2
Outra despesa corrente	48	0,0
Total de medidas do lado da despesa	3 184	1,9
Diminuição de Despesa	3 184	1,9
Impostos sobre a produção e a importação	170	0,1
Impostos sobre o rendimento e o património	240	0,1
Contribuições sociais	168	0,1
Alteração nas contribuições para ADSE, SAD e ADM	132	0,1
Ações de fiscalização e cobrança coerciva da Segurança Social	31	0,0
Outras medidas com efeito em contribuições sociais	5	0,0
Outras receitas	415	0,2
Otimização do uso de fundos europeus no Emprego e Segurança Social	199	0,1
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	100	0,1
Aumento da contribuição sobre o setor bancário	50	0,0
Outras medidas	67	0,0
Total de medidas do lado da receita	994	0,6
Perda de receita fiscal das medidas em despesas com pessoal e prestações sociais	-314	-0,2
Perda de receita contributiva do empregado das medidas em despesas com pessoal	-145	-0,1
Aumento de Receita	534	0,3
Total de medidas permanentes	3 718	2,2
Total de medidas pontuais	183	0,1
Total	3 901	2,3

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2013.



Situação financeira da Administração Local

A Reforma da Administração Local promovida pelo Governo assentou num conjunto de alterações legislativas, que se concretizaram, no ano 2013, na publicação do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e na aprovação, pela Assembleia da República, da nova Lei das Finanças Locais e do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Adicionalmente, no ano 2013 já são visíveis os resultados da implementação dos diplomas referentes ao novo Regime Jurídico das Atividades Empresariais (redução de 130 empresas locais e participações locais em empresas, para 204 empresas no universo autárquico), ao novo Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Local (tendo-se verificado, até à data, uma redução de 15% no número de dirigentes, de um objetivo de 25% a reduzir no período de 3 anos), e ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) (*No âmbito deste Programa, já foram injetados na economia local aproximadamente 400 milhões de euros, através do empréstimo concedido pelo Estado aos municípios para a regularização das suas dívidas a fornecedores*).

Ao nível do endividamento, assistiu-se a uma diminuição da dívida bruta em cerca de 13% (aproximadamente 1.000 milhões de euros); o endividamento de médio e longo prazo diminuiu em mais de 26% (o que representa cerca de 1.200 milhões de euros); e os pagamentos em atraso aos fornecedores diminuíram consideravelmente (em cerca de 400 milhões de euros entre agosto de 2013 e final de 2012).

Em 2014 entra em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo expectável um reforço progressivo da disciplina orçamental neste subsector das Administrações Públicas. A nova Lei de Finanças Locais, foi aprovada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que respeita à inclusão de entidades no respetivo sector, à adoção de um quadro orçamental plurianual e às regras de endividamento. Define-se também um novo calendário para a preparação dos orçamentos municipais, compatível com o do Orçamento do Estado.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que contribuirá para um ajustamento da gestão autárquica tendo em vista atingir uma execução orçamental mais equilibrada.

Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental que existia anteriormente sendo que com as regras atuais o risco fica mais confinado à possibilidade de uma evolução da receita que não permita fazer face aos compromissos já assumidos ou aos legalmente previstos.

Receitas e Despesas da Administração Regional e Local

A Administração Regional e Local (ARL), deverá apresentar, no final de 2013, um saldo deficitário de 1.055 milhões de euros (-1.109 milhões de euros na Administração Regional e 54 milhões de euros na Administração Local). Este saldo é, em grande parte, reflexo dos programas de regularização de dívidas de anos anteriores que foram implementados durante o ano corrente em cada um dos subsectores; enquanto a Administração Local beneficiou do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no montante previsto de 660 milhões de euros, a Região Autónoma da Madeira, obteve o



aval da República na contratação de empréstimos junto da banca no montante de cerca de 1.100 milhões de euros. Assim, excluindo o efeito dos programas que visam exclusivamente o pagamento de dívidas de anos anteriores, é expectável um saldo para a ARL de 705 milhões de euros (480 milhões de euros em 2012).

Para 2014 prevê-se para a ARL, um saldo orçamental excedentário de 653 milhões de euros, como reflexo das medidas de consolidação orçamental que se continuarão a implementar.

Gráfico n.º 3 – Saldos orçamentais da Administração Regional e Local (milhões de euros)

(milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças.

Administração Local

Para a Administração Local (AL) espera-se, em 2013, um excedente orçamental de 54 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 693 milhões de euros, face a 2012. No entanto, este comportamento é quase na totalidade explicado pelo efeito do PAEL, programa a que recorreram cerca de 112 municípios, que tiveram acesso a 660 milhões de euros, exclusivamente para pagamento de dívidas de anos anteriores, e assim regularizar os pagamentos em atraso, conforme previsto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). Sem o efeito do PAEL, seria de esperar um excedente de 713 milhões de euros para 2013, inferior em 33 milhões de euros ao excedente registado em 2012. Em 2014, a AL deverá registar um saldo de 869 milhões de euros, influenciado pelo crescimento da receita fiscal.



Quadro nº 4 – Receitas e despesas da administração local

	Milhões de Euros			% do PIB			Taxa de Variação (%)	
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2013	2014
Receita Efetiva	7.640	7.773	7.397	4,6	4,7	4,4	1,7	-4,8
Receita Fiscal	2.221	2.337	2.530	1,3	1,4	1,5	5,2	8,3
da qual:								
IM	1.230	1.359	1.530	0,7	0,8	0,9	10,5	12,6
IMT	386	367	385	0,2	0,2	0,2	-4,9	4,9
Transferências	3.763	3.795	3.516	2,3	2,3	2,1	0,9	-7,4
das quais:								
Das Adm. Públicas	2.551	2.636	2.894	1,5	1,6	1,7	3,3	9,8
União Europeia	749	457	491	0,5	0,3	0,3	-38,9	7,4
Outra Receita	1.656	1.641	1.351	1,0	1,0	0,8	-0,9	-17,7
Despesa Efetiva	6.894	7.719	6.529	4,2	4,7	3,9	12,0	-15,4
Despesa Corrente	4.931	5.487	4.804	3,0	3,3	2,9	11,3	-12,4
Despesas com Pessoal	2.241	2.419	2.241	1,4	1,5	1,3	8,0	-7,4
Outra Despesa Corrente	2.691	3.068	2.563	1,6	1,9	1,5	14,0	-16,5
Despesa de Capital	1.963	2.233	1.725	1,2	1,4	1,0	13,8	-22,7
Saldo global	747	54	869	0,5	0,0	0,5		
Despesa Efetiva s/ PAEL		7.060	6.392					
Saldo Global s/ PAEL		713	1.005					
Saldo Primário	895	247	1.027	0,5	0,1	0,6		

Fonte: Ministério das Finanças.

Em 2013, a receita deverá registar um crescimento de 1,7% o que se justifica, quase na totalidade, pela evolução positiva expectável da receita fiscal, assente principalmente no crescimento esperado para a receita cobrada de IMI (+10,5%), em resultado da reavaliação do património imobiliário. Apesar da receita de transferências se manter em linha, realça-se a quebra das transferências provenientes da UE, entendida como reflexo da menor execução de projetos cofinanciados, como consequência da contração do investimento público.

Quadro nº 5 – Transferências do Orçamento do Estado para a Administração Local (milhões de euros)

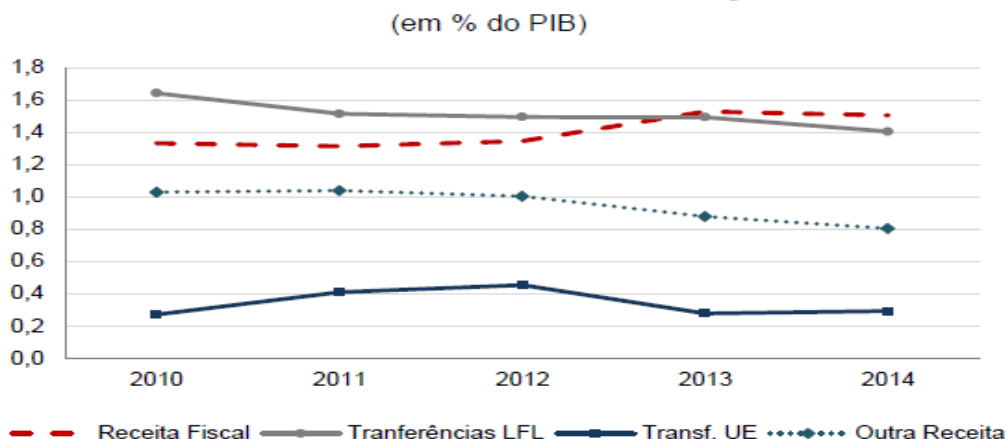
	2010	2011	2012	2013	2014
Orçamento do Estado: LFL	2.838	2.592	2.468	2.468	2.361
FEF	2.063	1.868	1.752	1.752	1.701
FSM	171	153	141	141	141
IRS	392	377	391	392	335
FFF	212	194	184	184	184

Fonte: Ministério das Finanças.

A evolução da receita de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Locais apresenta, desde 2010, uma tendência decrescente.



Gráfico nº 4 – Receitas da administração local (% do PIB)



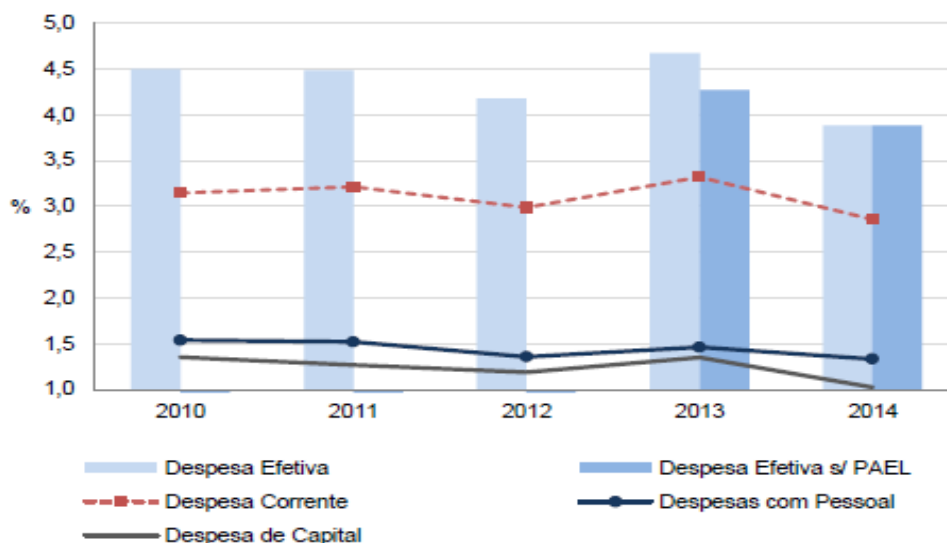
Fonte: Ministério das Finanças.

A evolução da despesa, +12% em 2013, está influenciada principalmente pelos pagamentos no âmbito do PAEL. Expurgando este efeito, é de esperar um crescimento da despesa na ordem dos 2%, relativamente a 2012. Estes resultados mostram o esforço de consolidação orçamental, na medida em que, durante 2013, assistiu-se a um aumento das despesas com pessoal, consequência da reposição de um dos subsídios e da aproximação da taxa da contribuição da entidade patronal para a CGA à taxa da Segurança Social.

Prevê-se que em 2014 se dê continuidade ao esforço de consolidação orçamental, o que se traduzirá numa redução da despesa efetiva de 15,4%, face a 2013. Esta quebra deverá ser generalizada a toda a despesa, com especial destaque para a despesa de capital (-22,7%), nomeadamente por ser através desta componente da despesa que se regularizaram a maior parte das dívidas de anos anteriores.

Excluindo o montante de despesa realizada no âmbito do PAEL, em ambos os anos, a quebra da despesa efetiva seria de 9%.

Gráfico nº 5 – Despesas da administração local (% do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças.



II_ Documentos Previsionais 2014 do Município de Estarreja

Enquadramento Legal e Orçamental

De acordo com o determinado na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em especial o estabelecido na alínea a) do n.º1 do art.º 25.º e alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, são a seguir apresentadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Estarreja para o ano 2014, para posterior submissão à apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Os documentos previsionais das autarquias assentam no princípio da independência estabelecido na Lei do Enquadramento Orçamental, decorrente do previsto no nº 2 do artigo 237º da Constituição da República Portuguesa, no que concerne à aprovação das opções do plano e orçamento.

Os Municípios alicerçados pela Constituição e concretizada na Lei das Finanças Locais dispõem de autonomia financeira, o que pressupõe que constituem receitas das autarquias, um conjunto de tributos que resultam da gestão do seu património, da utilização dos seus serviços, da participação nos recursos públicos do estado e dos outros poderes tributários consagrados no referido diploma, bem como proceder à realização de despesas enformadas da conformidade legal, regularidade financeira e respeito pela economia, eficiência e eficácia.

O Orçamento de 2014 e as Grandes Opções do Plano (2014-2017), enquadram toda a atividade municipal a ser empreendida ao longo do exercício 2014, espelhando as preocupações de consolidação das contas públicas a médio prazo no contexto nacional (défice orçamental em 2014 de 4% do PIB) e coesão económica, atendendo às dificuldades da crise europeia em especial na zona euro, bem como o cumprimento das metas orçamentais no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), celebrado com a União Europeia (UE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE).

Assim, com a presente proposta de Orçamento, procura-se encetar mecanismos de consolidação e sustentabilidade de longo prazo das contas municipais e melhoria da qualidade das finanças autárquicas, através de alienação de património e de uma melhoria do controlo e execução orçamental, em consonância com os princípios orientadores do Endividamento Autárquico.

Atendendo ao panorama económico-financeiro e económico que paira na União Europeia, nos termos da lei, apresenta-se a proposta do Orçamento do Município de Estarreja para vigorar em 2014, que está em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, doravante designado por POCAL, publicado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos - Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém todas as receitas e todas as despesas que se preveem cobrar no período financeiro coincidente com o ano civil.



Planeamento e Gestão Previsional

A gestão económica e financeira autárquica está consubstanciada no Orçamento, apresentando uma característica bem diferenciada do que ocorre ao nível empresarial e privado. A diferenciação verifica-se, desde logo, do facto da empresa, a partir de um capital inicial, desenvolver a atividade económica, da qual decorre a realização de receitas e despesas reportadas ao próprio exercício financeiro. As autarquias locais, desempenham a sua atividade, no ano civil, subordinando a sua ação ao Orçamento da Receita e da Despesa, aprioristicamente determinadas.

As autarquias para a satisfação das necessidades coletivas das respetivas populações, têm de criar e desenvolver serviços públicos locais, cuja atividade implica a realização de despesas, traduzindo-se estas na afetação de unidades monetárias.

As autarquias, têm que quantificar, em termos monetários, toda a atividade económica, política e administrativa, possibilitando pela previsão e aplicação regular dos recursos arrecadados o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

No âmbito da gestão previsional, a atividade financeira a desenvolver pelas autarquias locais, baseia-se no **Orçamento**, que deverá ser elaborado tendo em conta os princípios e regras previsionais, em articulação com o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** e o **Plano das Atividades Municipais mais Relevantes (PAM)**, uma vez que estes três mapas tratam de informação comum.

O planeamento e programação de atividades, traduzidos no PPI e PAM, bem como a preparação do orçamento, que clarifica sobre o modo como as mesmas serão financiadas, representam não só o cumprimento de um imperativo legal como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis. Planear não é mais do que decidir hoje sobre o futuro próximo, no respeito integral da missão da Autarquia Local, bem como das atribuições e competências dos respetivos órgãos.

O processo de planeamento não pode por isso ser encarado como um instrumento rígido, estático, mas sim como uma atividade dinâmica, ajustável a uma realidade sempre em mutação.

Estrutura e conteúdo

O **Orçamento para 2014** e **Grandes Opções do Plano (2014-2017)**, são o instrumento essencial da gestão pública do Município e reflectem a orientação política que se pretende adoptar, em prol do desenvolvimento do concelho.

Estas duas ferramentas de gestão previsional enquadram-se na Contabilidade Orçamental preconizada pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e descrevem todo o programa de acção do executivo do Município de Estarreja para o ano económico de 2014, discriminando orientações gerais, linhas estratégicas, objetivos, programas, projetos e ações a desenvolver.

As **Grandes Opções do Plano (GOP)** definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o **Plano Plurianual de Investimentos**, e o **Plano de Atividades Municipais**.



O **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** é um quadro de base móvel, abrangendo quatro anos e que engloba todos os objectivos a prosseguir pela Autarquia, bem como os respectivos programas, projectos e acções definidos, devendo incluir, para cada investimento previsto, o respectivo montante de despesa orçamental para cada um dos quatro anos.

O **Plano de Actividades Municipais (PAM)**, inclui a definição de objectivos e discriminação dos respectivos programas e acções com maior impacto na gestão da autarquia local. Este documento evidencia apenas as actividades que merecem destaque e a realizar durante o exercício económico em causa.

As GOP permitem de modo agregado por Objectivo e Programa o conhecimento do plano anual de actividades com um grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis. Os projectos/acções incluídos têm, à semelhança do PPI e do PAM, ligação directa ao Orçamento através de rubricas económicas orçamentais.

O **Orçamento** é um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar no exercício económico em planeamento.

Regras Previsionais

No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Enquadramento Orçamental, apresenta-se um orçamento que responde, nomeadamente, às questões de equidade intergeracional, à anualidade e sua unidade, bem como o respeito pelos princípios orientadores do endividamento autárquico.

Na elaboração do **Orçamento de 2014** imperaram as regras previsionais estipuladas no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 05 de Abril.

O enquadramento atual das finanças públicas bem como a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014 e o PAEF, permitiu que se antecipassem algumas medidas que vincularão os Municípios no próximo ano, o que por sua vez implicaram alguns ajustamentos às regras previsionais, desde a orçamentação das despesas com pessoal e a orçamentação das verbas decorrentes dos critérios de repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais.

Regras de Execução Orçamental

A execução deste Orçamento da Receita e da Despesa, deve obedecer-se ao ponto 2.3.4.2 do POCAL e à Lei de Enquadramento Orçamental, sendo que em resumo serão atendidos os seguintes princípios:

- Conformidade legal;
- Regularidade Financeira
- Economia, Eficiência e Eficácia



III – Orçamento 2014

O Orçamento das Autarquias, é um documento contabilístico onde está previsto a totalidade dos encargos ou aplicações e onde é computada a receita ou origem de fundos, para um período de tempo determinado, após aprovação pelos órgãos próprios converte-se na lei económica orçamental do governo local.

O Orçamento Municipal destina-se a orçar a receita e a autorizar a aplicação do seu produto nos serviços ou melhoramentos municipais durante um ano económico. É uma previsão de recebimentos e pagamento, para um período de um ano civil, que pressupõe a autorização pelo órgão competente (neste caso, a Assembleia Municipal) para que o órgão executivo possa arrecadar receitas e assumir compromissos até aos montantes estabelecidos no Orçamento e em cumprimento com a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

O Orçamento é estruturado com base no classificador económico das despesas e das receitas, divididas em correntes e de capital e aprovado pelo Decreto-Lei n.º26/2002, de 14 de Fevereiro o qual nos termos do seu artigo 2.º é de aplicação obrigatória às autarquias locais, bem como os demais ofícios circulares e instruções contabilísticas emanadas pelo SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na aplicação do POCAL).

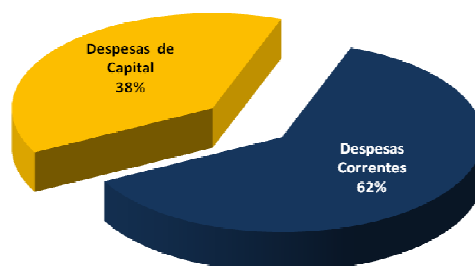
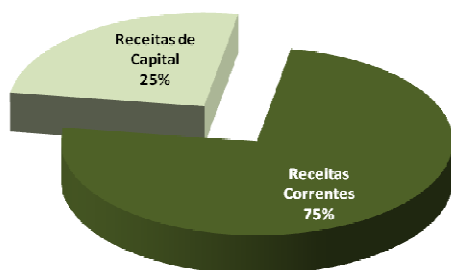
O presente Orçamento cumpre com as regras e princípios orçamentais, nomeadamente com o princípio do equilíbrio orçamental, o princípio da unidade e o princípio da universalidade.

O volume de receitas e despesas previstas, nesta proposta de orçamento para 2014, é de **17.500.000,00€**, refletindo os impactos da manutenção das transferências do orçamento de estado, a inscrição dos projetos que decorrem do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN) e seu encerramento físico e financeiro, a contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento complementar dos referido projetos participado pelo QREN.

Decomposição do Orçamento

A decomposição do orçamento das receitas traduz um nível de **receitas correntes** de **13.045.235,00€** e de **receitas de capital** de **4.454.765,00€**, o que representa uma distribuição de receita de 74,54% e 25,46%, respetivamente.

Relativamente ao orçamento das despesas, o mesmo é decomposto num nível de **despesa corrente** de **10.805.878,00€** e de **despesas de capital** de **6.694.122,00€**, traduzindo uma distribuição de 62,75% e 38,25%, respetivamente.





Quadro nº6- Resumo das Receitas e Despesas

RECEITA	Dotação Inicial (a)	%	DESPESA	Dotação Inicial (a)	%
Receitas Correntes	13.045.235,00	74,54%	Despesas Correntes	10.805.878,00	61,75%
Impostos Directos	3.866.800,00	22,10%	Pessoal	4.624.700,00	26,43%
Impostos Indirectos	566.500,00	3,24%	Aquisição de Bens e Serviços	4.776.365,00	27,29%
Taxas, Multas e Outras Penal.	182.095,00	1,04%	Aquisição de Bens	666.150,00	3,81%
Rendimentos de Propriedade	714.800,00	4,08%	Aquisição de Serviços	4.110.215,00	23,49%
Transferências Correntes	6.647.240,00	37,98%	Juros e Outros Encargos Financeiros	262.000,00	1,50%
Venda de Bens e Serviços Correntes	923.800,00	5,28%	Transferências Correntes	959.954,00	5,49%
Outras Receitas Correntes	144.000,00	0,82%	Outras Despesas Correntes	182.859,00	1,04%
					0,00%
Receitas de Capital	4.454.765,00	25,46%	Despesas de Capital	6.694.122,00	38,25%
Venda de Bens de Investimento	321.500,00	1,84%	Investimentos	4.781.834,00	27,32%
Transferências de Capital	2.710.452,00	15,49%	Transferências de Capital	580.163,00	3,32%
Passivos Financeiros	1.243.188,00	7,10%	Activos Financeiros	129.625,00	0,74%
Outras Receitas de Capital	129.625,00	0,74%	Passivos Financeiros	1.200.000,00	6,86%
Outras Receitas		0,00%	Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,01%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00				
RECEITAS TOTAIS	17.500.000,00	100,00%	DESPEAS TOTAIS	17.500.000,00	100,00%

Evolução das previsões orçamentais

A Orçamento Municipal para 2014 totaliza €17.500.000,00, registando uma redução absoluta das previsões de €3.200.000,00 face às previsões iniciais de 2013 (€20.700.000,00), o que traduz um decréscimo de cerca de 15,46%.

O valor previsional das receitas correntes aumentou cerca de 5,47%, enquanto as receitas de capital previsionais diminuíram 46,81% em relação ao previsto no ano 2013.

No quadrante da despesa, assiste-se a um decréscimo de despesas correntes que ronda os 1,9%, com as despesas de capital a diminuíram em cerca de 31,52%.

Quadro nº7- Mapa comparativo 2014vs2013

Designação	2014	2013	%?
DESPEAS CORRENTES	10.805.878,00	10.925.086,00	-1,09%
DESPEAS DE CAPITAL	6.694.122,00	9.774.914,00	-31,52%
TOTAL DA DESPESA	17.500.000,00	20.700.000,00	-15,46%
RECEITAS CORRENTES	13.045.235,00	12.368.905,00	5,47%
RECEITAS DE CAPITAL	4.404.765,00	8.281.095,00	-46,81%
OUTRAS RECEITAS	50.000,00	50.000,00	0,000%
TOTAL DA RECEITA	17.500.000,00	20.700.000,00	-15,46%

A evolução das previsões orçamentais encontra-se descrita no quadro e gráfico apresentados de seguida:



Quadro nº8 – Evolução das Previsões Orçamentais 2006-2014

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Totais	29.052.537,00	29.960.000,00	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	23.977.000,00	20.700.000,00	17.500.000,00
Rec. Correntes	11.691.756,00	13.437.598,00	13.605.186,00	16.017.830,00	12.332.830,00	11.893.188,00	11.978.311,00	12.368.905,00	13.045.235,00
Rec. Capital	17.360.781,00	16.522.402,00	16.594.814,00	17.482.170,00	17.327.170,00	14.637.312,00	11.998.689,00	8.331.095,00	4.404.765,00
Despesas Totais	29.052.537,00	29.960.000,00	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	23.977.000,00	20.700.000,00	17.500.000,00
Desp. Correntes	11.036.615,87	12.081.282,57	12.589.471,68	13.917.493,60	13.959.641,88	11.864.667,00	11.016.346,00	10.925.086,00	10.805.878,00
Desp. Capital	18.015.921,13	17.878.717,43	17.610.528,32	19.582.506,40	15.700.358,12	14.665.833,00	12.960.654,00	9.774.914,00	6.694.122,00
Varição		3,12%	0,80%	10,93%	-11,46%	-10,55%	-9,62%	-13,67%	-15,46%

Gráfico nº7

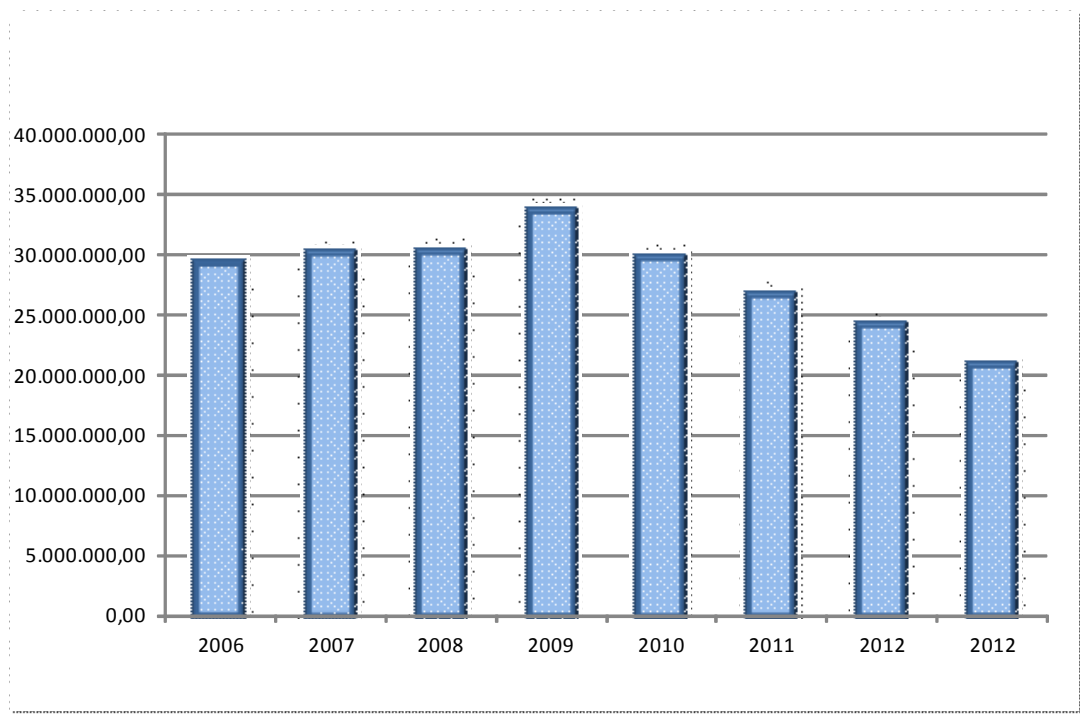
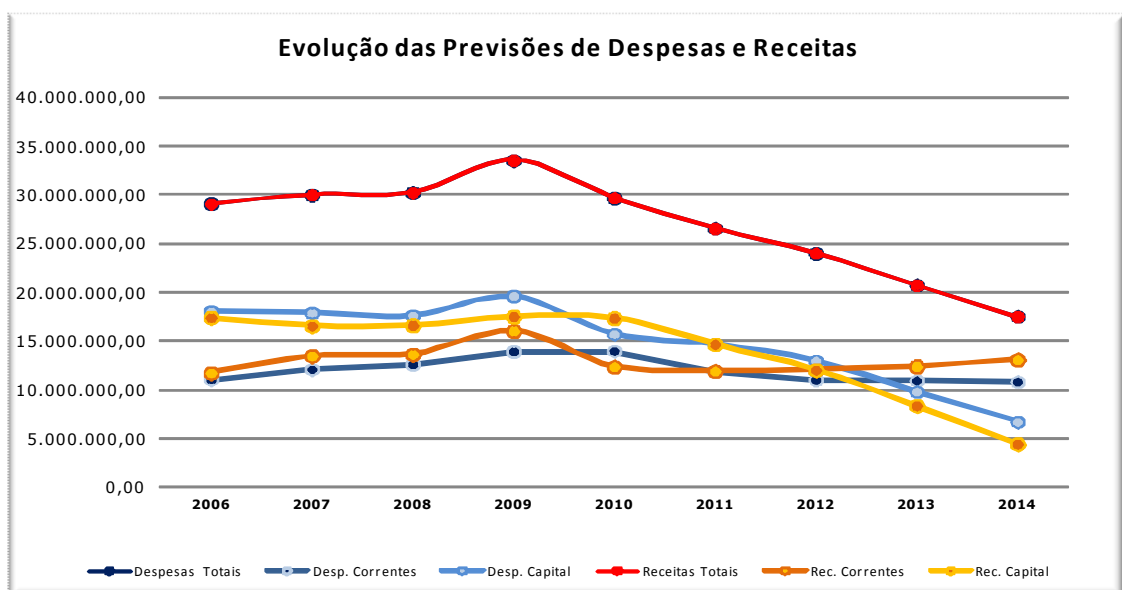


Gráfico nº8



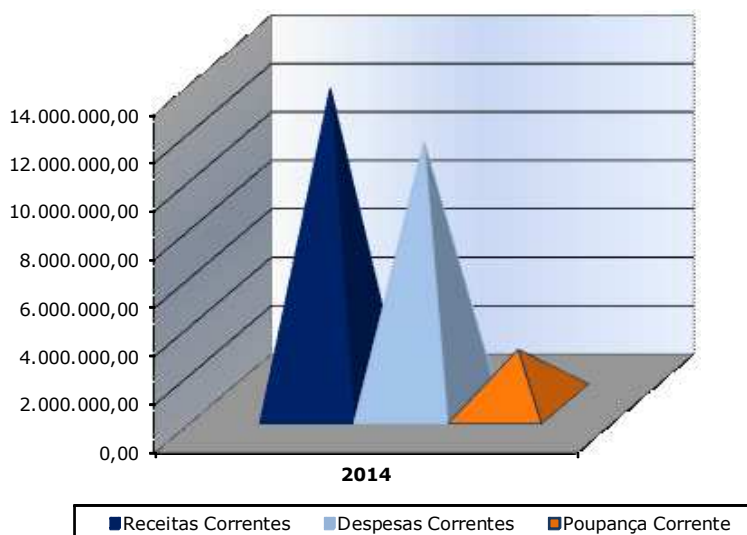


Poupança Corrente

O orçamento para 2014 tem subjacente um nível de poupança corrente de 2.239.357,00€, facto que à luz do princípio do equilíbrio. Permite que se assista a uma canalização de receitas correntes para financiamento de despesas de capital, em sede de documentos previsionais.

Gráfico nº9

Poupança Corrente - Documentos Previsionais 2014



O presente Orçamento respeita igualmente o nº2 do artigo 40º da Nova Lei das Finanças Locais (Lei nº73/2013, de 3 de setembro),

61

Artigo 40.º

Equilíbrio orçamental

- 1- Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Assim, temos :

Despesas Correntes	(A)	10.805.878,00
Amortização de empréstimos de M/L praz	(B)	1.200.000,00
Soma (A)+(B)	(C)	12.005.878,00
Receitas Correntes	(D)	13.045.235,00
Saldo		1.039.357,00

Orçamentos e sua Execução

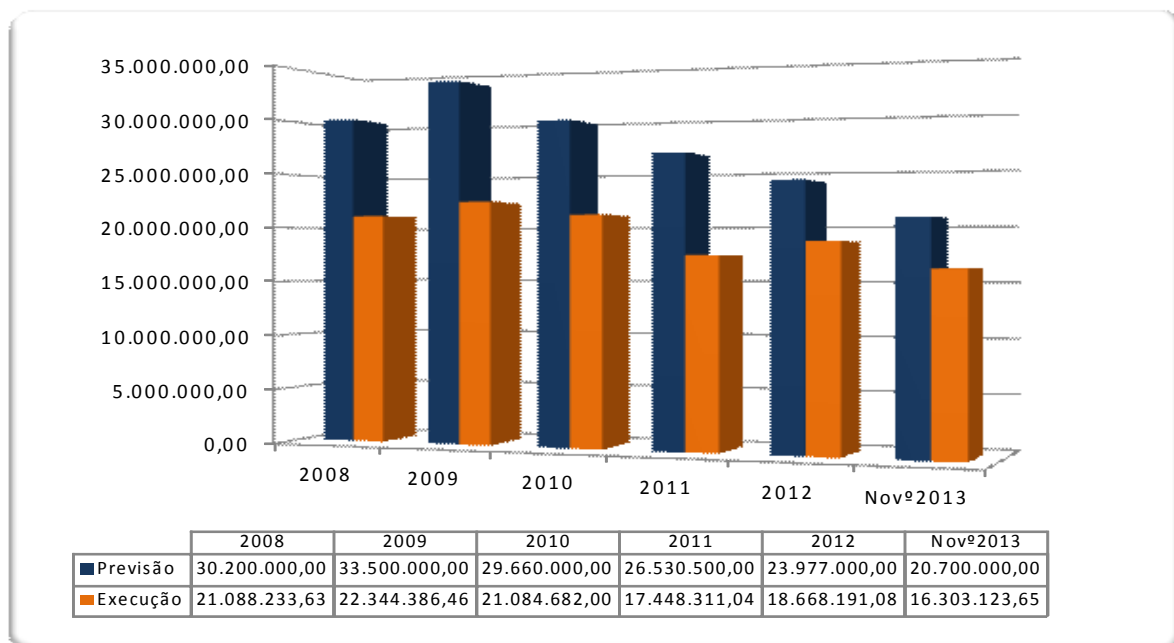
De salientar que a volumetria dos orçamentos desde 2009 tem conhecido um decréscimo gradual, registando uma variação negativa de 47,76% de 2009 para o orçamentado em 2014. As execuções desses mesmos orçamentos, tendem para taxas de execução na ordem dos 70%.



Quadro nº9 – Evolução dos Orçamentos e sua Execução

ORÇAMENTO	2008	2009	2010	2011	2012	Novº2013
Previsão	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	23.977.000,00	20.700.000,00
Execução	21.088.233,63	22.344.386,46	21.084.682,00	17.448.311,04	18.668.191,08	16.303.123,65
%	69,83%	66,70%	71,09%	65,77%	77,86%	78,76%

Gráfico nº10



Ano 2013- corresponde a valores executados a 30/11/2013.

Procura-se gradualmente acabar com a reiterada prática de sobre orçamentação das receitas e, conseqüentemente encurtar o desfasamento entre valores orçamentados e efetivamente executados.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que contribuirá para a correção das práticas até agora seguidas no âmbito da execução orçamental, sendo que despesa para ser realizada não dependerá não só de existência de dotações orçamentais e mas fundamentalmente tendo por base a existência de disponibilidades efetivas.

Receitas Municipais

As receitas são classificadas, orçamentalmente, e segundo a ótica económica, por receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. As receitas correntes são as que se repercutem no património não duradouro da autarquia e são provenientes de rendimentos no período orçamental, quer pelo aumento do ativo financeiro, quer pela redução do património não duradouro, esgotando-se o processo da sua cobrança dentro do período financeiro anual. Designam-se por receitas de capital as receitas arrecadadas pela autarquia que alteram o seu património duradouro, porque aumentam o ativo e passivo de médio e longo prazo ou reduzem o património duradouro da autarquia.

Podemos agrupar as receitas correntes em: impostos diretos; impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades; rendimentos de propriedade, transferências correntes;



venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes. Por sua vez, as receitas de capital, agregam: venda de bens de investimento; transferências de capital; ativos financeiros; passivos financeiros e outras receitas de capital.

Na execução dos Documentos Previsionais devem ser tidos em conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria em cumprimento com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, devendo os mesmos ser justificados quanto à sua economia, eficácia e eficiência e sempre com subordinação às regras previsionais do POCAL.

Neste campo, revela-se de primordial importância a avaliação dos recursos tendo sempre presente a aplicação das regras previsionais apresentadas no ponto 3.3 do POCAL, e a aplicação da Lei do Compromissos e pagamentos em Atraso. A aplicação destas regras condicionam a avaliação das receitas, permitindo que o ajustamento das previsões se reflita ao longo da execução do Orçamento através de alterações e revisões.

A par das regras previsionais mencionadas, surgem as regras do *bom senso* e da *prudência*. A observância das regras previsionais efetua-se através da utilização de dois métodos tradicionais para a previsão das receitas: média aritmética dos últimos 24 meses e a avaliação direta. A avaliação das receitas, distribuídas segundo a classificação económica, foi feita com o maior rigor possível, visto a previsão das mesmas determinar a capacidade de financiamento do Município de Estarreja, e permitir, desse modo fixar o limite das despesas em cumprimento com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Com o presente orçamento da receita, e em termos de fontes de financiamento, procurar-se-á garantir o prosseguimento dos objetivos relativos à boa execução dos investimentos financiados por fundos comunitários, e ainda a componente das receitas próprias.

O orçamento para o ano económico de 2014 é de 17.500.000,00€, sendo que o volume de receitas correntes previsto para este exercício económico, em sede de previsões iniciais aumenta cerca de 5,47% fixando-se nos 13.045.235,00€. Quanto às receitas de capital, denota-se um decréscimo de 46,81%, para se fixar no 4.404.765,00€.

Quadro nº10 - Mapa comparativo Receitas 2014vs2013

CAP	RECEITA	Dotação Inicial 2014	%	Dotação Inicial 2013	%	Diferencial (valores)	%?
	Receitas Correntes	13.045.235,00	74,54%	12.368.905,00	59,75%	676.330,00	5,47%
01	Impostos Directos	3.866.800,00	22,10%	3.421.250,00	16,53%	445.550,00	13,02%
02	Impostos Indirectos	566.500,00	3,24%	540.450,00	2,61%	26.050,00	4,82%
04	Taxas, Multas e Outras Penal.	182.095,00	1,04%	180.580,00	0,87%	1.515,00	0,84%
05	Rendimentos de Propriedade	714.800,00	4,08%	705.200,00	3,41%	9.600,00	1,36%
06	Transferências Correntes	6.647.240,00	37,98%	6.487.025,00	31,34%	160.215,00	2,47%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	923.800,00	5,28%	879.350,00	4,25%	44.450,00	5,05%
08	Outras Receitas Correntes	144.000,00	0,82%	155.050,00	0,75%	-11.050,00	-7,13%
	Receitas de Capital	4.404.765,00	25,17%	8.281.095,00	40,01%	-3.876.330,00	-46,81%
09	Venda de Bens de Investimento	321.500,00	1,84%	335.500,00	1,62%	-14.000,00	-4,17%
10	Transferências de Capital	2.710.452,00	15,49%	4.649.130,00	22,46%	-1.938.678,00	-41,70%
12	Passivos Financeiros	1.243.188,00	7,10%	1.795.660,00	8,67%	-552.472,00	-30,77%
	Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.243.188,00	7,10%	1.795.660,00	8,67%	-552.472,00	-30,77%
13	Outras Receitas de Capital	129.625,00	0,74%	1.500.805,00	7,25%	-1.371.180,00	-91,36%
	Outras Receitas	50.000,00	0,29%	50.000,00	0,24%	0,00	0,00%
	Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	0,29%	50.000,00	0,24%	0,00	0,00%
	RECEITAS TOTAIS	17.500.000,00	100,00%	20.700.000,00	100,00%	-3.200.000,00	-15,46%



Quadro n.º 11 – Estrutura da Receita

Agregação	Capítulos de Classificação Económica	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	IMPOSTOS DIRECTOS	3.866.800,00	22,10%
	IMPOSTOS INDIRECTOS	566.500,00	3,24%
	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	182.095,00	1,04%
	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	714.800,00	4,08%
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.647.240,00	37,98%
	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	923.800,00	5,28%
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.000,00	0,82%
	TOTAL DA RECEITA CORRENTE	13.045.235,00	74,54%
RECEITAS DE CAPITAL	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	321.500,00	1,84%
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.710.452,00	15,49%
	PASSIVOS FINANCEIROS	1.243.188,00	7,10%
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	129.625,00	0,74%
	TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	4.404.765,00	25,17%
Outras Receitas	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	50.000,00	0,29%
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	50.000,00	0,29%
	TOTAL DA RECEITA	17.500.000,00	100,00%

A receita corrente mantém a sua preponderância, reforçando, nas previsões para o ano 2014 o seu maior peso absoluto e relativo relativamente às receitas de capital.

64

Quadro n.º 12 – Receitas Próprias e Alheias

Agregação	Capítulos de Classificação Económica	Valor	%
RECEITAS PRÓPRIAS	IMPOSTOS DIRECTOS	3.866.800,00	22,10%
	IMPOSTOS INDIRECTOS	566.500,00	3,24%
	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	182.095,00	1,04%
	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	714.800,00	4,08%
	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	923.800,00	5,28%
	FUNDOS DO ORÇAMENTO DE ESTADO	6.528.192,00	37,30%
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.000,00	0,82%
	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	321.500,00	1,84%
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	129.625,00	0,74%
	SUBTOTAL	13.377.312,00	76,44%
RECEITAS "ALHEIAS"	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	657.500,00	3,76%
	PASSIVOS FINANCEIROS	1.243.188,00	7,10%
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.172.000,00	12,41%
	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	50.000,00	0,29%
	SUBTOTAL	4.122.688,00	23,56%



Estima-se que as receitas próprias diminuam 7% face à previsão para 2013, passando a representar 76,44% do total dos fundos previstos para 2014, também por força da diminuição de 34% prevista para as alheias.

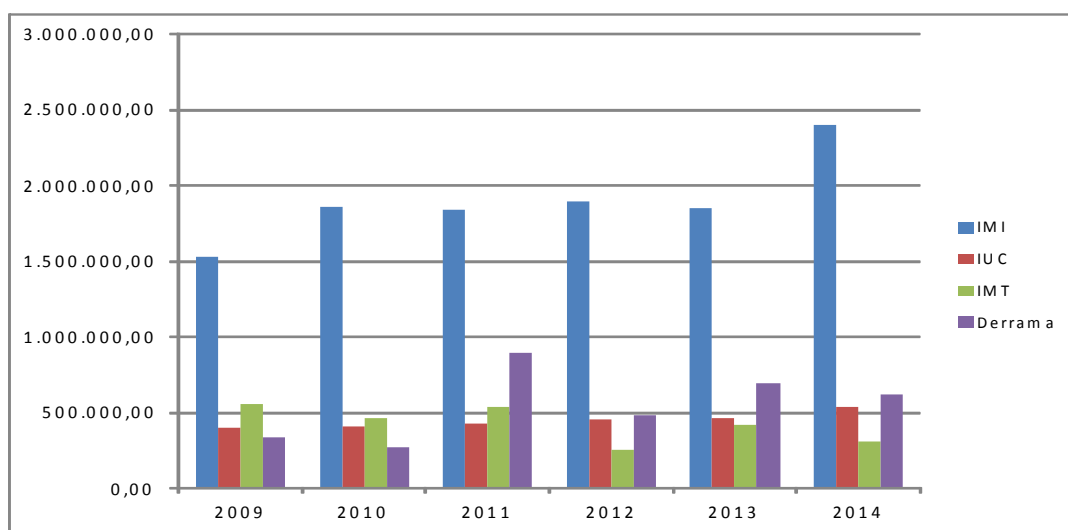
RECEITAS CORRENTES

Do estudo das receitas correntes, sublinha-se o cumprimento das regras previsionais, resultando a sua orçamentação da média aritmética observada nos 24 meses anteriores à elaboração do presente documento previsional. Este é um procedimento que se enquadra nas disposições legais que sobre esta matéria o POCAL determina, nomeadamente no que respeita a impostos, taxas e tarifas.

Impostos Diretos

Os montantes previstos no capítulo dos impostos diretos, tal como se referiu anteriormente resultam do cumprimento das regras previsionais definidas no POCAL. O atendimento daquelas regras, permite que se inscreva um volume de receitas de impostos de 3.421.250,00€. Este valor retrata a média aritmética dos impostos arrecadados nos últimos 24 meses, não tendo portanto em consideração a propensão de crescimento por exemplo, das receitas do imposto sobre imóveis (IMI) por via de atualização das bases tributáveis, bem como o fim de inúmeras isenções.

Gráfico nº 11 – Evolução e Previsão da Receita de Impostos Diretos



Importa descrever que as taxas a cobrar em sede de IMI para a liquidação em 2013, são as seguintes:

- Prédios rústicos: 0,8%;
- Prédios urbanos ainda não avaliados pelas regras do IMI (*prédios urbanos a que se refere o artigo 16º do Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de Novembro*): 0,8% – Taxa Urbana;
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (*prédios urbanos novos e para os prédios urbanos a que se refere o nº1 do artigo 15º do mesmo diploma legal*): 0,4% – Taxa Urbana IMI.
- A implementação da majoração em 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados

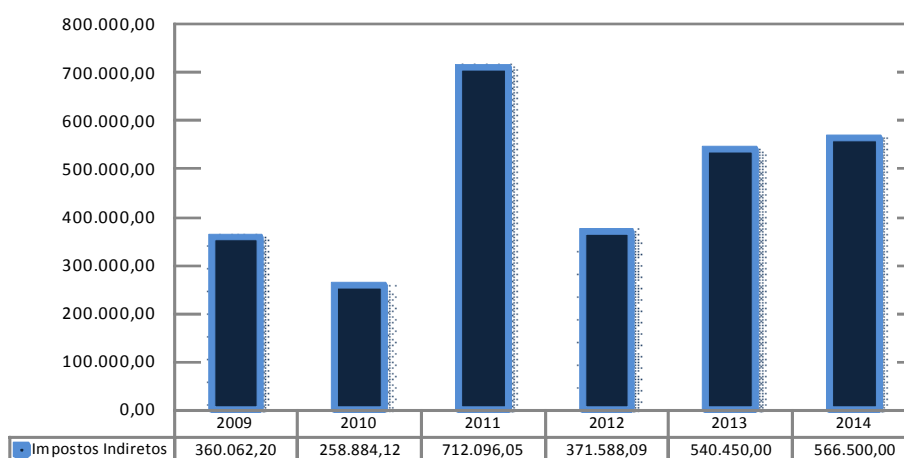


No que concerne à derrama a liquidar em 2014, referente aos rendimentos em sede de IRC 2013, foi deliberada a aplicação da taxa máxima de 1,5 % a incidir sobre o lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, mantendo-se as taxas que vigoram no ano 2013.

Impostos Indiretos

O classificador económico da receita, retrata os impostos indiretos como aqueles que recêm exclusivamente sobre o sector privado, e refletem as receitas que revistam a forma de taxas, licenças ou outras semelhantes pagas por unidade empresariais. Nesse sentido enquadram-se nesta classificação as receitas provenientes de mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e taxa de depósito da ficha técnica de habitação.

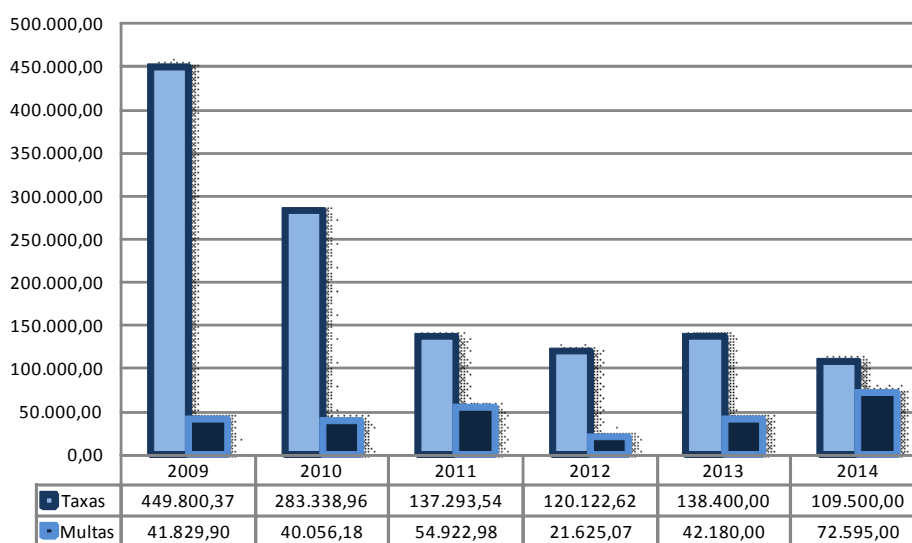
Gráfico nº12 – Evolução e Previsão da Receita de Impostos Indiretos



Taxas, Multas e Outras Penalidades

A caracterização desenvolvida nos impostos indiretos replica-se às taxas multas e outras penalidades, com diferença de que esta se aplica predominantemente aos particulares, incluindo contudo alguns artigos não tipificados no capítulo anterior.

Gráfico nº13 – Evolução e Previsão da Receita de Taxas, Multas e Outras Penalidades



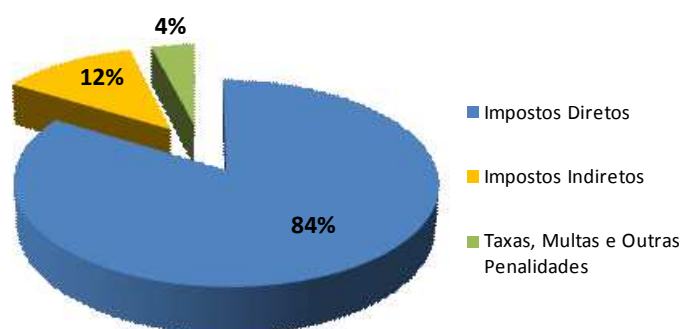


Quadro n.º 13 – Receitas Tributária Orçada para 2014

RECEITA ORÇADA		
Impostos Diretos	3.866.800,00	83,78%
Impostos Indiretos	566.500,00	12,27%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	182.095,00	3,95%
Total da receita tributária	4.615.395,00	100,00%

Na previsão do montante das receitas relativas aos impostos e taxas inscritos no Orçamento, foi feita não só uma avaliação sobre a média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precederam a elaboração do Orçamento, neste caso considerou-se o mês de outubro, mas também foi tido em conta, valores de receitas estão por cobrar.

Gráfico nº14 – Repartição da receita tributária prevista



Pela análise do seguinte gráfico, podemos verificar que os impostos diretos constituem a principal fonte de receita fiscal, representado 84% do total das receitas fiscais. Os impostos indiretos representam 12%, e as taxas, multas e outras penalidades representam 4%.

Rendimentos de Propriedade

Este capítulo incorpora os rendimentos provenientes de juros de depósitos à ordem e rendimentos decorrentes das rendas de exploração da concessão da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, nos termos do Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de Novembro.

Assim, são orçamentados 714.800,00€, dos quais 500.000,00 dizem respeito à renda de exploração de concessão da rede de distribuição de energia elétrica e 200.000,00 a dividendos de participações em empresas.

Transferências Correntes

Quanto às transferências correntes, traduzem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas.

As transferências representam uma fonte privilegiada de financiamento e totalizam €18.466.697,00, 26% do total da receita corrente prevista pela Autarquia para 2013.

Prosseguimos, assim, a uma análise mais detalhada deste tipo de receita, procurando centrá-la nas suas origens.



Estado

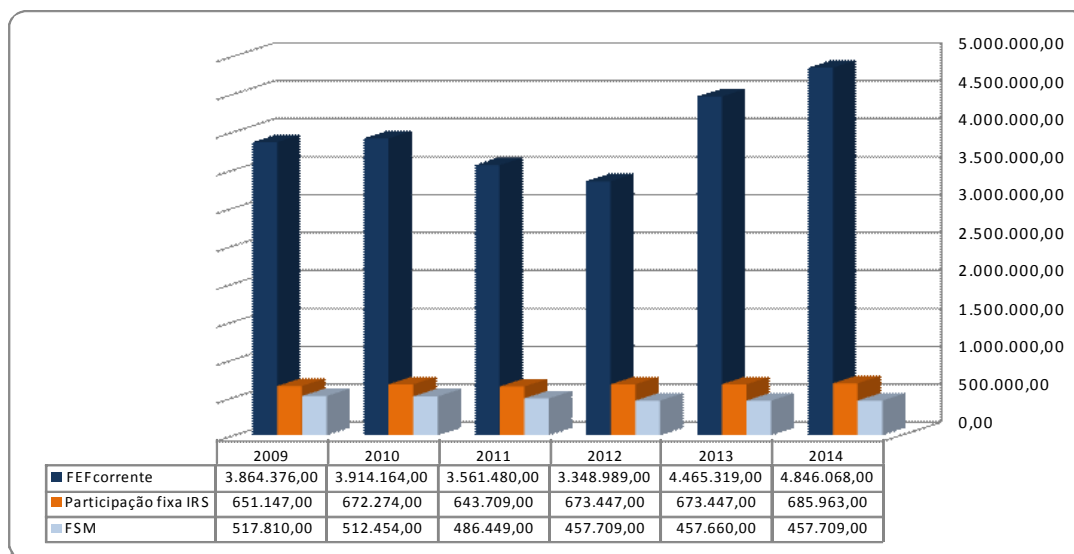
No contexto atual das finanças locais, os Municípios participam nos recursos públicos do Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Variável no IRS.

No que respeita às transferências provenientes da Administração Central, e atendendo à Proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2014, foram incluídos no orçamento municipal os valores previstos na referida proposta de OE 2014- MAPA XIX - TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS.

Quadro n.º 14 – Evolução e Previsão Transferências correntes do Orçamento de Estado

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Varição 2014/2013	
FEF _{corrente}	3.864.376,00	3.914.164,00	3.561.480,00	3.348.989,00	4.465.319,00	4.846.068,00	380.749,00	8,53%
Participação fixa IRS	651.147,00	672.274,00	643.709,00	673.447,00	673.447,00	685.963,00	12.516,00	1,86%
FSM	517.810,00	512.454,00	486.449,00	457.709,00	457.660,00	457.709,00	49,00	0,01%
TOTAL	5.033.333,00	5.098.892,00	4.691.638,00	4.480.145,00	5.596.426,00	5.989.740,00	393.314,00	7,03%
Varição Valor		65.559,00	-407.254,00	-211.493,00	1.116.281,00	393.314,00		
Varição %		1,30%	-7,99%	-4,51%	24,92%	7,03%		

Gráfico nº14 – Evolução e Previsão Transferências correntes do Orçamento de Estado



O aumento das transferências de natureza corrente do OE, no ano 2013, tem por base, essencialmente, a alteração da repartição dos montantes do FEF entre capital e correntes, passando o FEF corrente a representar 80% do FEF total, contra os anteriores 65%.

Em sede da proposta de orçamento de estado para 2014, o Município assiste a um aumento do valor do FEF_{corrente}, situando-se em 2014 nos 4.846.068,00€ (acréscimo de 8,53%)

O FEF é uma subvenção geral resultante da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, cujo valor é igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos (IVA + IRS) e constituído do seguinte modo:

- ⇒ 50% como Fundo Geral Municipal
- ⇒ 50% como Fundo de Coesão Municipal



Os mecanismos perequatórios do Fundo de Coesão Municipal passam a funcionar em articulação com a capitação municipal de impostos locais, ou seja, o montante de receita de IMI, IMT, IMV e parcela do IRS, que cada município tem por habitante *per capita*.

Sendo decisiva a posição de cada município quando comparada a sua capitação, com a capitação média nacional daqueles impostos, os municípios com uma capitação de impostos locais igual ou superior a 1,25 vezes a capitação média nacional, passam a ser contribuintes líquidos para o Fundo de Coesão, sendo beneficiários os municípios que têm uma capitação abaixo 0,75 vezes a capitação média nacional. Este mecanismo de perequação pretende, assim, corrigir assimetrias.

O Fundo Social Municipal destina-se, exclusivamente, ao financiamento de um conjunto de despesas elegíveis, catalogadas no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, nas áreas de educação, saúde e ação social.

No que toca à participação variável no IRS, a deliberação de participação em 5%, permite a inscrição de 685.963,00. Tal como resulta da proposta do orçamento de estado para 2014.

Estado Participação Comunitária projetos co-financiados

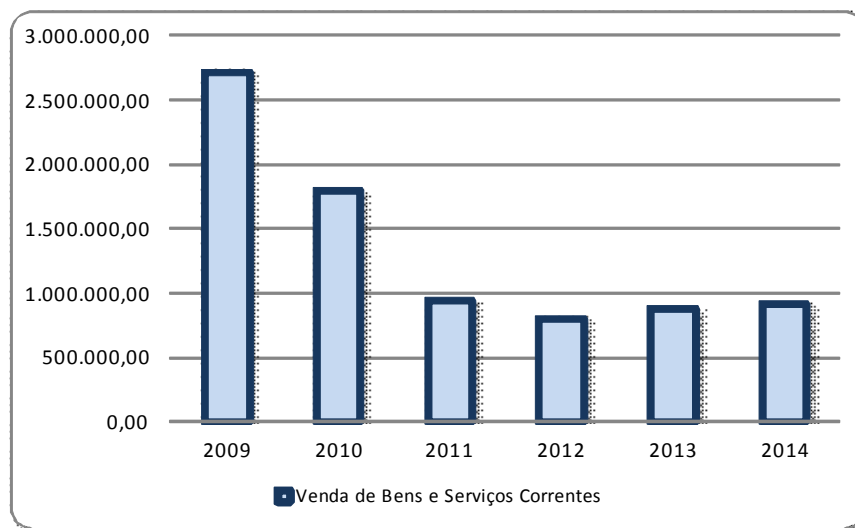
A inscrição orçamental de receitas comunitárias, resulta da execução de projetos cofinanciados no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).

Venda de Bens e Serviços Correntes

Encontram-se inscritos neste capítulo as receitas de venda de serviços culturais, recreativos e desportivos, resíduos sólidos, alugueres de espaços e equipamentos, rendas de habitações e de edifícios.

Atendendo ao processo de atualização de tarifas de recolha de resíduos e novas metodologias de cobrança desta receita, aos valores inscritos resultam da aplicação das regras previsionais, adicionam-se e ponderam-se os que resultam do estudo de impacto financeiro decorrentes da fixação de novos tarifários e metodologias de cobrança.

Gráfico nº15 – Evolução e Previsão de Venda de Bens e Serviços Correntes





Outras Receitas Correntes

Rubrica de carater residual que sustenta um conjunto de receitas não enquadráveis nos capítulos anteriores, e que se estima em 144.000,00.

RECEITAS DE CAPITAL

Venda de Bens de Investimento

Neste capítulo é inscrito o valor de 300.000,00€, que traduz a perspetiva de alienação de um conjunto de ativos municipais, desde lotes de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, parcelas de terreno no Loteamento Nascente e Poente, sito na Póvoa de Baixo, freguesia de Veiros, concelho de Estarreja para Habitações a Custos Controlados e outras parcelas de terreno correspondente á antiga Escola do Agro.

Transferências de Capital

Estado

Decorrente do já descrito para as transferências correntes do Orçamento de Estado, na perspetiva das transferências por capital limita-se aos 20% do FEF, fixando-se o FEF capital nos 538.452€, denotando-se um decréscimo de 51,7% deste tipo de transferências.

Estado Participação Comunitária projetos co-financiados

A inscrição orçamental de receitas comunitárias, resulta da execução e encerramento financeiro de projetos cofinanciados no âmbito do Programa Operacional da Região Centro – Mais Centro, do Programa Operacional da Valorização territorial (POVT) .

Os valores inscritos no âmbito dos projetos Mais Centro, incorporam comparticipação de 85%, os quais foram aprovados pela Autoridade de Gestão.

Assim são previstas receitas no valor global de 2.100.000,00€ para os seguintes projetos:

Mais Centro

- ↳ BioRia 3
- ↳ Ampliação da Escola Básica e Integrada de Pardilhó
- ↳ Construção da Escola Básica e integrada com JI Sul do Concelho - Salreu
- ↳ Ampliação da Escola Básica e Integrada com JI Padre Donaciano Abreu Freire - Freguesia de Beduido
- ↳ Cultrede
- ↳ Teatro contemporâneo em Portugal
- ↳ Apetrechamento das Escolas com 1º Ciclo
- ↳ Qualificação do Espaço Público e do Ambiente Urbano da Cidade de Estarreja - Qualificação do Espaço Central da Cidade
- ↳ Observatorio Estarreja
- ↳ Programa de PROMOÇÃO DA ECOCIDADE
- ↳ Requalificação da Piscina Lurdes Breu



- ↳ Iluminação da Área de Intervenção com Recurso a Fontes Renováveis ou Eco-Eficientes
- ↳ Contenção e Arranjo da Margem Sul do Rio Antuã
- ↳ Ponte Pedonal/Ciclável do Parque Municipal do Antuã
- ↳ Área Social do Eco- Parque
- ↳ Centro Cívico de Veiros
- ↳ Centro Cívico de Avanca
- ↳ Casa da Cultura
- ↳ Variante Sul / EM - 558
- ↳ Rua Dr. Tavares da Silva

POVT

- ↳ Projecto CicloRia
- ↳ Eficiência Hídrica de Edifícios e Espaços Públicos - O Caminho para a Gestão Sustentável da Água

Passivos Financeiros

A envergadura dos projetos QREN, implicou o recurso a capitais alheios no sentido de se promover o correto financiamento de tais projetos, bem como garantir o cumprimento do princípio da inter-geracionalidade.

Sendo assim, num processo que teve início em Julho de 2012, e decorrente da publicação na página eletrónica da DGAL das listagens referentes aos limites de endividamento e ao rateio para contratação de novos empréstimos de médio e longo prazo em 2012, onde se encontrava expresso que o rateio do endividamento de médio e longo prazo do Município de Estarreja era de 1.795.660,00 euros, procedeu-se á celebração de um contrato de empréstimo nesse montante com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para financiamento de alguns investimentos inscritos no PPI 2012.

Desta forma, inscreve-se o montante do empréstimo contratado e ainda não utilizado no valor de 1.243.188,00€

Outras Receitas de Capital

Rubrica de carater residual que permite a absorção de receitas não enquadráveis nos capítulos anteriores, influenciada, essencialmente, pela parte a arrecadar em 2014 de parcela relativa à última tranche da retribuição inicial proveniente da parceria Águas de Região de Aveiro.



Despesas Municipais

A realização das despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências conferidas às autarquias locais, a afetação dos recursos ao desenvolvimento de atividades para satisfazer as necessidades da população local.

As despesas são classificadas, orçamentalmente, segundo o trinómio: funcional, orgânica e económica. Segundo a classificação económica das despesas, estas podem ser correntes ou de capital. As despesas correntes são todas as que revelam carácter permanente e afetam o património não duradouro da autarquia, determinando a redução do ativo líquido (despesas de funcionamento, transferências e subsídios). As despesas de capital são todas as que alteram património duradouro da autarquia, determinando o seu crescimento na medida em que contribuem para a formação de capital fixo e para o bem-estar coletivo (investimento e transferências).

Neste ponto, efetuar-se-á uma análise à despesa prevista nas diferentes óticas..

As despesas inscritas permitem satisfazer para além dos encargos de pessoal, os compromissos assumidos e não pagos, bem como despesas decorrentes de contratos de empréstimos, locação financeira e outras decorrem do cumprimento das atribuições e competências.

No quadrante da despesa, assiste-se a um decréscimo de despesas correntes que ronda os 1,09%, com as despesas de capital a diminuíram em cerca de 31,52%.

Quadro nº15 - Mapa comparativo Despesas 2014vs2013

CAP	DESPESA	Dotação Inicial 2014	Dotação Inicial 2013	Diferencial (valores)	%?
	Despesas Correntes	10.805.878,00	10.925.086,00	-119.208,00	-1,09%
01	Pessoal	4.624.700,00	4.509.900,00	114.800,00	2,55%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4.776.365,00	5.141.116,00	-364.751,00	-7,09%
03	Juros e Outros Encargos Financeiros	262.000,00	262.600,00	-600,00	-0,23%
04	Transferências Correntes	959.954,00	844.970,00	114.984,00	13,61%
06	Outras Despesas Correntes	182.859,00	166.500,00	16.359,00	9,83%
	Despesas de Capital	6.694.122,00	9.774.914,00	-3.080.792,00	-31,52%
07	Investimentos	4.781.834,00	7.948.370,00	-3.166.536,00	-39,84%
08	Transferências de Capital	580.163,00	555.419,00	24.744,00	4,46%
09	Activos Financeiros	129.625,00	138.625,00	-9.000,00	-6,49%
10	Passivos Financeiros	1.200.000,00	1.130.000,00	70.000,00	6,19%
11	Outras Despesas de Capital	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00%
	DESPESAS TOTAIS	17.500.000,00	20.700.000,00	-3.200.000,00	-15,46%

As despesas inscritas no Orçamento 2014 encontram-se subdivididas em despesas correntes e despesas de capital.

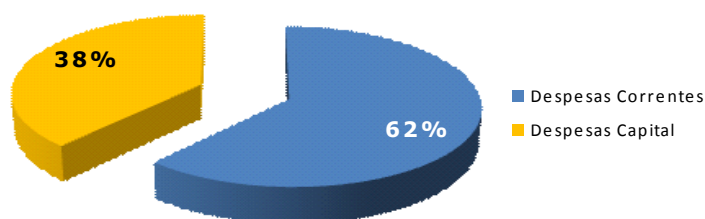


Quadro nº16 – Estrutura das Despesas 2014

Agregação	Natureza	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS COM PESSOAL	4.624.700,00	26,43%
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.776.365,00	27,29%
	JUROS E OUTROS ENCARGOS	262.000,00	1,50%
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	959.954,00	5,49%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.859,00	1,04%
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	10.805.878,00	61,75%
DESPESAS DE CAPITAL	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.781.834,00	27,32%
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	580.163,00	3,32%
	ACTIVOS FINANCEIROS	129.625,00	0,74%
	PASSIVOS FINANCEIROS	1.200.000,00	6,86%
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00	0,01%
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	6.694.122,00	38,25%
	TOTAL DA DESPESA	17.500.000,00	100,00%

O quadro anterior revela uma presença maioritária das despesas correntes, com uma percentagem cerca de 61,75% do valor global da despesa.

Gráfico nº16 – Evolução e Previsão de Venda de Bens e Serviços Correntes



DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes têm por base um conjunto de despesas essenciais ao funcionamento corrente da autarquia, podendo apontar entre outras a previsão das remunerações dos funcionários municipais, a aquisição de bens inerentes às atividades relevantes do município, aquisição de material de consumo administrativo, às despesas com o consumo de eletricidade das diversas instalações municipais, com o consumo de iluminação pública, com contratos de prestação de serviços de diferente natureza, subcontratação de serviços, juros inerentes a contratos de financiamento, bem como serviços bancários.



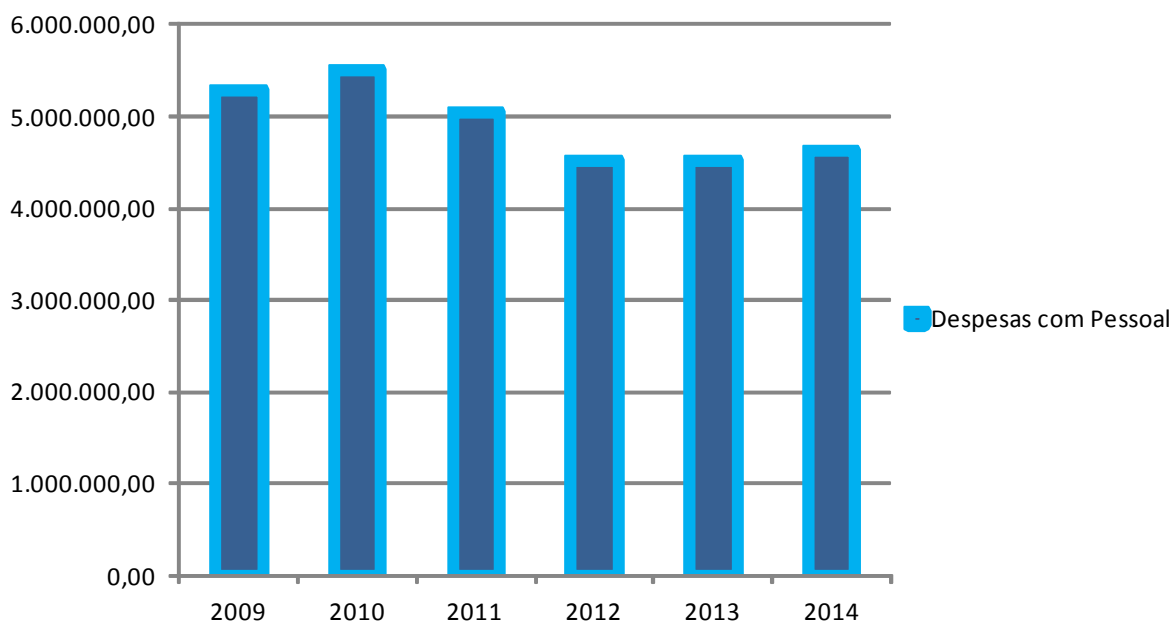
Despesas com Pessoal

A inscrição das despesas com o pessoal reflete o cumprimento da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, estando a sua orçamentação em consonância com o mapa de pessoal 2014.

As despesas com pessoal, contemplam para além das remunerações certas e permanentes, os abonos variáveis ou eventuais, as horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, encargos de saúde, encargos patronais e por fim as transferências para o serviço nacional de saúde.

No orçamento municipal 2014 prevê-se um acréscimo de 2,5% das despesas com pessoal, dado no ano anterior orçamento inicial ter incorporado o pressuposto do OE2013 de suspensão do pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos, o qual foi anulado pela declaração de inconstitucionalidade. Neste ano económico, prevê-se o pagamento de tal subsídio.

Gráfico nº17 – Evolução das Previsões das Despesas de Pessoal



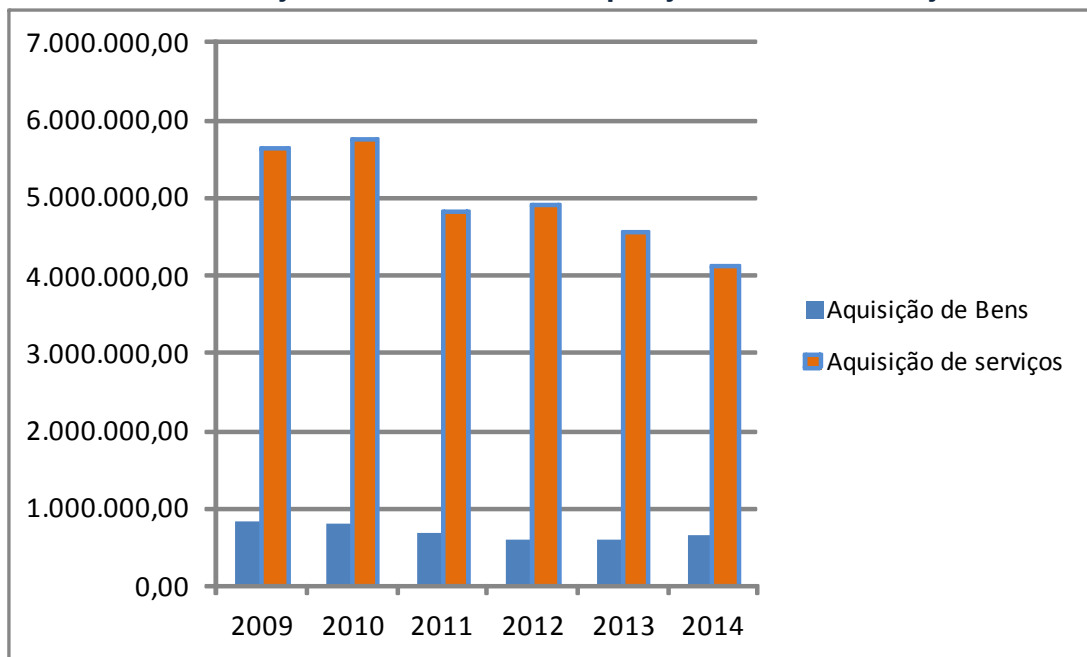
Aquisição de Bens e Serviços Correntes

O orçamento da despesa por este agrupamento permite que o respetivo orçamento, para além da despesa a satisfazer em 2013, absorva todos os compromissos assumidos e não pagos em anos anteriores, bem como a satisfação de todos os contratos de bens e serviços em vigor.

São orçamentados 4.776.365,00€, dos quais 666.150,00€ representam aquisição de bens tais como combustíveis, artigos de limpeza e higiene e matérias primas. O remanescente da dotação 4.110.215,00€ traduz aquisições de serviços, que na generalidade canaliza-se para encargos de instalações (consumo de energia elétrica, ede de água das instalações municipais), transportes escolares, refeições escolares, contratação de serviços externos para Atividades de Enriquecimento Curricular e outros serviços (resíduos sólidos, iluminação pública, contratação de produções de espetáculos e artistas ...).



Gráfico nº18 – Evolução das Previsões das Aquisição de Bens e Serviços Correntes



Juros e Outros Encargos

A nível das despesas financeiras a satisfazer as mesmas reportam-se ao mapa de encargos anuais a suportar com os empréstimos de médio e longo prazo e outros encargos com juros de mora do incumprimento de prazos de pagamento.

75

Transferências Correntes

A inscrição neste agrupamento de uma dotação de 959.954,00€, permite apoiar ou participar os seguintes agrupamentos de entidades das suas actividades ou a outro nível proporcionar intervenções de cariz social.

- Freguesias;
- Municípios;
- Associação de municípios;
- Comunidade intermunicipal;
- Coletividades;
- Famílias;
- Agrupamento de Escolas;

Incorpora igualmente as verbas a transferir às juntas de freguesia por acordos de colaboração de delegação de competências.

Outras Despesas Correntes

Este agrupamento de carater residual permite que sejam satisfeitas, situações de reembolsos e restituições (IMI,IMT, etc) serviços bancários (comissão de guarda de títulos, comissão de serviços - SIBS), pelo que se inscreve o valor global de 182.859,00€.



DESPESAS DE CAPITAL

Aquisição de Bens de Capital

As dotações da despesa inscritas em orçamento no capítulo 07- Aquisição de Bens de Capital, visam a formação bruta de capital fixo e em regra as Grandes Opções do Plano, como linhas de desenvolvimento estratégico do Município.

Os valores inscritos neste capítulo de Investimento direto encontram-se detalhadamente, em termos de projetos, no Plano Plurianual de Investimentos.

Assiste-se a um decréscimo do valor global do investimento, quando em comparação com o ano 2013 de 39,84%, correspondendo a uma diminuição de 3.166.536,00€.

Transferências de Capital

À semelhança do descrito no agrupamento transferências correntes, as dotações aqui definidas permitem apoiar/comparticipar um conjunto de atividades que perspetivam a formação bruta de capital fixo, junto das entidades ou instituições receptoras

Com isto são dimensionadas transferências no valor global de €24.744,00, para as seguintes entidades:

- Freguesias;
- Municípios;
- Associação de municípios;
- Comunidade intermunicipal;
- Coletividades;
- Famílias;

Passivos Financeiros

A informação descrita reflete orçamentalmente as amortizações das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo contratados, perfazendo uma previsão de 1.200.000,00€

Outras Despesas de Capital

Trata-se de uma dotação previsional, no sentido de fazer face a despesas de investimentos não tipificados nos anteriores agrupamentos.



IV- Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano incorporam dois documentos distintos: Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais.

À semelhança de anos anteriores a estruturação das GOP's, para além da inclusão de novos projetos e sua calendarização, inscreve dotações que permitem solver os compromissos assumidos e não pagos, independentemente da respetiva execução física. Igualmente, dimensiona dotações capazes de solver compromissos decorrentes de contratos de empreitada de obras públicas, contratos de locação financeira, contratos de aquisição de bens e prestação de serviços plurianuais.

Quadro n.º 17 – Grandes Opções do Plano

Código	Classificação Económica	Despesas 2014			Despesas 2013		
		PPI	PAM	TOTAL	PPI	PAM	TOTAL
1	FUNÇÕES GERAIS	314.685,00	1.001.600,00	1.316.285,00	305.025,00	687.040,00	992.065,00
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	310.385,00	914.950,00	1.225.335,00	300.180,00	626.275,00	926.455,00
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	4.300,00	86.650,00	90.950,00	4.845,00	60.765,00	65.610,00
				0,00			0,00
2	FUNÇÕES SOCIAIS	1.845.655,00	2.852.519,00	4.698.174,00	3.686.385,00	2.934.250,00	6.620.635,00
2.1.0	Educação	103.720,00	848.444,00	952.164,00	1.982.170,00	1.077.780,00	3.059.950,00
2.2.0	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0	Segurança e Ação Sociais	80.709,00	153.475,00	234.184,00	22.300,00	119.300,00	141.600,00
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	1.088.526,00	988.500,00	2.077.026,00	1.184.555,00	1.100.120,00	2.284.675,00
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	572.700,00	862.100,00	1.434.800,00	497.360,00	637.050,00	1.134.410,00
				0,00			0,00
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.301.282,00	765.050,00	4.066.332,00	4.481.004,00	101.400,00	4.582.404,00
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	3.800,00	3.800,00	0,00	4.030,00	4.030,00
3.2.0	Indústria e Energia	1.841.020,00	761.250,00	2.602.270,00	2.135.490,00	97.370,00	2.232.860,00
3.3.0	Transportes e Comunicações	1.452.262,00	0,00	1.452.262,00	2.310.514,00	0,00	2.310.514,00
3.4.0	Comércio e Turismo	8.000,00	0,00	8.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00
	TOTAL	5.461.622,00	4.619.169,00	10.080.791,00	8.472.414,00	3.722.690,00	12.195.104,00

O Orçamento encontra-se diretamente relacionado com as GOP's, integrando as designadas verbas livres, ou seja, não imputáveis ao PPI e PAM, e as verbas inscritas em orçamento da despesa e que se encontram diretamente afetadas às GOP's.

O quadro nº17 expressa esta relação entre Orçamento e GOP's, discriminando as rubricas económicas em termos de afetação ou não às GOP's.

O valor das despesas de funcionamento, poderá ser alcançado através do quadro anterior, onde se repartem os recursos entre as Grandes Opções do Plano e as restantes despesas que não têm esse enquadramento, sendo possível observar, que alguns capítulos da despesa estão maioritariamente ou exclusivamente ligados a uma ou outra categoria. As Despesas com Pessoal e investimentos através da Aquisição de Bens de Capital, são disso exemplo.

Quanto às despesas com funcionamento, verifica-se que predominam naturalmente as despesas com Pessoal e as Aquisições de Bens e Serviços.

Para além das despesas de funcionamento, será possível quantificar o peso relativo das duas componentes das Grandes Opções do Plano, observando inclusive, para cada caso, os capítulos de classificação económica responsáveis por tais valores.



Quadro n.º 18

Agregação	Natureza	Afecto Exclusivamente ao Orçamento	Afecto Exclusivamente ao Plano	TOTAL	
FUNCIONAMENTO	DESPESAS COM PESSOAL	4.624.700,00		4.624.700,00	
	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	683.450,00	4.092.915,00	4.776.365,00	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.859,00		182.859,00	
	TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	5.491.009,00	4.092.915,00	9.583.924,00	54,77%
INVESTIMENTO	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4.781.834,00	4.781.834,00	
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	550.163,00	580.163,00	
	TOTAL DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO	30.000,00	5.331.997,00	5.361.997,00	30,64%
SERVIÇO DE DÍVIDA	JUROS E OUTROS ENCARGOS	262.000,00		262.000,00	
	PASSIVOS FINANCEIROS	1.200.000,00		1.200.000,00	
	TOTAL DAS DESPESAS DE SERVIÇO DA DÍVIDA	1.462.000,00	0,00	1.462.000,00	8,35%
OUTRAS DESPESAS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	423.700,00	536.254,00	959.954,00	
	ACTIVOS FINANCEIROS		129.625,00	129.625,00	
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00		2.500,00	
	TOTAL DE OUTRAS DESPESAS	426.200,00	665.879,00	1.092.079,00	6,24%
	TOTAL DA DESPESA	7.409.209,00	10.090.791,00	17.500.000,00	100,00%

Assim, ao Plano Plurianual de Investimentos, estão atribuídas as dotações constantes dos capítulos do Investimento e ao Plano de Actividades, estarão sobretudo afectas as dotações das Transferências e das Aquisições de Serviços.

Tendo presentes estas considerações, conclui-se facilmente que os encargos de funcionamento, representam aproximadamente 54,7% do total das despesas orçadas.

De salientar que o montante de recursos previstos para 2014 distribuem-se pelas diversas áreas de intervenção, discriminados de uma forma mais detalhada no PPI e PAM, sendo a sua distribuição funcional a seguinte:

Observando o quadro nº17, podemos verificar que as componentes com maior representatividade na distribuição funcional da despesa, são essencialmente Funções Sociais e Funções Económicas, nomeadamente as despesas com Habitação, Educação, Serviços Culturais e Recreativos, Industria e Transportes e Comunicações.

ORÇAMENTO



RESUMO DO ORÇAMENTO

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

RECEITAS	Montante
CORRENTES.....	13.045.235,00
DE CAPITAL.....	4.404.765,00
OUTRAS RECEITAS.....	50.000,00
TOTAL	17.500.000,00

DESPESAS	Montante
CORRENTES.....	10.805.878,00
DE CAPITAL.....	6.694.122,00
TOTAL	17.500.000,00

Órgão Executivo

Em , ____ de _____ de 201

Órgão Deliberativo

Em , ____ de _____ de 201

ORÇAMENTO DA RECEITA



ORÇAMENTO DA RECEITA
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Montante
RECEITAS CORRENTES		13.045.235,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.866.800,00
0102	OUTROS	3.866.800,00
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	2.400.000,00
010203	Imposto Único de Circulação	536.500,00
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas	308.500,00
010205	Derrama	620.300,00
010207	Impostos abolidos	1.000,00
010299	Impostos directos diversos	500,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	566.500,00
0202	OUTROS	566.500,00
020206	ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	566.500,00
02020601	Mercados e feiras	145.000,00
02020602	Loteamentos e obras	35.000,00
02020603	Ocupação da via pública	330.000,00
02020605	Publicidade	25.000,00
02020699	Outros	31.500,00
0202069901	<i>TMDP-Taxa Municipal de Direito Passagem</i>	<i>500,00</i>
0202069902	<i>TDFTH-Tx. Depósito Ficha Técnica Habitação</i>	<i>500,00</i>
0202069999	<i>Outros</i>	<i>30.500,00</i>
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	182.095,00
0401	TAXAS	109.500,00
040123	TAXAS ESPECÍFICAS AUTARQUIAS LOCAIS	109.500,00
04012301	Mercados e feiras	500,00
04012302	Loteamento e Obras	89.500,00
04012303	Ocupação da via pública	6.000,00
04012305	Caça, uso e porte arma	500,00
04012399	Outros	13.000,00
0401239999	Outros	13.000,00
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	72.595,00
040201	Juros de mora	13.500,00
040204	Coimas Penalid./Contra Ordenações	7.700,00
040299	Multas e penalidades diversas	51.395,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	714.800,00
0502	JUROS - Sociedades Financeiras	13.800,00
050201	Bancos/Outras Instituições Financeiras	13.800,00
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES	200.000,00
050702	Empresas públicas, municipais e intermunicipais	200.000,00
0510	RENDAS	501.000,00
051005	Bens de domínio público	500.000,00
051099	Outros	1.000,00
05109999	Outras	1.000,00

ORÇAMENTO DA RECEITA

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Montante
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.647.240,00
0601	SOCIEDADES/QUASE SOC NÃO FINANC	2.000,00
060101	PÚBLICAS	500,00
06010199	Outras	500,00
060102	PRIVADAS	1.500,00
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.444.740,00
060301	ESTADO	6.439.740,00
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.846.068,00
06030102	Fundo Social Municipal	457.709,00
06030103	Participação Fixa no IRS	685.963,00
06030199	Outros	450.000,00
060306	ESTADO - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	5.000,00
0608	FAMÍLIAS	200.000,00
060801	Famílias	200.000,00
0609	RESTO DO MUNDO	500,00
060901	União Europeia - Instituições	500,00
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	923.800,00
0701	VENDA DE BENS	12.000,00
070103	Publicações e impressos	500,00
070105	Bens inutilizados	500,00
070110	Desperdícios, Resíduos e Refugos	500,00
070111	Produtos Acabados e Intermédios	500,00
070199	Outros	10.000,00
0702	SERVIÇOS	875.800,00
070201	Aluguer de Espaços e Equipamentos	75.000,00
070208	Serviços Sociais,Culturais e Desportivos	340.000,00
07020802	Serviços Recreativos	10.000,00
07020803	Serviços Culturais	60.000,00
07020804	Serviços Desportivos	270.000,00
070209	Serviços Específicos das Autarquias	460.800,00
07020902	Resíduos Sólidos	400.000,00
07020904	Trabalhos por conta de particulares	6.300,00
07020906	Mercados e feiras	500,00
07020907	Parques de estacionamento	10.000,00
07020909	Distribuição de Água	1.000,00
07020999	Outros	43.000,00
0703	RENDAS	36.000,00
070301	Habitações	18.000,00
070302	Edifícios	18.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.000,00
0801	OUTRAS	144.000,00
080199	Outras	144.000,00
08019901	Indemniz deteiorização, roubo, extravio	3.000,00
08019902	Indemniz estragos provocados por outrém	2.500,00
08019903	IVA - Reembolsado	500,00
08019904	IVA-Inversão de sujeito passivo	33.000,00
08019999	Diversas	105.000,00

ORÇAMENTO DA RECEITA

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Montante
RECEITAS DE CAPITAL		4.404.765,00
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	321.500,00
0901	Terrenos	300.000,00
090101	Sociedades e Quase Soc Não Financeiras	300.000,00
0902	Habitações	1.000,00
090209	Instituições sem fins lucrativos	500,00
090210	Famílias	500,00
0903	Edifícios	1.000,00
090310	Famílias	1.000,00
0904	Outros Bens de Investimento	19.500,00
090401	Sociedades e Quase Soc Não Financeiras	18.000,00
09040101	Equipamento de transporte	3.000,00
09040102	Maquinaria e Equipamento	5.000,00
09040199	Outros	10.000,00
090410	Famílias	1.500,00
09041001	Equipamento de transporte	500,00
09041002	Maquinaria e Equipamento	500,00
09041099	Outros	500,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.710.452,00
1001	SOCIEDADES/QUASE SOC NÃO FINANC	10.000,00
100102	Privadas	10.000,00

ORÇAMENTO DA RECEITA

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Montante
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.639.952,00
100301	ESTADO	2.639.952,00
10030101	Fundo Equilíbrio Financeiro	538.452,00
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	500,00
10030199	Outros	1.000,00
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	2.100.000,00
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	60.000,00
100501	Continente	60.000,00
1009	RESTO DO MUNDO	500,00
100901	União Europeia - Instituições	500,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1.243.188,00
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	1.243.188,00
120602	Sociedades Financeiras	1.243.188,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	129.625,00
1301	Outras	129.625,00
130101	Indemnizações	1.000,00
130103	Retribuição Inicial	128.625,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS	
	PAGAMENTOS	50.000,00
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	50.000,00
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	50.000,00
TOTAL		17.500.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA



ORÇAMENTO DA DESPESA
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	24.500,00	
		DESPESAS CORRENTES		24.500,00
	01	DESPESAS COM PESSOAL		23.500,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		23.500,00
	010213	Outros Suplementos e Prémios		23.500,00
	01021302	<i>Elementos Assembleia Municipal</i>		23.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.000,00
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		1.000,00
	020108	Material de Escritório		500,00
	020121	Outros Bens		500,00
02		CÂMARA MUNICIPAL	17.475.500,00	
		DESPESAS CORRENTES		10.781.378,00
	01	DESPESAS COM PESSOAL		4.601.200,00
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.568.100,00
	010101	Titulares Orgãos Soberania/Membros de Orgãos Autárquicos		125.600,00
	010104	Pessoal dos Quadros - Regime de contrato individual de trabalho		2.434.300,00
	01010401	<i>Pessoal em funções</i>		2.420.000,00
	01010402	<i>Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho</i>		14.300,00
	010106	Pessoal contratado a termo		500,00
	010107	Pessoal Regime Tarefa ou Avença		222.500,00
	010108	Pessoal Aguardando Aposentação		5.000,00
	010109	Pessoal Qualquer Outra Situação		47.000,00
	010111	Representação		49.200,00
	01011101	<i>Membros Orgãos Autárquicos</i>		31.200,00
	01011102	<i>Pessoal Quadros</i>		18.000,00
	010113	Subsídio de Refeição		230.000,00
	010114	Subsídios de Férias e Natal		439.000,00
	010115	Remunerações por doença e maternidade		15.000,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		63.750,00
	010202	Horas Extraordinárias		40.000,00
	010203	Alimentação e Alojamento		250,00
	010204	Ajudas de Custo		10.000,00
	010205	Abono para Falhas		6.000,00
	010212	Indemnizações por cessão de funções		500,00
	010213	Outros Suplementos e Prémios		7.000,00
	01021301	<i>Elementos da Câmara Municipal</i>		6.000,00
	01021399	<i>Outros Suplementos e Prémios</i>		1.000,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL		969.350,00
	010301	Encargos com a Saúde		260.000,00
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		19.500,00
	010304	Outras Prestações Familiares		14.000,00
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		644.500,00
	01030501	Assistência nas doenças dos funcionários		500,00
	01030502	Segurança social dos funcionários		494.000,00
	01030503	Segurança Social - Regime Geral		150.000,00
	010308	Outras Pensões		9.100,00
	010309	SEGUROS		22.000,00
	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		250,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.775.365,00
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		665.150,00
	020101	Matérias Primas e Subsidiárias		114.500,00
	020102	Combustíveis e Lubrificantes		263.500,00
	02010201	Gasolina		12.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	02010202	Gasóleo		120.000,00
	02010299	Outros		131.500,00
	020104	Limpeza e Higiene		17.000,00
	020107	Vestuário e Artigos Pessoais		23.000,00
	020108	Material de Escritório		35.000,00
	020109	Produtos Químicos e Farmaceuticos		21.500,00
	020112	Material de Transporte - Peças		10.000,00
	020114	Outro material - Peças		27.100,00
	020115	Prémios, Condecorações e Ofertas		33.650,00
	020116	MERCADORIAS PARA VENDA		9.400,00
	02011603	Outros		9.400,00
	020117	Ferramentas e Utensílios		8.500,00
	020118	Livros e Documentação Técnica		2.250,00
	020119	Artigos Honoríficos e de Decoração		1.000,00
	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio		26.800,00
	020121	Outros Bens		71.950,00
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4.110.215,00
	020201	Encargos de Instalações		475.000,00
	020202	Limpeza e Higiene		85.000,00
	020203	Conservação de Bens		118.000,00
	020204	Locação de Edifícios		200,00
	020205	Locação de Material Informático		25.500,00
	020208	Locação de Outros Bens		81.750,00
	020209	Comunicações		70.000,00
	020210	Transportes		252.170,00
	020211	Representação dos Serviços		500,00
	020212	Seguros		59.050,00
	020213	Deslocações e Estadas		34.050,00
	020214	Estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria		151.650,00
	020215	Formação		7.460,00
	020216	Seminários, Exposições e Similares		250,00
	020217	Publicidade		86.050,00
	020218	Vigilância e Segurança		27.550,00
	020219	Assistência Técnica		129.750,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados		1.748.660,00
	02022001	Serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos		600.000,00
	02022002	Serviços de Alimentação		300.000,00
	02022003	Serviços de Limpeza Urbana		41.000,00
	02022005	Serviços de Tratamento de Saneamento		119.500,00
	02022099	Diversos		688.160,00
	020224	Encargos de Cobrança de Receitas		100.000,00
	020225	Outros Serviços		657.625,00
	02022501	Emolumentos		35.000,00
	02022502	Publicações		6.000,00
	02022503	Electricidade - Iluminação Pública		569.500,00
	02022599	Diversos Serviços		47.125,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		262.000,00
	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		250.100,00
	030103	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instit.		250.000,00
	03010302	Empréstimos Médio e Longo Prazo		250.000,00
	030106	Adm. Pública Central - Serv. E Fundos Autónomos		100,00
	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		1.700,00
	030303	Edifícios		250,00
	030305	Material de Transporte		1.250,00
	030307	Maquinaria e Equipamento		100,00
	030308	Outros Investimentos		100,00

ORÇAMENTO DA DESPESA
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	0304	JUROS TRIBUTÁRIOS		100,00
	030401	Indemnizatórios		100,00
	0305	OUTROS JUROS		10.000,00
	030502	Outros		10.000,00
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		100,00
	030601	Outros Encargos Financeiros		100,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		959.954,00
	0403	Administração Central		149.564,00
	040305	Serviços e Fundos Autónomos		149.564,00
	0405	Administração Local		388.190,00
	040501	Continente		388.190,00
	04050102	Freguesias		248.250,00
	04050104	Associações de Municípios		139.940,00
	0406	Segurança Social		100,00
	040601	Sistemas de Solidariedade e Segurança Social		100,00
	0407	Instituições sem Fins Lucrativos		346.500,00
	040701	Instituições sem Fins Lucrativos		346.500,00
	0408	Famílias		75.600,00
	040802	Outras		75.600,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		182.859,00
	0602	Diversas		182.859,00
	060201	Impostos e Taxas		50.000,00
	060203	Outras		132.859,00
	06020301	Restituições		75.000,00
	06020302	IVA Pago		49.359,00
	06020304	Serviços Bancários		5.000,00
	06020399	Diversas		3.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL		6.694.122,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4.781.834,00
	0701	INVESTIMENTOS		2.326.610,00
	070101	Terrenos		823.000,00
	070102	Habitações		29.520,00
	07010202	Aquisição		10.000,00
	07010203	Reparação e beneficiação		19.520,00
	070103	Edifícios		788.870,00
	07010301	Instalações de serviços		104.500,00
	07010302	Instalações desportivas e recreativas		315.500,00
	07010303	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária		2.000,00
	07010305	Escolas		63.350,00
	07010399	Outros		303.520,00
	070104	Construções Diversas		239.950,00
	07010402	Esgotos		71.150,00
	07010404	Iluminação pública		55.000,00
	07010406	Instalações desportivas e recreativas		22.500,00
	07010409	Sinalização e trânsito		87.300,00
	07010413	Outros		4.000,00
	070106	Material de Transporte		3.500,00
	07010602	Outros		3.500,00
	070107	Equipamento de Informática		52.100,00
	070108	Software Informático		23.870,00
	070109	Equipamento Administrativo		45.000,00
	070110	Equipamento Básico		248.700,00
	07011001	Recolha de Resíduos		17.600,00
	07011002	Outros		231.100,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	070111	Ferramentas e Utensílios		5.000,00
	070112	Artigos e Objectos de Valor		1.000,00
	070113	Investimentos Incorpóreos		16.000,00
	070115	Outros Investimentos		50.100,00
	0702	Locação Financeira		47.285,00
	070203	Edifícios - Locação Financeira		17.835,00
	070205	Material de Transporte - Locação Financeira		28.950,00
	070207	Maquinaria e Equipamento - Locação Financeira		500,00
	0703	Bens de Domínio Público		2.407.939,00
	070303	Outras Construções e Infraestruturas		2.407.939,00
	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares		1.557.969,00
	07030305	Parques e jardins		557.360,00
	07030308	Viação rural		291.610,00
	07030313	Diversas Construções e Infra-estruturas		1.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		580.163,00
	0801	SOCIEDADES E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS		2.000,00
	080101	Públicas		2.000,00
	08010102	Outras		2.000,00
	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		343.454,00
	080501	Continente		343.454,00
	08050101	Municípios		40.000,00
	08050102	Freguesias		301.654,00
	08050104	Associações de Municípios		1.800,00
	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		181.709,00
	080701	Instituições sem Fins Lucrativos		181.709,00
	0808	FAMÍLIAS		53.000,00
	080802	Outras		53.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		129.625,00
	0907	ACTIVOS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		129.625,00
	090701	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras - Privadas		1.000,00
	090702	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras - Públicas		128.625,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		1.200.000,00
	1006	EMPRÉSTIMOS MÉDIO E LONGO PRAZOS		1.200.000,00
	100603	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições		1.200.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		2.500,00
	1102	DIVERSAS		2.500,00
	110202	Restituições		1.500,00
	110299	Outras		1.000,00
TOTAL			17.500.000,00	17.500.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (Com e Sem Plano)
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações		
Orgânica	Económica		Não Imputável	Imputável	Total
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	24.500,00		24.500,00
		DESPESAS CORRENTES	24.500,00		24.500,00
	01	DESPESAS COM PESSOAL	23.500,00		23.500,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	23.500,00		23.500,00
	010213	Outros Suplementos e Prêmios	23.500,00		23.500,00
	01021302	<i>Elementos Assembleia Municipal</i>	23.500,00		23.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.000,00		1.000,00
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1.000,00		1.000,00
	020108	Material de Escritório	500,00		500,00
	020121	Outros Bens	500,00		500,00
02		CÂMARA MUNICIPAL	7.384.709,00		7.384.709,00
		DESPESAS CORRENTES	6.152.209,00	4.629.169,00	10.781.378,00
	01	DESPESAS COM PESSOAL	4.601.200,00		4.601.200,00
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.568.100,00		3.568.100,00
	010101	Titulares Orgãos Soberania/Membros de Orgãos Autárquicos	125.600,00		125.600,00
	010104	Pessoal dos Quadros - Regime de contrato individual de trabalho	2.434.300,00		2.434.300,00
	01010401	<i>Pessoal em funções</i>	2.420.000,00		2.420.000,00
	01010402	<i>Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho</i>	14.300,00		14.300,00
	010106	Pessoal contratado a termo	500,00		500,00
	010107	Pessoal Regime Tarefa ou Avença	222.500,00		222.500,00
	010108	Pessoal Aguardando Aposentação	5.000,00		5.000,00
	010109	Pessoal Qualquer Outra Situação	47.000,00		47.000,00
	010111	Representação	49.200,00		49.200,00
	01011101	<i>Membros Orgãos Autárquicos</i>	31.200,00		31.200,00
	01011102	<i>Pessoal Quadros</i>	18.000,00		18.000,00
	010113	Subsídio de Refeição	230.000,00		230.000,00
	010114	Subsídios de Férias e Natal	439.000,00		439.000,00
	010115	Remunerações por doença e maternidade	15.000,00		15.000,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	63.750,00		63.750,00
	010202	Horas Extraordinárias	40.000,00		40.000,00
	010203	Alimentação e Alojamento	250,00		250,00
	010204	Ajudas de Custo	10.000,00		10.000,00
	010205	Abono para Falhas	6.000,00		6.000,00
	010212	Indemnizações por cessão de funções	500,00		500,00
	010213	Outros Suplementos e Prêmios	7.000,00		7.000,00
	01021301	<i>Elementos da Câmara Municipal</i>	6.000,00		6.000,00
	01021399	<i>Outros Suplementos e Prêmios</i>	1.000,00		1.000,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL	969.350,00		969.350,00
	010301	Encargos com a Saúde	260.000,00		260.000,00
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	19.500,00		19.500,00
	010304	Outras Prestações Familiares	14.000,00		14.000,00
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	644.500,00		644.500,00
	01030501	Assistência nas doenças dos funcionários	500,00		500,00
	01030502	Segurança social dos funcionários	494.000,00		494.000,00
	01030503	Segurança Social - Regime Geral	150.000,00		150.000,00
	010308	Outras Pensões	9.100,00		9.100,00
	010309	SEGUROS	22.000,00		22.000,00
	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	250,00		250,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	682.450,00	4.092.915,00	4.775.365,00
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	164.000,00	501.150,00	665.150,00
	020101	Matérias Primas e Subsidiárias	100.000,00	14.500,00	114.500,00
	020102	Combustíveis e Lubrificantes	3.000,00	260.500,00	263.500,00
	02010201	Gasolina		12.000,00	12.000,00
	02010202	Gasóleo		120.000,00	120.000,00
	02010299	Outros	3.000,00	128.500,00	131.500,00
	020104	Limpeza e Higiene	2.000,00	15.000,00	17.000,00
	020107	Vestuário e Artigos Pessoais		23.000,00	23.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (Com e Sem Plano)
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações		
Orgânica	Económica		Não Imputável	Imputável	Total
	020108	Material de Escritório	34.500,00	500,00	35.000,00
	020109	Produtos Químicos e Farmaceuticos	500,00	21.000,00	21.500,00
	020112	Material de Transporte - Peças		10.000,00	10.000,00
	020114	Outro material - Peças		27.100,00	27.100,00
	020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	2.000,00	31.650,00	33.650,00
	020116	MERCADORIAS PARA VENDA	500,00	8.900,00	9.400,00
	02011603	Outros	500,00	8.900,00	9.400,00
	020117	Ferramentas e Utensílios		8.500,00	8.500,00
	020118	Livros e Documentação Técnica	1.000,00	1.250,00	2.250,00
	020119	Artigos Honoríficos e de Decoração	1.000,00		1.000,00
	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio		26.800,00	26.800,00
	020121	Outros Bens	19.500,00	52.450,00	71.950,00
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	518.450,00	3.591.765,00	4.110.215,00
	020201	Encargos de Instalações	210.000,00	265.000,00	475.000,00
	020202	Limpeza e Higiene		85.000,00	85.000,00
	020203	Conservação de Bens		118.000,00	118.000,00
	020204	Locação de Edifícios	200,00		200,00
	020205	Locação de Material Informático	500,00	25.000,00	25.500,00
	020208	Locação de Outros Bens	3.500,00	78.250,00	81.750,00
	020209	Comunicações	45.000,00	25.000,00	70.000,00
	020210	Transportes	9.000,00	243.170,00	252.170,00
	020211	Representação dos Serviços	500,00		500,00
	020212	Seguros	1.500,00	57.550,00	59.050,00
	020213	Deslocações e Estadas	500,00	33.550,00	34.050,00
	020214	Estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria	86.000,00	65.650,00	151.650,00
	020215	Formação		7.460,00	7.460,00
	020216	Seminários, Exposições e Similares	250,00		250,00
	020217	Publicidade	500,00	85.550,00	86.050,00
	020218	Vigilância e Segurança		27.550,00	27.550,00
	020219	Assistência Técnica		129.750,00	129.750,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	5.000,00	1.743.660,00	1.748.660,00
	02022001	Serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos		600.000,00	600.000,00
	02022002	Serviços de Alimentação		300.000,00	300.000,00
	02022003	Serviços de Limpeza Urbana		41.000,00	41.000,00
	02022005	Serviços de Tratamento de Saneamento		119.500,00	119.500,00
	02022099	Diversos	5.000,00	683.160,00	688.160,00
	020224	Encargos de Cobrança de Receitas	100.000,00		100.000,00
	020225	Outros Serviços	56.000,00	601.625,00	657.625,00
	02022501	Emolumentos	35.000,00		35.000,00
	02022502	Publicações	6.000,00		6.000,00
	02022503	Electricidade - Iluminação Pública		569.500,00	569.500,00
	02022599	Diversos Serviços	15.000,00	32.125,00	47.125,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	262.000,00		262.000,00
	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	250.100,00		250.100,00
	030103	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instit.	250.000,00		250.000,00
	03010302	Empréstimos Médio e Longo Prazo	250.000,00		250.000,00
	030106	Adm. Pública Central - Serv. E Fundos Autónomos	100,00		100,00
	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	1.700,00		1.700,00
	030303	Edifícios	250,00		250,00
	030305	Material de Transporte	1.250,00		1.250,00
	030307	Maquinaria e Equipamento	100,00		100,00
	030308	Outros Investimentos	100,00		100,00
	0304	JUROS TRIBUTÁRIOS	100,00		100,00
	030401	Indemnizatórios	100,00		100,00
	0305	OUTROS JUROS	10.000,00		10.000,00
	030502	Outros	10.000,00		10.000,00
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	100,00		100,00
	030601	Outros Encargos Financeiros	100,00		100,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	423.700,00	536.254,00	959.954,00
	0403	Administração Central	8.500,00	141.064,00	149.564,00
	040305	Serviços e Fundos Autónomos	8.500,00	141.064,00	149.564,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (Com e Sem Plano)
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações		
Orgânica	Económica		Não Imputável	Imputável	Total
	0405	Administração Local	225.000,00	163.190,00	388.190,00
	040501	Continente	225.000,00	163.190,00	388.190,00
	04050102	Freguesias	195.000,00	53.250,00	248.250,00
	04050104	Associações de Municípios	30.000,00	109.940,00	139.940,00
	0406	Segurança Social	100,00		100,00
	040601	Sistemas de Solidariedade e Segurança Social	100,00		100,00
	0407	Instituições sem Fins Lucrativos	190.000,00	156.500,00	346.500,00
	040701	Instituições sem Fins Lucrativos	190.000,00	156.500,00	346.500,00
	0408	Famílias	100,00	75.500,00	75.600,00
	040802	Outras	100,00	75.500,00	75.600,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.859,00		182.859,00
	0602	Diversas	182.859,00		182.859,00
	060201	Impostos e Taxas	50.000,00		50.000,00
	060203	Outras	132.859,00		132.859,00
	06020301	Restituições	75.000,00		75.000,00
	06020302	IVA Pago	49.359,00		49.359,00
	06020304	Serviços Bancários	5.000,00		5.000,00
	06020399	Diversas	3.500,00		3.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	1.232.500,00	5.461.622,00	6.694.122,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4.781.834,00	4.781.834,00
	0701	INVESTIMENTOS		2.326.610,00	2.326.610,00
	070101	Terrenos		823.000,00	823.000,00
	070102	Habitações		29.520,00	29.520,00
	07010202	Aquisição		10.000,00	10.000,00
	07010203	Reparação e beneficiação		19.520,00	19.520,00
	070103	Edifícios		788.870,00	788.870,00
	07010301	Instalações de serviços		104.500,00	104.500,00
	07010302	Instalações desportivas e recreativas		315.500,00	315.500,00
	07010303	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária		2.000,00	2.000,00
	07010305	Escolas		63.350,00	63.350,00
	07010399	Outros		303.520,00	303.520,00
	070104	Construções Diversas		239.950,00	239.950,00
	07010402	Esgotos		71.150,00	71.150,00
	07010404	Iluminação pública		55.000,00	55.000,00
	07010406	Instalações desportivas e recreativas		22.500,00	22.500,00
	07010409	Sinalização e trânsito		87.300,00	87.300,00
	07010413	Outros		4.000,00	4.000,00
	070106	Material de Transporte		3.500,00	3.500,00
	07010602	Outros		3.500,00	3.500,00
	070107	Equipamento de Informática		52.100,00	52.100,00
	070108	Software Informático		23.870,00	23.870,00
	070109	Equipamento Administrativo		45.000,00	45.000,00
	070110	Equipamento Básico		248.700,00	248.700,00
	07011001	Recolha de Resíduos		17.600,00	17.600,00
	07011002	Outros		231.100,00	231.100,00
	070111	Ferramentas e Utensílios		5.000,00	5.000,00
	070112	Artigos e Objectos de Valor		1.000,00	1.000,00
	070113	Investimentos Incorpóreos		16.000,00	16.000,00
	070115	Outros Investimentos		50.100,00	50.100,00
	0702	Locação Financeira		47.285,00	47.285,00
	070203	Edifícios - Locação Financeira		17.835,00	17.835,00
	070205	Material de Transporte - Locação Financeira		28.950,00	28.950,00
	070207	Maquinaria e Equipamento - Locação Financeira		500,00	500,00
	0703	Bens de Domínio Público		2.407.939,00	2.407.939,00
	070303	Outras Construções e Infraestruturas		2.407.939,00	2.407.939,00
	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares		1.557.969,00	1.557.969,00
	07030305	Parques e jardins		557.360,00	557.360,00
	07030308	Viação rural		291.610,00	291.610,00
	07030313	Diversas Construções e Infra-estruturas		1.000,00	1.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (Com e Sem Plano)

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Classificação		Descrição	Dotações		
Orgânica	Económica		Não Imputável	Imputável	Total
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	550.163,00	580.163,00
	0801	SOCIEDADES E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS		2.000,00	2.000,00
	080101	Públicas		2.000,00	2.000,00
	08010102	Outras		2.000,00	2.000,00
	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		343.454,00	343.454,00
	080501	Continente		343.454,00	343.454,00
	08050101	Municípios		40.000,00	40.000,00
	08050102	Freguesias		301.654,00	301.654,00
	08050104	Associações de Municípios		1.800,00	1.800,00
	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	30.000,00	151.709,00	181.709,00
	080701	Instituições sem Fins Lucrativos	30.000,00	151.709,00	181.709,00
	0808	FAMÍLIAS		53.000,00	53.000,00
	080802	Outras		53.000,00	53.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		129.625,00	129.625,00
	0907	ACTIVOS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		129.625,00	129.625,00
	090701	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras - Privadas		1.000,00	1.000,00
	090702	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras - Públicas		128.625,00	128.625,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.200.000,00		1.200.000,00
	1006	EMPRÉSTIMOS MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.200.000,00		1.200.000,00
	100603	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições	1.200.000,00		1.200.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00		2.500,00
	1102	DIVERSAS	2.500,00		2.500,00
	110202	Restituições	1.500,00		1.500,00
	110299	Outras	1.000,00		1.000,00
TOTAL			7.409.209,00	10.090.791,00	17.500.000,00

MAPAS ANEXOS AO ORÇAMENTO



RESUMO DE RECEITAS E DESPESAS _ CORRENTES / CAPITAL
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

CAP	RECEITA	Dotação Inicial (a)	%	CAP	DESPESA	Dotação Inicial (a)	%
	Receitas Correntes	13.045.235,00	100,00%		Despesas Correntes	10.805.878,00	100,00%
01	Impostos Directos	3.866.800,00	29,64%	01	Pessoal	4.624.700,00	42,80%
	Imposto Municipal sobre Imóveis	2.400.000,00	18,40%	02	Aquisição de Bens e Serviços	4.776.365,00	44,20%
	Imposto Único de Circulação	536.500,00	4,11%		Aquisição de Bens	666.150,00	6,16%
	Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas	308.500,00	2,36%		Aquisição de Serviços	4.110.215,00	38,04%
	Derrama	620.300,00	4,75%	03	Juros e Outros Encargos Financeiros	262.000,00	2,42%
	Impostos Abolidos	1.000,00	0,01%		Juros da Dívida Pública	250.100,00	2,31%
	Impostos Directos Diversos	500,00	0,00%		Juros de Locação Financeira	1.700,00	0,02%
02	Impostos Indirectos	566.500,00	4,34%		Juros Tributários	100,00	0,00%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	182.095,00	1,40%		Outros Juros	10.000,00	0,09%
05	Rendimentos de Propriedade	714.800,00	5,48%		Outros encargos Financeiros	100,00	0,00%
06	Transferências Correntes	6.647.240,00	50,96%	04	Transferências Correntes	959.954,00	8,88%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	923.800,00	7,08%		Administrações Públicas	537.754,00	4,98%
08	Outras Receitas Correntes	144.000,00	1,10%		Segurança Social	100,00	0,00%
					Administrações Privadas	346.500,00	3,21%
					Famílias	75.600,00	0,70%
				06	Outras Despesas Correntes	182.859,00	1,69%
	Receitas de Capital	4.404.765,00	100,00%		Despesas de Capital	6.694.122,00	100,00%
09	Venda de Bens de Investimento	321.500,00	7,30%	07	Investimentos	4.781.834,00	71,43%
10	Transferências de Capital	2.710.452,00	61,53%		Terrenos	823.000,00	12,29%
12	Passivos Financeiros	1.243.188,00	28,22%		Habitações	29.520,00	0,44%
	Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.243.188,00	28,22%		Edifícios	788.870,00	11,78%
13	Outras Receitas de Capital	129.625,00	2,94%		Construções Diversas	239.950,00	3,58%
	Outras Receitas	50.000,00	100,00%		Equipamento de Transporte	3.500,00	0,05%
	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	50.000,00	100,00%		Equipamento Informático	52.100,00	0,78%
					Software Informático	23.870,00	0,36%
					Equipamento Administrativo	45.000,00	0,67%
					Equipamento Básico	248.700,00	3,72%
					Ferramentase Utensílios	5.000,00	0,07%
					Artigos e Objectos de Valor	1.000,00	0,01%
					Investimentos Incorpóreos	16.000,00	0,24%
					Outros Investimentos	50.100,00	0,75%
					Locação Financeira	47.285,00	0,71%
					Bens de Domínio Público	2.407.939,00	35,97%
				08	Transferências de Capital	580.163,00	8,67%
					Sociedades e Quase Soc Não Financeiras	2.000,00	0,03%
					Administrações Públicas	343.454,00	5,13%
					Administrações Privadas	181.709,00	2,71%
					Famílias	53.000,00	0,79%
				09	Activos Financeiros	129.625,00	1,94%
					Sociedades e Quase Soc. N Financeiras - Pri	1.000,00	0,01%
					Sociedades e Quase Soc. N Financeiras - Pu	128.625,00	1,92%
				10	Passivos Financeiros	1.200.000,00	17,93%
					Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.200.000,00	17,93%
				11	Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,04%
	RECEITAS TOTAIS	17.500.000,00			DESPESAS TOTAIS	17.500.000,00	

RESUMO DE RECEITAS E DESPESAS _ TOTAL

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

CAP	RECEITA	Dotação Inicial (a)	%	CAP	DESPESA	Dotação Inicial (a)	%
	Receitas Correntes	13.045.235,00	74,54%		Despesas Correntes	10.805.878,00	61,75%
01	Impostos Directos	3.866.800,00	22,10%	01	Pessoal	4.624.700,00	26,43%
	Imposto municipal sobre Imóveis	2.400.000,00	13,71%	02	Aquisição de Bens e Serviços	4.776.365,00	27,29%
	Imposto Único de Circulação	536.500,00	3,07%		Aquisição de Bens	666.150,00	3,81%
	Imposto municipal s/ transmissões onerosas	308.500,00	1,76%		Aquisição de Serviços	4.110.215,00	23,49%
	Derrama	620.300,00	3,54%	03	Juros e Outros Encargos Financeiros	262.000,00	1,50%
	Impostos abolidos	1.000,00	0,01%		Juros da Dívida Pública	250.100,00	1,43%
	Impostos Directos Diversos	500,00	0,00%		Juros de Locação Financeira	1.700,00	0,01%
02	Impostos Indirectos	566.500,00	3,24%		Juros Tributários	100,00	0,00%
04	Taxas, Multas e Outras Penal.	182.095,00	1,04%		Outros juros	10.000,00	0,06%
05	Rendimentos de Propriedade	714.800,00	4,08%		Outros encargos financeiros	100,00	0,00%
06	Transferências Correntes	6.647.240,00	37,98%	04	Transferências Correntes	959.954,00	5,49%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	923.800,00	5,28%		Administrações públicas	537.754,00	3,07%
08	Outras Receitas Correntes	144.000,00	0,82%		Segurança Social	100,00	0,00%
					Administrações privadas	346.500,00	1,98%
					Famílias	75.600,00	0,43%
				06	Outras Despesas Correntes	182.859,00	1,04%
	Receitas de Capital	4.404.765,00	25,17%		Despesas de Capital	6.694.122,00	38,25%
09	Venda de Bens de Investimento	321.500,00	1,84%	07	Investimentos	4.781.834,00	27,32%
10	Transferências de Capital	2.710.452,00	15,49%		Terrenos	823.000,00	4,70%
12	Passivos Financeiros	1.243.188,00	7,10%		Habitacões	29.520,00	0,17%
	Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.243.188,00	7,10%		Edifícios	788.870,00	4,51%
13	Outras Receitas de Capital	129.625,00	0,74%		Construções Diversas	239.950,00	1,37%
	Outras Receitas	50.000,00	0,29%		Equipamento de Transporte	3.500,00	0,02%
	Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	0,29%		Equipamento Informático	52.100,00	0,30%
					Software Informático	23.870,00	0,14%
					Equipamento Administrativo	45.000,00	0,26%
					Equipamento Básico	248.700,00	1,42%
					Ferramentas e Utensílios	5.000,00	0,03%
					Artigos e Objectos de Valor	1.000,00	0,01%
					Investimentos Incorpóreos	16.000,00	0,09%
					Outros Investimentos	50.100,00	0,29%
					Locação Financeira	47.285,00	0,27%
					Bens de Domínio Público	2.407.939,00	13,76%
				08	Transferências de Capital	580.163,00	3,32%
					Sociedades e Quase Soc Não Financeiras	2.000,00	0,01%
					Administrações públicas	343.454,00	1,96%
					Administrações privadas	181.709,00	1,04%
					Famílias	53.000,00	0,30%
				09	Activos Financeiros	129.625,00	0,74%
					Sociedades e Quase Soc. N Financeiras - Pr	1.000,00	0,01%
					Sociedades e Quase Soc. N Financeiras - Pú	128.625,00	1,92%
				10	Passivos Financeiros	1.200.000,00	6,86%
					Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.200.000,00	6,86%
				11	Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,01%
	RECEITAS TOTAIS	17.500.000,00	100,00%		DESPESAS TOTAIS	17.500.000,00	100,00%

RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS - GLOBAL

MUNICÍPIO DE ESTARREJA			
RECEITAS	DOTAÇÃO	%	% Global
RECEITAS CORRENTES			
00 SALDO INICIAL DA GERÊNCIA			
01 IMPOSTOS DIRECTOS	3.866.800,00	29,64%	22,10%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	566.500,00	4,34%	3,24%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	182.095,00	1,40%	1,04%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	714.800,00	5,48%	4,08%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.647.240,00	50,96%	37,98%
07 VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	923.800,00	7,08%	5,28%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.000,00	1,10%	0,82%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	13.045.235,00	100,00%	74,54%
RECEITAS DE CAPITAL			
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	321.500,00	7,30%	1,84%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.710.452,00	61,53%	15,49%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	1.243.188,00	28,22%	7,10%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	129.625,00	2,94%	0,74%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.404.765,00	100,00%	25,17%
OUTRAS RECEITAS			
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	50.000,00	100,00%	0,29%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	50.000,00	100,00%	0,29%
TOTAL GERAL	17.500.000,00		100,00%
DESPESAS	DOTAÇÃO	%	% Global
DESPESAS CORRENTES			
01 DESPESAS COM PESSOAL	4.624.700,00	42,80%	26,43%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.776.365,00	44,20%	27,29%
03 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	262.000,00	2,42%	1,50%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	959.954,00	8,88%	5,49%
05 SUBSÍDIOS	0,00	0,00%	0,00%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.859,00	1,69%	1,04%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	10.805.878,00	100,00%	61,75%
DESPESAS DE CAPITAL			
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.781.834,00	71,43%	27,32%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	580.163,00	8,67%	3,32%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	129.625,00	1,94%	0,74%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.200.000,00	17,93%	6,86%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.500,00	0,04%	0,01%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	6.694.122,00	100,00%	38,25%
TOTAL GERAL	17.500.000,00		100,00%

(a) MUNICÍPIO DE ESTARREJA
PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA A GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Unidade: Euros)

Caracterização do Empréstimo	Data da aprovação pela Ass. Municipal	Data de Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	VISTO DO T. C.		Finalidade do Empréstimo			Entidade Credora	CAPITAL		Taxa de Juro		ENCARGOS DO ANO			Capital em Dívida		
					Nº do Registo	Data	Disposição Legal	©	Contratado		Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Juros de Mora	1 de Janeiro de 2014	31 de Dez.º de 2014		
Médio e Longo Prazos																				
Construção Arrendamento Social	21-12-1991	30-12-1991	25	22	isento		(1)	I	INH		685.807,20	653.948,67	12,50%	0,94%	43.781,76	3.872,76		268.934,91	225.153,15	
Saneamento Básico PA 2000	28-04-2000	15-06-2000	20	13	2634	21-09-2000	art32º da Lei nº542/98 e art. 28º LOE/2000	I	CGD		3.940.503,39	3.940.503,39	5,122%	0,22%	254.385,99	16.294,84		1.792.669,31	1.538.283,32	
Parque Industrial PA 2000	28-04-2000	15-06-2000	20	13	2635	21-09-2000	n.º2 do artigo 24º da Lei nº42/98, de 06/08	N	BPI		3.541.465,07	3.541.465,07	5,122%	0,22%	236.097,68	22.740,33		2.420.001,42	2.183.903,74	
Medida 1.7. do PORCentro Praça do Município	11-01-2003	16-04-2003	20	10	1098/03	18-06-2003	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	CGD		437.351,63	411.425,13	1,00%	1,17%	22.654,76	4.555,76		215.220,17	192.565,41	
Medida 1.7. do PORCentro URBCOM	11-01-2003	16-04-2003	20	10	1099/03	07-08-2003	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	CGD		207.521,37	183.836,28	1,00%	1,21%	9.992,01	1.654,40		99.920,10	89.928,09	
Diversos Investimentos PPI 2004	30-11-2004	26-11-2004	20	8	2814/04	06-01-2005	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	Totta		742.809,00	742.809,00	3,45%	0,51%	43.694,65	4.951,34		502.488,48	458.793,83	
Diversos Investimentos PPI 2005	10-05-2005	22-06-2005	20	7	1887/05	06-09-2005	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	CGD		770.422,00	770.422,00	3,89%	0,41%	46.159,90	7.411,93		542.404,19	496.244,29	
Investimentos PPI/2005 Largo de Santo Amaro e Centro Cívico de Pardilhó	23-09-2005	16-12-2005	20	7	3084/05	30-12-2005	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	Totta		73.003,00	73.003,00	3,22%	0,44%	4.055,72	464,86		50.696,54	46.640,82	
Parque Industrial PPI/2006	26-04-2006	24-05-2006	20	7	1138/06	03-08-2006	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	BES		974.911,00	950.000,00	3,25%	0,32%	52.777,78	8.727,02		672.916,71	620.138,93	
Parque Desportivo Municipal	13-12-2006	21-12-2006	15	6	2262/06	18-01-2007	n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 42/98, de 06/08	N	CGD		75.212,00	50.212,00	4,20%	0,35%	3.923,56	409,86		31.776,20	27.852,64	
PREDE - Empréstimo com o Banco BPI	10-08-2009	27-08-2009	5	4	1951/09	27-11-2009	(2)	N	BPI		1.597.430,00	1.597.430,00	2,47%	1,92%	319.486,00	5.832,62		319.486,00	0,00	
PREDE - Empréstimo com o Estado	10-08-2009	30-09-2009	10	4	1950/09	27-11-2009	(2)	N	DGTF		1.064.954,00	1.064.954,00	1,03%	1,03%	106.495,40	584,13		1.064.954,00	958.458,60	
Diversos Investimentos PPI 2010	07-07-2010	02-09-2010	20	3	1312/10	21-12-2010	n.º 6 do artigo 39º da Lei nº 2/2007 de 15/01	I	BPI		916.330,00	916.330,00	3,52%	2,72%	53.901,76	31.863,82		916.330,00	862.428,24	
Diversos Investimentos PPI 2012	26-09-2012	15-10-2012	12	1	1569/12	15-01-2013	n.º 4 do artigo 38º da Lei nº 2/2007 de 15/01	N	CCAM		1.795.660,00	552.471,65	7,08%	6,97%		140.567,51		552.471,65	1.795.660,00	
Total															1.197.406,97	249.931,17			9.450.269,69	9.496.051,06

(a) - Designação do Organismo ou Serviço.

(b) - Dirigente, dependente do órgão executivo, responsável pela área administrativa e/ou financeira.

(c) - Utilizar (I) , se estiver isento do limite de endividamento, indicado a legislação aplicável, e (N), no caso contrário

(1) - Lei nº42/98, com as alterações introduzidas pelas Lei nº87-B/98, de 31/12; Lei nº3-B/2000, de 04/04; Lei nº15/2001, de 05/06; Lei nº 94/2001, de 20/08 e Lei Orgânica nº2/2002, de 28/08.

(2) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2009, de 30 de Março

O Responsável pelos Serviços

(selo branco)

(a)

MUNICÍPIO DE ESTARREJA
PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA A GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Unidade: Euros)

Nº Contrato de Locação Financeira	Finalidade	Entidade Locadora	Valor do Equipamento (em Euros) S/ IVA	Data do Contrato		Periodicidade da Renda	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	ENCARGOS/ANO 2014		Amortização Acumulada S/ IVA	Capital em Dívida S/ IVA	
				Início	Terminus				Amortização S/ IVA	Juros S/ IVA		1 de Janeiro de 2014	31 de Dez.º de 2014
10017439	Mini-Autocarro	BANCO BPI	85.907,26	24/10/2007	24/10/2014	Trimestral	7	6	11.181,10	84,13	74.726,16	11.181,10	0,00
10014296	Pavilhão Central / Armazém Municipal	BANCO BPI	110.834,00	23/10/2007	23/10/2014	Trimestral	7	6	14.464,71	117,83	96.369,29	14.464,71	0,00
350188	VeiculoPesado de Mercadorias com Cx.de Carga Tribasculante e Grua	CAIXA LEASING E FACTORING	84.600,00	15/03/2009	15/03/2016	Trimestral	7	4	12.278,20	900,24	51.714,75	32.885,25	20.607,05
TOTAL									37.924,01	1.102,20	222.810,20	58.531,06	20.607,05

(a) - Designação do Organismo ou Serviço.

(b) - Dirigente, dependente do órgão executivo, responsável pela área administrativa e/ou financeira.

O Responsável pelos Serviços

 (selo branco)

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



Código	Classificação Funcional	DESPESAS 2014				Total
		PPI		PAM		
		Definido	A definir	Definido	A definir	
1	FUNÇÕES GERAIS	314.685,00	0,00	1.011.600,00	0,00	1.326.285,00
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública					
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	310.385,00		924.950,00		1.235.335,00
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	4.300,00		86.650,00		90.950,00
2	FUNÇÕES SOCIAIS	1.845.655,00	0,00	2.852.519,00	0,00	4.698.174,00
2.1.0	Educação					
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	103.720,00		207.844,00		311.564,00
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO			640.600,00		640.600,00
2.2.0	Saúde					
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE					0,00
2.3.0	Segurança e Acção Sociais					
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	80.709,00		153.475,00		234.184,00
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos					
2.4.1.	HABITAÇÃO	104.520,00				104.520,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	570.130,00		44.300,00		614.430,00
2.4.3.	SANEAMENTO	76.150,00		119.500,00		195.650,00
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00				128.625,00
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	21.100,00		637.700,00		658.800,00
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	188.001,00		187.000,00		375.001,00
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1.	CULTURA	271.900,00		460.000,00		731.900,00
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	300.800,00		402.100,00		702.900,00
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.301.282,00	0,00	765.050,00	0,00	4.066.332,00
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca					
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA			3.800,00		3.800,00
3.2.0	Indústria e Energia					
3.2.1.	INDUSTRIA	1.786.020,00		189.750,00		1.975.770,00
3.2.2.	ENERGIA	55.000,00		571.500,00		626.500,00
3.3.0	Transportes e Comunicações					
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.452.262,00				1.452.262,00
3.4.0	Comércio e Turismo					
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	8.000,00				8.000,00
TOTAL		5.461.622,00	0,00	4.629.169,00	0,00	10.090.791,00

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS					TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016		2017
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)		i)
1. FUNÇÕES GERAIS																			
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública																			
1.1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL																			
1.1.1.2. EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS																			
1.1.1.2.2. EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE BEDUÍDO E VEIROS																			
1.1.1.2.2.001.			Edifício dos Paços do Concelho																
1.1.1.2.2.001.04	07.01.03.01	01/2014	Remodelação, beneficiação e conservação	E	DOMA	100%		01/14	12/17	0		50.000,00	50.000,00		50.000,00	100.000,00	50.000,00	250.000,00	
1.1.1.2.2.006.			Pavilhão Central / Armazém Municipal																
1.1.1.2.2.006.10	07.01.01	02/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DOMA	100%		02/16	12/17	0						10.000,00	55.000,00	65.000,00	
1.1.1.2.2.006.04	07.01.03.01	03/2014	Construção (incluindo rede informática)	E	DOMA/SIT	100%		07/14	12/16	0		20.000,00	20.000,00		50.000,00	130.000,00		200.000,00	
1.1.1.2.2.006.14	07.02.03	03/2004	Aquisição / Locação Financeira	O	DOMA/DEF	100%		10/07	10/14	4	112.263,26	17.835,00	17.835,00						130.098,26
1.1.1.2.2.009.			Reabilitação do Antigo Colégio																
1.1.1.2.2.009.02	07.01.03.01	04/2014	Elaboração de Projectos	O	DOMA	100%		01/15	12/15	0					5.000,00			5.000,00	
1.1.1.2.2.009.05	07.01.09	05/2014	Aquisição Equipamento administrativo	O	GDES	100%		01/14	12/15	0		1.000,00	1.000,00		4.000,00			5.000,00	
1.1.1.2.2.009.04	07.01.03.01	06/2014	Remodelação e Restauro	E	DOMA	100%		01/15	12/17	0					10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00	
1.1.1.2.2.010.			Armazém na R. Dr Manuel Figueiredo																
1.1.1.2.2.010.04	07.01.03.01	07/2014	Remodelação e Restauro	E	DOMA	100%		09/14	05/17	0		1.500,00	1.500,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	31.500,00	
1.1.1.2.8. EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS EM TODO O CONCELHO																			
1.1.1.2.8.001.			Arquivo Municipal																
1.1.1.2.8.001.05	07.01.09	08/2014	Aquisição Equipamento administrativo	O	ARQ	100%		01/14	12/16	0		27.000,00	27.000,00		27.000,00	1.000,00		55.000,00	
1.1.1.2.8.900.			Diversas Intervenções em Instalações Municipais																
1.1.1.2.8.900.13	07.01.10.02	09/2014	Aquisição de Equipamento Básico - Ecoeficiência	O	DOM	100%		01/14	12/17	0		5.000,00	5.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	155.000,00	
1.1.1.2.8.900.04	07.01.03.01	267/2014	Remodelação, beneficiação e conservação	A/E	DOM	100%		01/14	12/17	0		33.000,00	33.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00	123.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.2											112.263,26	155.335,00	155.335,00	0,00	236.000,00	341.000,00	205.000,00	1.049.598,26	
1.1.1.3. MAQUINARIA E EQUIPAMENTO																			
1.1.1.3.0. EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO GERAL																			
1.1.1.3.0.999.			Equipamento de Utilização Geral_Diversos																
1.1.1.3.0.999.07	07.02.07	10/2014	Aquisição / Locação Financeira	SL	OA/DEF	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00					500,00	
1.1.1.3.0.999.16	07.01.10.02	11/2014	Equipamento para Espaços Verdes e Limpeza Pública	O	SEV/SHLP	100%		01/14	12/14	0		54.000,00	54.000,00					54.000,00	
1.1.1.3.0.999.21	07.01.11	12/2014	Equipamentos para Vias e Oficinas Mecânicas	O	DVE_SMEQ	100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00					2.000,00	
1.1.1.3.8. INFORMATIZAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
1.1.1.3.8.003.			Sistema de Comunicações da Câmara Municipal																
1.1.1.3.8.003.12	07.01.09	10/2002	Rede telefonica, informática e interligação entre edifícios	O	DAJ/SIT	100%		10/02	12/14	4	248.532,70	8.500,00	8.500,00					257.032,70	
1.1.1.3.8.900.			Modernização Administrativa e Informatização Geral																
1.1.1.3.8.900.18	08.05.01.04	13/2014	Complicação _CIRA	O	DAJ/SIT	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00					500,00	
1.1.1.3.8.900.06	07.01.07	268/2014	Aquisição e Grandes Reparções de equipamento informático	O	DAJ/SIT	100%		01/14	12/14	0		28.600,00	28.600,00					28.600,00	
1.1.1.3.8.900.07	07.01.08	269/2014	Aquisição de software informático	O	DAJ/SIT	100%		01/14	12/14	0		16.500,00	16.500,00					16.500,00	
1.1.1.3.8.999.			Equipamentos Diversos																
1.1.1.3.8.999.05	07.01.09	270/2014	Aquisição e G. Reparções de equipamento administ	O	vários	100%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00					5.000,00	
1.1.1.3.8.999.13	07.01.10.02	14/2014	Aquisição e Grandes Reparções de equipamento Básico	O	vários	100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00					2.000,00	
1.1.1.3.8.999.14	07.01.15	15/2014	Aquisição e Grandes Reparções de Imob. Corp. Diverso	O	vários	100%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00					5.000,00	
1.1.1.3.8.999.21	07.01.11	16/2014	Aquisição de Ferramentas	O	vários	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00					500,00	
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.3											248.532,70	123.100,00	123.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371.632,70	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)
1.1.1.4.			EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE																	
1.1.1.4.2.			VIATURAS PESADAS DE CARGA																	
1.1.1.4.2.015.			Camião Pesado																	
1.1.1.4.2.015.16	07.02.05	19/2005	Aquisição / Locação Financeira	SL	DVE/DEF		100%		06/08	03/16	4	55.469,85	15.150,00	15.150,00			15.100,00	10.250,00		95.969,85
1.1.1.4.3.			VIATURAS PESADAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS																	
1.1.1.4.3.006.			Mini- Autocarro AEC's																	
1.1.1.4.3.006.16	07.02.05	09/2007	Aquisição / Locação Financeira	SL	DEV/DEF		100%		10/07	10/14	4	75.265,25	13.800,00	13.800,00						89.065,25
1.1.1.4.9.			VIATURAS DIVERSAS																	
1.1.1.4.9.999.			Viaturas Diversas																	
1.1.1.4.9.999.41	07.01.06.02	27/2014	Aquisição/Grandes Reparações de equipamento de transporte	O	DVE		100%		01/04	12/14	0		3.000,00	3.000,00						3.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.4												130.735,10	31.950,00	31.950,00	0,00	15.100,00	10.250,00	0,00	188.035,10	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 1.1.1.												491.531,06	310.385,00	310.385,00	0,00	251.100,00	351.250,00	205.000,00	1.609.266,06	
TOTAL DO OBJECTIVO 1.1.												491.531,06	310.385,00	310.385,00	0,00	251.100,00	351.250,00	205.000,00	1.609.266,06	
1.2.			Segurança e Ordem Públicas																	
1.2.1.			PROTECÇÃO CIVIL e LUTA CONTRA INCÊNDIOS																	
1.2.1.1.			PROTECÇÃO CIVIL																	
1.2.1.1.8.			SERVIÇOS DE PROTECÇÃO CIVIL																	
1.2.1.1.8.001.			Serviço Municipal de Protecção Civil																	
1.2.1.1.8.001.18	08.05.01.04	17/2014	Complicação _CIRA	O	O A		100%		01/14	12/14	0		1.300,00	1.300,00						1.300,00
1.2.1.1.8.001.14	07.01.15	18/2014	Aquisição de Equipamento Diverso (Inclui Plano Emerg. Escolas e	O	DOMA		100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 1.2.1.												0,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	
1.2.1.3.			VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA																	
1.2.1.3.8.			SEGURANÇA PÚBLICA																	
1.2.1.3.8.001.			Sistemas Electrónicos de Segurança																	
1.2.1.3.8.001.14	07.01.15	19/2014	Aquisição de Equipamento Diverso	O	O A /DOMA		100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 1.2.1.												0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
TOTAL DA OBJECTIVO 1.2.0.												0,00	4.300,00	4.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.300,00	
TOTAL DA FUNÇÃO 1.												491.531,06	314.685,00	314.685,00	0,00	251.100,00	351.250,00	205.000,00	1.613.566,06	
2.			FUNÇÕES SOCIAIS																	
2.1.			Educação																	
2.1.1.			ENSINO NÃO SUPERIOR																	
2.1.1.1.			INSTALAÇÕES DE ENSINO PRÉ - ESCOLAR																	
2.1.1.1.9.			EDIFÍCIOS PRÉ-ESCOLARES EXISTENTES																	
2.1.1.1.9.001.			Conservação e Beneficiação Edifícios Pré-Escolares Existentes																	
2.1.1.1.9.001.04	07.01.03.05	20/2014	Conservação	O	DOMA		100%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.1.9.001.13	07.01.10.02	21/2014	Aquisição e Substituição de Equipamento	O	DOMA/DESC		100%		01/04	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.1.1.1												0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
2.1.1.2.			INSTALAÇÕES DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO																	
2.1.1.2.1.			ESCOLAS DE AVANCA																	
2.1.1.2.1.003.			Escola EB 1 da Congosta																	
2.1.1.2.1.003.04	07.01.03.05	66/2008	Beneficiação e Conservação	E	DOM		100%		02/12	02/14	4	78.734,75	3.050,00	3.050,00						81.784,75

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)
a)	b)																			
2.1.1.2.1.006. Centro Escolar de Avanca - EBI Egas Moniz																				
2.1.1.2.1.006.02	07.01.03.05	22/2014	Elaboração de projecto	O	DOMA	100%			01/14	12/15	0		5.000,00	5.000,00			45.000,00			50.000,00
2.1.1.2.1.006.10	07.01.01	23/2014	Aquisição de terrenos	O	DOMA	100%			01/15	12/15	0						50.000,00			50.000,00
2.1.1.2.1.006.04	07.01.03.05	24/2014	Reconstrução , ampliação e arranjos envolventes	E	DOMA	100%			06/15	12/17	0						100.000,00	900.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
2.1.1.2.2. ESCOLAS DE BEDUÍDO E VEIROS																				
2.1.1.2.2.004. Escola EBI com Jardim de Infância Padre Donaciano Abreu Freire																				
2.1.1.2.2.004.04	07.01.03.05	55/2009	Construção	E	DOA	15%	85%	10/10	03/14	03/14	4	1.457.135,54	5.300,00	5.300,00						1.462.435,54
2.1.1.2.2.004.13	07.01.10.02	59/2009	Aquisição de equipamento (inclui Material Didáctico)	O	DOMA	15%	85%	03/12	02/14	02/14	4	60.146,15	1.000,00	1.000,00						61.146,15
2.1.1.2.4. ESCOLAS DE PARDILHÓ																				
2.1.1.2.4.002. Escola Básica Integrada de Pardilhó																				
2.1.1.2.4.002.02	07.01.03.05	25/2014	Elaboração de projecto	O	DOMA	100%			01/14	06/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.2.4.002.04	07.01.03.05	26/2014	Construção	E	DOMA	15%	85%	01/15	12/16	12/16	0					50.000,00	75.000,00			125.000,00
2.1.1.2.5. ESCOLAS DE SALREU																				
2.1.1.2.5.005. Escola Básica Integrada com Jardim de Infância a Sul do Concelho																				
2.1.1.2.5.005.02	07.01.03.05	69/2008	Elaboração de projecto componente pré escolar, 1º ciclo e acessibil	E	DOMA	100%			01/09	12/15	4	46.280,52					17.000,00			63.280,52
2.1.1.2.5.005.04	07.01.03.05	65/2009	Construção	E	DOMA	100%			12/10	09/15	4	2.926.144,94	30.000,00	30.000,00			60.000,00			3.016.144,94
2.1.1.2.5.005.06	07.01.07	66/2009	Aquisição de equipamento informático - hardware	O	DOMA/SIT	15%	85%	03/13	09/14	09/14	3	537,23	15.000,00	15.000,00						15.537,23
2.1.1.2.5.005.07	07.01.08	68/2009	Aquisição de equipamento informático - software	O	DOMA/SIT	15%	85%	03/13	09/14	09/14	2		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.2.5.005.13	07.01.10.02	70/2009	Aquisição de equipamento (inclui Material Didáctico)	O	OMA/DECCS	15%	85%	03/13	09/14	09/14	3	3.813,00	8.500,00	8.500,00						12.313,00
2.1.1.2.9. EDIFÍCIOS ESCOLARES EXISTENTES																				
2.1.1.2.9.001. Conservação e Beneficiação de Edifícios Escolares Existentes																				
2.1.1.2.9.001.04	07.01.03.05	27/2014	Conservação	A/E	DOMA	100%			01/14	12/17	0		10.000,00	10.000,00			30.000,00	30.000,00	30.000,00	100.000,00
2.1.1.2.9.001.06	07.01.07	28/2014	Aquisição e Grandes Reparções de equip. informático - hardware	O	DESC	100%			01/14	12/14	0		7.500,00	7.500,00						7.500,00
2.1.1.2.9.001.07	07.01.08	29/2014	Aquisição de equipamento informático - software	O	DOMA/SIT	100%			01/14	12/14	0		1.870,00	1.870,00						1.870,00
2.1.1.2.9.001.13	07.01.10.02	30/2014	Aquisição de Equipamento Básico	O	DESC	100%			01/14	12/14	3		500,00	500,00						500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.1.1.2												4.572.792,13	97.720,00	97.720,00	0,00	352.000,00	1.005.000,00	1.030.000,00	7.057.512,13	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.1.1.												4.572.792,13	103.720,00	103.720,00	0,00	352.000,00	1.005.000,00	1.030.000,00	7.063.512,13	
TOTAL DO OBJECTIVO 2.1.0												4.572.792,13	103.720,00	103.720,00	0,00	352.000,00	1.005.000,00	1.030.000,00	7.063.512,13	
2.3. SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL																				
2.3.2. ACÇÃO SOCIAL																				
2.3.2.3. LARES PARA TERCEIRA IDADE																				
2.3.2.3.9. LARES PARA A TERCEIRA IDADE EXISTENTES NO CONCELHO																				
2.3.2.3.9.001. Lar de Idosos do Centro Paroquial de Avanca																				
2.3.2.3.9.001.18	08.07.01	03/2013	Complicação	O	O A/DECCS	100%			01/13	12/18	3	22.292,31	22.300,00	22.300,00			22.300,00	22.300,00	44.561,00	133.753,31
2.3.2.3.9.002. Lar de Idosos da Quinta do Resende																				
2.3.2.3.9.002.18	08.07.01	31/2014	Complicação	O	O A/DECCS	100%			01/13	12/16	4	292.425,00	5.000,00	5.000,00			5.000,00	5.825,00		308.250,00
2.3.2.3.9.003. Lar de Idosos da Fundação Cónego Filipe Figueiredo																				
2.3.2.3.9.003.18	08.07.01	32/2014	Complicação	O	O A/DECCS	100%			01/13	12/17	3	69.500,00	34.924,00	34.924,00			34.924,00	34.924,00	35.272,00	209.544,00
2.3.2.3.9.004. Centro de Dia da Associação Filantrópica Veirense																				
2.3.2.3.9.004.18	08.07.01	33/2014	Complicação	O	O A/DECCS	100%			01/13	12/15	3	36.970,46	18.485,00	18.485,00			18.485,00			73.940,46
TOTAL DO PROGRAMA /2.3.2.3.												421.187,77	80.709,00	80.709,00	0,00	80.709,00	63.049,00	79.833,00	725.487,77	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.3.2.												421.187,77	80.709,00	80.709,00	0,00	80.709,00	63.049,00	79.833,00	725.487,77	
TOTAL DO OBJECTIVO 2.3.0												421.187,77	80.709,00	80.709,00	0,00	80.709,00	63.049,00	79.833,00	725.487,77	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS													
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO							
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017								
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)						
2.4. Habitação e Serviços Colectivos 2.4.1. HABITAÇÃO 2.4.1.1. HABITAÇÃO SOCIAL 2.4.1.1.1. FREGUESIA DE AVANCA																										
2.4.1.1.1.1. Projecto de Habitação Social - PROHABITA - Júlio Neves																										
2.4.1.1.1.001.			Elaboração de Projecto	O	DOMA	100%		03/16	03/17	0																
2.4.1.1.1.001.02	07.01.02.03	34/2014	Elaboração de Projecto	O	DOMA	100%		03/16	03/17	0																
2.4.1.1.1.001.10	07.01.01	35/2014	Aquisição de terrenos	O	A/DAJ	100%		05/15	12/16	0				30.000,00												
2.4.1.1.1.001.04	07.01.02.03	36/2014	Construção	E	OMA/DECCS	100%		05/16	12/17	0																
2.4.1.1.2. FREGUESIA DE BEDUÍDO E VEIROS																										
2.4.1.1.2.002. Urbanização da Teixugueira																										
2.4.1.1.2.002.04	07.01.02.03	37/2014	Conservação do Blocos incluindo Arranjos Exteriores	E	OMA/DECCS	100%		01/14	12/17	0				15.000,00	15.000,00											
2.4.1.1.4. FREGUESIA DE PARDILHÓ																										
2.4.1.1.4.001. Projecto de Habitação Social - PROHABITA																										
2.4.1.1.4.001.02	07.01.02.03	42/2009	Elaboração de Projecto	O	OMA/DECCS	100%		09/08	03/14	4	6.838,90	2.400,00	2.400,00													
2.4.1.1.4.001.10	07.01.01	38/2014	Aquisição de terrenos	O	A/DAJ	100%		01/15	12/15	0				5.000,00												
2.4.1.1.4.001.04	07.01.02.03	39/2014	Construção	E	OMA/DECCS	100%		06/15	12/15	0				20.000,00												
2.4.1.1.5. FREGUESIA DE SALREU																										
2.4.1.1.5.001. Projecto de Habitação Social - PROHABITA																										
2.4.1.1.5.001.02	07.01.02.03	44/2009	Elaboração de Projecto	O	OMA/DECCS	100%		09/08	03/2011	4	5.889,85	2.120,00	2.120,00													
2.4.1.1.5.001.04	07.01.02.03	40/2014	Construção	E	OMA/DECCS	100%		01/15	12/16	0																
2.4.1.1.8. TODO O CONCELHO																										
2.4.1.1.8.002. Programa Casa Melhor																										
2.4.1.1.8.002.18	08.07.01	41/2014	Complicação / Instituições	O	DECCS	100%		01/14	12/17	0				5.000,00	5.000,00											
2.4.1.1.8.002.36	08.08.02	272/2014	Complicação / Famílias	O	DECCS	100%		01/14	12/17	0				50.000,00	50.000,00											
2.4.1.1.8.003. Projecto Habitação Freguesias																										
2.4.1.1.8.003.18	08.05.01.02	273/2014	Complicação	O	A/DECCS	100%		01/14	12/17	0				30.000,00	30.000,00											
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.1.1.											12.728,75	104.520,00	104.520,00	0,00	175.000,00	265.000,00	365.000,00	922.248,75								
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.1.											12.728,75	104.520,00	104.520,00	0,00	175.000,00	265.000,00	365.000,00	922.248,75								
2.4.2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2.4.2.4. CARTOGRAFIA INTERMUNICIPAL 2.4.2.4.8. CARTOGRAFIA DIGITAL																										
2.4.2.4.8.001. Cartografia Digital 1:10000																										
2.4.2.4.8.001.46	07.01.13	26/2012	Investimentos Incorpóreos	O	SPU	100%		01/13	12/14	3	4.875,61	16.000,00	16.000,00													
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.2.2											4.875,61	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.875,61								
2.4.2.5. REABILITAÇÃO URBANA E RURAL 2.4.2.5.1. FREGUESIA DE AVANCA																										
2.4.2.5.1.007. Centro Cívico de Avanca																										
2.4.2.5.1.007.04	07.03.03.05	42/2014	Arranjos Exteriores	E	DOM	100%		01/14	12/14	0				1.000,00	1.000,00											
2.4.2.5.2. FREGUESIA DE BEDUÍDO E VEIROS																										
2.4.2.5.2.011. Urbanização do Quarteirão a Norte da Praça Francisco Barbosa																										
2.4.2.5.2.011.02	07.03.03.05	70/2008	Projecto de Infra-estrutura	O	DOM	100%		03/10	06/14	4	28.644,76	3.000,00	3.000,00													
2.4.2.5.2.011.04	07.03.03.05	90/2011	Construção	E	DOM	100%		03/13	08/14	3	24.000,00	458.000,00	458.000,00													
2.4.2.5.2.014. Largo de Santo Amaro																										
2.4.2.5.2.014.02	07.03.03.05	43/2014	Elaboração de Projecto (3ª fase)	O	DOM	100%		07/15	12/15	0																

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)
2.4.2.5.2.022.			Urbanização da Quinta da Costeira																	
2.4.2.5.2.022.04	07.03.03.05	44/2014	Construção	E	DOM		100%		06/15	06/16	0							30.000,00	50.000,00	80.000,00
2.4.2.5.2.025.			Cidade do Antuã - Regeneração Urbana																	
2.4.2.5.2.025.02	07.03.03.05	30/2009	Elaboração de Projectos	O	DOM		100%		09/08	06/14	4	44.186,48	5.900,00	5.900,00						50.086,48
2.4.2.5.2.025.04	07.03.03.05	31/2009	Construção	E	DOM		100%		05/10	12/14	4	735.797,46	10.000,00	10.000,00						745.797,46
2.4.2.5.2.026.			Reabilitação do Centro Histórico/ Acessibilidades e Mobilidade																	
2.4.2.5.2.026.02	07.03.03.05	45/2014	Elaboração de projecto	E	DOM		100%		01/14	12/15	0		5.000,00	5.000,00				45.000,00		50.000,00
2.4.2.5.2.026.04	07.03.03.01	46/2014	Construção	E	DOM		100%		09/15	12/16	0							300.000,00	200.000,00	500.000,00
2.4.2.5.2.027.			Rua Dr. Manuel Figueiredo																	
2.4.2.5.2.027.02	07.03.03.01	185/2002	Elaboração de projecto	O	DVE		100%		01/08	01/14	4	12.233,20	1.350,00	1.350,00						13.583,20
2.4.2.5.2.030.			Centro Cívico de Veiros																	
2.4.2.5.2.030.04	07.03.03.05	47/2014	Construção	E	DOM		100%		01/16	12/16	3								20.000,00	20.000,00
2.4.2.5.3.			FREGUESIA DE CANELAS E FERMEIÃO																	
2.4.2.5.3.004.			Arranjo Urbanístico do Largo da Igreja de Canelas																	
2.4.2.5.3.004.02	07.03.03.05	48/2014	Elaboração de projecto	A/O	DOM		100%		06/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.2.5.3.004.10	07.01.01	49/2014	Aquisição de terrenos	O	O A/DAJ		100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.2.5.3.004.10	07.03.03.05	50/2014	Construção	O	DOM		100%		3/15	12/16	0							50.000,00	50.000,00	100.000,00
2.4.2.5.3.005.			Largo da Capela de São Bartolomeu / Roxico (2ª fase)																	
2.4.2.5.3.005.02	07.03.03.05	51/2014	Elaboração de projecto	A/O	DOM		100%		01/16	06/16	0								2.500,00	2.500,00
2.4.2.5.3.008.			Centro Cívico de Fernelã																	
2.4.2.5.3.008.18	08.05.01.02	52/2014	Comparticipação	O	O A/DOMA		100%		01/15	12/17	0							20.000,00	20.000,00	20.000,00
2.4.2.5.4.			FREGUESIA DE PARDILHÓ																	
2.4.2.5.4.004.			Urbanização do Quarteirão Nascente ao Centro Cívico																	
2.4.2.5.4.004.02	07.03.03.05	53/2014	Elaboração de projecto	O	DVE		100%		01/14	06/14	0		12.460,00	12.460,00						12.460,00
2.4.2.5.4.004.04	07.03.03.05	54/2014	Construção	O	DVE		100%		07/15	06/16	0							30.000,00	100.000,00	130.000,00
2.4.2.5.5.			FREGUESIA DE SALREU																	
2.4.2.5.5.006.			Infraestruturas do P. U. de Salreu																	
2.4.2.5.5.006.02	07.03.03.01	55/2014	Elaboração de Projecto	A/O	DOM		100%		05/16	12/17	0								25.000,00	25.000,00
2.4.2.5.9.			TODO O CONCELHO																	
2.4.2.5.9.001.			Programa de Imóveis Degradados																	
2.4.2.5.9.001.58	08.01.01.02	56/2014	Empresas-Transferências	O	OA		100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00
2.4.2.5.9.001.36	08.08.02	57/2014	Famílias-Transferências	O	OA		100%		01/14	12/14	0		3.000,00	3.000,00						3.000,00
2.4.2.5.9.004.			Passeios Municipais																	
2.4.2.5.9.004.04	07.03.03.01	58/2014	Construção e Beneficiação	A/O	DOM		100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.2.5.9.004.18	08.05.01.02	59/2014	Comparticipação	O	O A/DOM		100%		01/14	12/14	0		6.420,00	6.420,00						6.420,00
2.4.2.5.9.999.			Infraestruturas Diversas de Reabilitação Urbana																	
2.4.2.5.9.999.14	07.01.15	60/2014	Placas de Toponímia	O	DOMA		100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.2.5.9.999.11	07.01.02.02	61/2014	Aquisição de Imóveis	O	DOM/DAJ		100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.2.5.9.999.10	07.01.01	62/2014	Aquisição de Terrenos	O	DOM/DAJ		100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.2.3											844.861,90	554.130,00	554.130,00	0,00	480.000,00	467.500,00	45.000,00	2.391.491,90		
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.2.											849.737,51	570.130,00	570.130,00	0,00	480.000,00	467.500,00	45.000,00	2.412.367,51		

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
2.4.3. SANEAMENTO 2.4.3.4. REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS 2.4.3.4.9. REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS																			
2.4.3.4.9.001.			Aquedutos e Drenagens																
2.4.3.4.9.001.02	07.01.04.02	63/2014	Elaboração de Projecto	O	DOMA	100%		01/14	12/14	0		15.000,00	15.000,00					15.000,00	
2.4.3.4.9.001.18	08.05.01.02	274/2014	Complicação	O	DOMA	100%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.4.3.4.9.001.04	07.01.04.02	275/2014	Construção	E	DOMA	100%		01/14	12/14	0		36.150,00	36.150,00					36.150,00	
2.4.3.4.9.001.33	07.01.04.02	64/2014	Remodelação e Ampliação	E	DOMA	100%		01/14	12/17	0		20.000,00	20.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.3.4												0,00	76.150,00	76.150,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	106.150,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.3.												0,00	76.150,00	76.150,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	106.150,00
2.4.4. ABASTECIMENTO DE ÁGUA 2.4.4.3. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS 2.4.4.3.1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO																			
2.4.4.3.1.001.			Subscrição/Realização de Capital																
2.4.4.3.1.001.43	09.07.02	04/2012	Aquisição de Acções	O	OA	100%		09/09	06/14	4	771.750,00	128.625,00	128.625,00					900.375,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.4.1												771.750,00	128.625,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.375,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.4.												771.750,00	128.625,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.375,00
2.4.5. RESÍDUOS SÓLIDOS 2.4.5.1. HIGIENE E LIMPEZA PÚBLICA 2.4.5.1.8. LIMPEZA PÚBLICA																			
2.4.5.1.8.001.			Limpeza Pública																
2.4.5.1.8.001.13	07.01.10.01	65/2014	Aquisição de Equipamento	O	DSU	100%		01/14	12/14	0		2.600,00	2.600,00					2.600,00	
2.4.5.1.8.001.21	07.01.11	66/2014	Ferramentas e utensílios	O	DSU	100%		01/14	12/14	0		2.500,00	2.500,00					2.500,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.5.1												0,00	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
2.4.5.2. RECOLHA DE R.S.U. 2.4.5.2.8. TODO CONCELHO																			
2.4.5.2.8.001.			RSU - Recolha, Tramento e Desinfecção																
2.4.5.2.8.001.13	07.01.10.01	67/2014	Aquisição de Equipamento	O	SHLP	100%		01/14	12/14	4		15.000,00	15.000,00					15.000,00	
2.4.5.2.8.001.04	07.01.04.13	68/2014	Infraestruturas de RSU- Construção	E	SHLP	100%		01/14	12/14	4		1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.5.2.8.005.			Eco-Centro																
2.4.5.2.8.005.02	07.01.04.13	69/2014	Elaboração de Projecto	O	SHLP	100%		01/15	12/15	0					20.000,00			20.000,00	
2.4.5.2.8.005.04	07.01.04.13	70/2014	Execução	E	SHLP	100%		03/16	12/17	0					350.000,00	500.000,00	850.000,00		
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.5.2												0,00	16.000,00	16.000,00	0,00	20.000,00	350.000,00	500.000,00	886.000,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.5.												0,00	21.100,00	21.100,00	0,00	20.000,00	350.000,00	500.000,00	891.100,00
2.4.6. PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA 2.4.6.1. SALUBRIDADE 2.4.6.1.8. LAVADOUROS EXISTENTES NO CONCELHO																			
2.4.6.1.8.001.			Lavadouros Fontanários e Zonas Envolventes																
2.4.6.1.8.001.18	08.05.01.02	71/2014	Conservação e reparação/Complicação	O	O A/DOMA	100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00					2.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.1												0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)
2.4.6.3. GESTÃO DE ANIMAIS ERRANTES 2.4.6.3.8. CANIS TODO O CONCELHO																				
2.4.6.3.8.003. Infra-estruturas para Animais Errantes																				
2.4.6.3.8.003.04	07.01.04.13	72/2014	Construção	O	SUA		100%		02/14	12/14	0		3.000,00	3.000,00					3.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.3												0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
2.4.6.6. JARDINS 2.4.6.6.8. JARDINS PÚBLICOS																				
2.4.6.6.8.001 Jardins Públicos do Concelho																				
2.4.6.6.8.001.33	07.03.03.05	73/2014	Beneficiação e Construção de Zonas Ajardinadas	O	SEV		100%		01/14	12/17	0		1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	
2.4.6.6.8.001.13	07.01.10.02	74/2014	Construção de Estufa-Viveiro	O	SEV		100%		01/14	12/17	0		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2.000,00	
2.4.6.6.8.001.14	07.01.10.02	75/2014	Imobilizado Corpóreo Básico (incluindo Redes de Rega)	O	SEV		100%		01/14	12/17	0		20.000,00	20.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	35.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.6												0,00	21.500,00	21.500,00	0,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	41.000,00	
2.4.6.7. REABILITAÇÃO PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL 2.4.6.7.1. FREGUESIA DE AVANCA																				
2.4.6.7.1.001. Requalificação do Rio Gonde (a Poente da Ponte)																				
2.4.6.7.1.001.02	07.03.03.05	76/2014	Elaboração de Projecto	O	SUA		100%		01/14	12/15	0		5.000,00	5.000,00		5.000,00			10.000,00	
2.4.6.7.1.001.10	07.01.01	77/2014	Aquisição de terrenos	O	SUA		100%		01/15	12/15	0					15.000,00			15.000,00	
2.4.6.7.1.001.04	07.03.03.05	78/2014	Execução	E	SUA		100%		01/15	12/15	0					55.000,00			55.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.7.1																70.000,00			70.000,00	
2.4.6.7.4. FREGUESIA DE PARDILHÓ																				
2.4.6.7.4.004. Centro de Interpretação da Construção Naval																				
2.4.6.7.4.004.02	07.01.03.99	79/2014	Elaboração de Projecto	O	DOM		100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.6.7.4.004.04	07.01.03.99	80/2014	Execução	E	DOM		100%		02/15	10/15	0					50.000,00			50.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.7.4																50.000,00			50.000,00	
2.4.6.7.8. TODO O CONCELHO																				
2.4.6.7.8.001. Plano de Requalificação da Rede Hidrográfica																				
2.4.6.7.8.001.02	07.03.03.05	81/2014	Elaboração de Projecto	A/E	SUA		100%		03/15	03/17	0					5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	
2.4.6.7.8.001.04	07.03.03.05	82/2014	Execução	E	SUA		100%		01/14	12/17	0		40.000,00	40.000,00		40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.7.8.001																45.000,00	45.000,00	45.000,00	175.000,00	
2.4.6.7.8.003. CicloRia																				
2.4.6.7.8.003.06	07.01.07	83/2014	Aquisição de equipamento informático	O	O A		100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.6.7.8.003.07	07.01.08	84/2014	Aquisição de software informático	O	O A		100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00					500,00	
2.4.6.7.8.003.14	07.01.15	85/2014	Aquisição de Equipamento Diverso	O	O A		100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.6.7.8.003.04	07.03.03.13	86/2014	Construção de Percursos	O	O A		100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00					1.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.7.8.003																3.500,00	3.500,00			3.500,00
2.4.6.7.8.004. Polis da Ria																				
2.4.6.7.8.004.43	09.07.01	87/2009	Subscrição de Capital	O	O A		100%		01/09	12/16	4	632.048,00	1.000,00	1.000,00		300.000,00	300.000,00		1.233.048,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.7.8.004												632.048,00	50.500,00	50.500,00	0,00	470.000,00	345.000,00	45.000,00	1.542.548,00	
2.4.6.8. PROJECTO BIORIA 2.4.6.8.8. TODO O CONCELHO																				
2.4.6.8.8.002. Centro de Interpretação Ambiental																				
2.4.6.8.8.002.04	07.01.03.02	87/2014	Beneficiação e Conservação	O	BIORIA				01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00					500,00	
2.4.6.8.8.002.41	07.01.06.02	88/2014	Equipamento de Transporte	O	BIORIA		100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00					500,00	
2.4.6.8.8.002.10	07.01.01	89/2014	Aquisição de Terrenos / Imóveis	O	BIORIA		100%		01/14	12/14	0		20.000,00	20.000,00					20.000,00	
2.4.6.8.8.002.12	07.01.15	90/2014	Equipamento Diverso ou Básico	O	BIORIA		100%		01/14	09/15	0		12.500,00	12.500,00		5.000,00			17.500,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.8.8.002																28.000,00	28.000,00	5.000,00	500,00	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
2.4.6.8.8.003.			Percursos na Natureza/Eco-Turismo/Estação Viva																
2.4.6.8.8.003.14	07.01.04.09	276/2014	Sinalização	O	BIORIA	100%		01/14	12/14	0		1.500,00	1.500,00						1.500,00
2.4.6.8.8.003.12	07.01.15	277/2014	Equipamento Diverso	O	BIORIA	100%		01/14	10/15	0		8.000,00	8.000,00		6.000,00				14.000,00
2.4.6.8.8.003.18	08.05.01.02	278/2014	Comparticipação - delegação de competências a Juntas de Freguesias	O	BIORIA	100%		01/14	12/14	0		11.891,00	11.891,00						11.891,00
2.4.6.8.8.003.04	07.03.03.08	279/2014	Melhoramento de caminhos	A/E	BIORIA	100%		01/14	12/14	0		51.610,00	51.610,00						51.610,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.8											0,00	111.001,00	111.001,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	117.001,00	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.6.											632.048,00	188.001,00	188.001,00	0,00	487.500,00	351.500,00	51.500,00	1.705.549,00	
TOTAL DO OBJECTIVO 2.4.0											2.266.264,26	1.088.526,00	1.088.526,00	0,00	1.172.500,00	1.444.000,00	971.500,00	6.937.790,26	
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos																			
2.5.1. CULTURA																			
2.5.1.3. EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES CULTURAIS																			
2.5.1.3.1. EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE AVANCA																			
2.5.1.3.1.001.			Casa Museu Egas Moniz /Quinta do Marinheiro																
2.5.1.3.1.001.02	07.01.03.02	280/2014	Elaboração de Projectos	A/O	MUSEU	100%		03/09	12/16	0		6.100,00	6.100,00		10.000,00	50.000,00			66.100,00
2.5.1.3.1.001.10	07.01.01	91/2014	Aquisição de Terrenos / Imóveis	A/O	MUSEU	100%		01/14	12/16	0					10.000,00	40.000,00			50.000,00
2.5.1.3.1.001.04	07.01.03.02	92/2014	Restauro, Conservação e Construção	A/E	MUSEU	100%		01/14	12/17	0		201.900,00	201.900,00		230.000,00	80.000,00		100.000,00	611.900,00
2.5.1.3.1.001.05	07.01.09	93/2014	Aquisição de Equipamento	O	MUSEU	100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00
2.5.1.3.1.001.42	07.01.12	94/2014	Acompanhamento Técnico/Restauro de Peças	A/O	MUSEU	100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.1.3.1.001.14	07.01.15	95/2014	Aquisição de Imobilizado Corpóreo Diverso	O	MUSEU	100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.1.3.1.002.			Casa do Gama																
2.5.1.3.1.002.02	07.01.03.02	96/2014	Elaboração de Projecto de Remodelação	O	MUSEU	100%		03/15	12/16	0					5.000,00	35.000,00			40.000,00
2.5.1.3.1.002.04	07.01.03.02	97/2014	Remodelação	E	MUSEU	100%		02/16	12/17	0					200.000,00	300.000,00			500.000,00
2.5.1.3.2. EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE BEDUÍDO E VEIROS																			
2.5.1.3.2.001.			Biblioteca Municipal																
2.5.1.3.2.001.05	07.01.09	98/2014	Aquisição de Mobiliário	O	BIBLIO	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00						500,00
2.5.1.3.2.001.04	07.01.03.02	99/2014	Beneficiação e Conservação	E	DOMA	100%		06/14	03/15	0		2.500,00	2.500,00		50.000,00				52.500,00
2.5.1.3.2.001.13	07.01.10.02	100/2014	Aquisição de Equipamento Básico	O	BIBLIO	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00						500,00
2.5.1.3.2.002.			Cine-Teatro Municipal de Estarreja																
2.5.1.3.2.002.04	07.01.03.02	101/2014	Beneficiação e Conservação	A/E	CTE/DOMA	100%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.1.3.2.002.13	07.01.10.02	281/2014	Aquisição de Equipamento Básico	O	CTE	100%		01/14	12/14	0		36.400,00	36.400,00						36.400,00
2.5.1.3.2.002.05	07.01.09	282/2014	Aquisição de Mobiliário e Equipamento Adm. Diverso	O	CTE	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00						500,00
2.5.1.3.2.003.			Casa da Cultura																
2.5.1.3.2.003.04	07.01.03.02	102/2014	Construção e Restauro	E	DOMA	100%		01/14	12/14	0		14.000,00	14.000,00						14.000,00
2.5.1.3.2.003.05	07.01.09	103/2014	Aquisição de Equipamento Administrativo	O	DECCS	100%		01/14	12/14	0		500,00	500,00						500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.5.1.3											0,00	271.900,00	271.900,00	0,00	305.000,00	405.000,00	400.000,00	1.381.900,00	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.5.1											0,00	271.900,00	271.900,00	0,00	305.000,00	405.000,00	400.000,00	1.381.900,00	
2.5.2. DESPORTO , RECREIO E LAZER																			
2.5.2.1. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS																			
2.5.2.1.1. FREGUESIA DE AVANCA																			
2.5.2.1.1.001.			Piscina Municipal de Avanca																
2.5.2.1.1.001.04	07.01.03.02	104/2014	Remodelação e Conservação	E	UD	100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.2.1.1.001.13	07.01.10.02	105/2014	Aquisição e Grandes Reparações de Equipamento Básico	O	UD_SMEQ	100%		01/14	12/14	0		3.000,00	3.000,00						3.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)
2.5.2.1.1.002.			Pavilhão Municipal de Avanca																	
2.5.2.1.1.002.04	07.01.03.02	106/2014	Beneficiação e Ampliação	E	UD-SMEQ	100%			01/14	12/16	0		30.000,00	30.000,00			30.000,00	30.000,00		90.000,00
2.5.2.1.2. FREGUESIA DE BEDUÍDO																				
2.5.2.1.2.001.			Pavilhão Municipal de Desportos																	
2.5.2.1.2.001.04	07.01.03.02	107/2014	Beneficiação e Conservação	E	DOM	100%			01/14	12/14	3		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.5.2.1.2.007. Parque Desportivo Municipal																				
2.5.2.1.2.007.04	07.01.03.02	108/2014	Beneficiação e Conservação	E	DOM	15%	85%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.2.1.2.007.09	07.03.03.05	109/2014	Arranjos Envolventes	E	DOM	100%			01/14	12/17	0		1.000,00	1.000,00			20.000,00	20.000,00	20.000,00	61.000,00
2.5.2.1.2.007.13	07.01.10.02	283/2014	Equipamento Básico (incluindo grandes reparações)	O	UD	100%			01/14	12/14	2		70.000,00	70.000,00						70.000,00
2.5.2.1.2.007.14	07.01.15	284/2014	Imobilizado Corpóreo	O	UD	100%			01/14	12/14	0		3.600,00	3.600,00						3.600,00
2.5.2.1.8. TODO CONCELHO																				
2.5.2.1.8.001.			Instalações Desportivas Existentes																	
2.5.2.1.8.001.04	07.01.03.02	110/2014	Conservação e manutenção	E/AD	UD_DOM	100%			01/14	12/17	0		20.000,00	20.000,00			10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
2.5.2.1.8.001.13	07.01.10.02	285/2014	Aquisição de Equipamento	O	UD_DOM	100%			01/14	12/17	0		5.700,00	5.700,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.700,00
2.5.2.1.9. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS - COLECTIVIDADES																				
2.5.2.1.9.001.			Campo Relvado da Associação Atlética de Avanca																	
2.5.2.1.9.001.18	08.07.01	111/2014	Complicação	E	O A/ UD	100%			01/14	12/16	1		18.000,00	18.000,00			20.000,00	30.000,00		68.000,00
2.5.2.1.9.002. Campo Sintético do Clube Desportivo de Estarreja																				
2.5.2.1.9.002.18	08.07.01	112/2014	Complicação	O	O A/ UD	100%			01/14	12/15	0		18.000,00	18.000,00			30.000,00	30.000,00	30.000,00	108.000,00
2.5.2.1.9.003. Pavilhão do Arsenal de Canelas																				
2.5.2.1.9.003.18	08.07.01	113/2014	Complicação	O	O A/ UD	100%			01/14	12/15	0		20.000,00	20.000,00			20.000,00			40.000,00
2.5.2.1.9.004. Pavilhão da Associação Cultural de Salreu																				
2.5.2.1.9.004.18	08.07.01	114/2014	Complicação	O	O A/ UD	100%			01/14	12/16	0		10.000,00	10.000,00			20.000,00	20.000,00		50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.5.2.1												0,00	215.300,00	215.300,00	0,00	155.000,00	145.000,00	65.000,00	580.300,00	
2.5.2.2. INSTALAÇÕES DE RECREIO E LAZER																				
2.5.2.2.1. FREGUESIA DE AVANCA																				
2.5.2.2.1.001.			Parque Municipal do Mato																	
2.5.2.2.1.001.18	08.05.01.02	286/2014	Beneficiação / Complicação	O	O A/SEV	100%			01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.5.2.2.1.001.13	07.01.10.02	115/2014	Aquisição de equipamento	O	SEV	100%			01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.2.2.1.003. Parque do Gonde																				
2.5.2.2.1.003.02	07.01.04.06	287/2014	Elaboração de Projecto	O	DOMA	100%			01/15	12/15	0						5.000,00			5.000,00
2.5.2.2.2. FREGUESIA DE BEDUIDO E VEIROS																				
2.5.2.2.2.001.			Parque Municipal do Antuã																	
2.5.2.2.2.001.04	07.01.03.02	116/2014	Beneficiação	E	SEV_DOM	100%			01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.2.2.2.001.13	07.01.10.02	117/2014	Aquisição de equipamento	O	SEV	100%			01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.2.2.2.008. Multiusos																				
2.5.2.2.2.008.04	07.01.03.02	118/2014	Beneficiação	E	DOM	20%	80%		01/14	03/13	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.5.2.2.2.008.13	07.01.10.02	119/2014	Aquisição de equipamento	O	O A/DOM	20%	80%		01/14	02/13	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.2.2.3. FREGUESIA DE CANELAS E FERMELÁ																				
2.5.2.2.3.004.			Parque do Carregal																	
2.5.2.2.3.004.18	08.05.01.02	288/2014	Complicação / Construção	O	O A/SEV	100%			01/14	12/14	0		15.000,00	15.000,00						15.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
2.5.2.2.4. FREGUESIA DE PARDILHO																			
2.5.2.2.4.001.			Parque da Quinta do Rezende																
2.5.2.2.4.001.02	07.01.04.06	120/2014	Elaboração de Projecto	A/O	DOMA	100%		01/14	10/15	0		2.500,00	2.500,00		10.000,00				12.500,00
2.5.2.2.8. TODO O CONCELHO																			
2.5.2.2.8.001.			Parques Infantis e Séniores do Concelho																
2.5.2.2.8.001.33	07.01.04.06	121/2014	Beneficiação e Conservação	O/E	UD-DOM	100%		01/14	12/17	0		5.000,00	5.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		35.000,00
2.5.2.2.8.001.04	07.01.04.06	122/2014	Construção	O/E	UD-DOM	100%		01/14	12/17	0		5.000,00	5.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		65.000,00
2.5.2.2.8.001.13	07.01.10.02	123/2014	Aquisição de Equipamento	O	UD	100%		01/14	12/17	0		2.000,00	2.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		62.000,00
2.5.2.2.8.099. Instalações de Recreio e Lazer Existentes																			
2.5.2.2.8.099.04	07.01.04.06	124/2014	Conservação	O/E	UD-DOM	100%		01/14	12/17	0		10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		40.000,00
2.5.2.2.8.099.13	07.01.10.02	125/2014	Aquisição de Equipamento	O	UD	100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.5.2.2											0,00	85.500,00	85.500,00	0,00	75.000,00	60.000,00	60.000,00	280.500,00	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.5.2											0,00	300.800,00	300.800,00	0,00	230.000,00	205.000,00	125.000,00	860.800,00	
TOTAL DO OBJECTIVO 2.5.0											0,00	572.700,00	572.700,00	0,00	535.000,00	610.000,00	525.000,00	2.242.700,00	
TOTAL DA FUNÇÃO 2.											7.260.244,16	1.845.655,00	1.845.655,00	0,00	2.140.209,00	3.122.049,00	2.606.333,00	16.969.490,16	
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS																			
3.2. Indústria e Energia																			
3.2.1. INDÚSTRIA																			
3.2.1.1. PARQUE INDUSTRIAL																			
3.2.1.1.8. TODO O CONCELHO																			
3.2.1.1.8.001. Eco-Parque Empresarial de Estarreja (1ª Fase e 2ª Fase)																			
3.2.1.1.8.001.01	07.01.04.07	289/2014	Abastecimento de Água - Elaboração de Projecto	O	DOMA	100%		01/15	06/16	0					45.000,00	10.000,00			55.000,00
3.2.1.1.8.001.03	07.01.04.07	126/2014	Abastecimento de Água-Construção (incluindo Reservatório Central)	E	DOMA	100%		01/15	06/17	0					10.000,00	655.000,00	300.000,00		965.000,00
3.2.1.1.8.001.13	07.01.10.02	127/2014	Abastecimento de Água-Equipamento	O	DOMA	100%		01/15	12/16	0					20.000,00	20.000,00			40.000,00
3.2.1.1.8.001.10	07.01.01	101/2001	Aquisição de Terrenos	O	A/DAJ	100%		01/14	12/17	0		700.000,00	700.000,00		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00		3.700.000,00
3.2.1.1.8.001.09	07.03.03.05	128/2014	Arranjos Envolventes - Espaços Verdes	E	SHLP	100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.2.1.1.8.001.14	07.01.15	129/2014	Imobilizado Corpóreo	E	DOMA	100%		01/14	12/14	0		3.000,00	3.000,00						3.000,00
3.2.1.1.8.001.19	07.01.04.09	130/2014	Sinalização	E/O	DVE	100%		01/14	12/14	0		8.000,00	8.000,00						8.000,00
3.2.1.1.8.002. Eco-Parque Empresarial de Estarreja (Revisão e Ampliação)																			
3.2.1.1.8.002.02	07.03.03.01	123/2009	Elaboração de Projecto	O	DOMA	100%		01/09	06/14	4	68.155,02	42.500,00	42.500,00						110.655,02
3.2.1.1.8.002.04	07.03.03.01	127/2009	Construção das Infraestruturas	E	DOMA	100%		02/11	05/14	0		717.000,00	717.000,00						717.000,00
3.2.1.1.8.002.14	07.01.15	131/2014	Imobilizado Corpóreo	E	DOMA	100%		01/14	12/14	0		3.000,00	3.000,00						3.000,00
3.2.1.1.8.003. Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja																			
3.2.1.1.8.003.02	07.01.03.99	146/2009	Elaboração de projecto	O	DOMA	100%		02/10	02/14	4	56.936,10	3.020,00	3.020,00						59.956,10
3.2.1.1.8.003.04	07.01.03.99	148/2009	Construção	E	DOMA	20%	80%	12/10	03/14	4	2.033.679,62	28.100,00	28.100,00						2.061.779,62
TOTAL DO PROGRAMA /3.2.1.1											2.158.770,74	1.514.620,00	1.514.620,00	0,00	1.075.000,00	1.685.000,00	1.300.000,00	7.733.390,74	
3.2.1.2. FOMENTO ECONÓMICO																			
3.2.1.2.8. PROJECTOS DE INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS E INDUSTRIAIS																			
3.2.1.2.8.003. Projeto RUCI																			
3.2.1.2.8.003.05	07.01.03.09	07/2013	Construção	E	DOM	100%		01/13	07/14	0		271.400,00	271.400,00						271.400,00
TOTAL DO PROGRAMA /3.2.1.2											0,00	271.400,00	271.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.400,00	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 3.2.1											2.158.770,74	1.786.020,00	1.786.020,00	0,00	1.075.000,00	1.685.000,00	1.300.000,00	8.004.790,74	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS																			
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO													
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017														
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)												
3.2.2. ENERGIA 3.2.2.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA 3.2.2.1.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO 3.2.2.1.8.001. Rede de Iluminação Pública																																
3.2.2.1.8.001.04	07.01.04.04	132/2014	Beneficiação e Ampliação	O	DOM		100%		01/14	12/17	2		55.000,00	55.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00	115.000,00													
TOTAL DO PROGRAMA /3.2.2.1												0,00	55.000,00	55.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	115.000,00													
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 3.2.2												0,00	55.000,00	55.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	115.000,00													
TOTAL DO OBJECTIVO 3.2.0												2.158.770,74	1.841.020,00	1.841.020,00	0,00	1.095.000,00	1.705.000,00	1.320.000,00	8.119.790,74													
3.3. Transportes e Comunicações 3.3.1. TRANSPORTES RODOVIÁRIOS 3.3.1.1. Rede Viária 3.3.1.1.1. REDE DE AVANCA																																
3.3.1.1.1.003.04	08.05.01.02	09/2010	Rua Nova Complicação	E	DVE		100%		04/12	02/14	4	48.186,00	5.314,00	5.314,00					53.500,00													
3.3.1.1.1.014. Rua Prof Dr. Egas Moniz 3.3.1.1.1.014.02. 07.03.03.01. 133/2014. Elaboração de Projecto 3.3.1.1.1.014.10. 07.01.01. 134/2014. Aquisição de Terrenos 3.3.1.1.1.014.04. 07.03.03.01. 135/2014. Alargamento e Beneficiação																																
3.3.1.1.1.014.02	07.03.03.01	133/2014	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		03/14	06/14	0		15.000,00	15.000,00					15.000,00													
3.3.1.1.1.014.10	07.01.01	134/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ		100%		01/14	12/15	0		5.000,00	5.000,00		5.000,00			10.000,00													
3.3.1.1.1.014.04	07.03.03.01	135/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		04/14	12/15	0		25.000,00	25.000,00		250.000,00			275.000,00													
3.3.1.1.1.024. Rua de Azeiros (entre a A29 e a A1) 3.3.1.1.1.024.04. 07.03.03.01. 136/2014. Elaboração de Projecto																																
3.3.1.1.1.024.04	07.03.03.01	136/2014	Elaboração de Projecto	E	DVE		100%		06/15	11/15	0						7.500,00		7.500,00													
3.3.1.1.1.025. Rua das Corgas 3.3.1.1.1.025.02. 07.03.03.01. 137/2014. Elaboração de Projecto 3.3.1.1.1.025.04. 07.03.03.01. 138/2014. Alargamento e Beneficiação																																
3.3.1.1.1.025.02	07.03.03.01	137/2014	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		01/15	06/15	0						7.500,00		7.500,00													
3.3.1.1.1.025.04	07.03.03.01	138/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		03/16	12/16	0						80.000,00		80.000,00													
3.3.1.1.1.033. Ponte Sobre o Rio Gonde 3.3.1.1.1.033.02. 07.03.03.01. 139/2014. Elaboração de projecto 3.3.1.1.1.033.04. 07.03.03.01. 140/2014. Construção																																
3.3.1.1.1.033.02	07.03.03.01	139/2014	Elaboração de projecto	O	DVE		100%		01/15	06/15	0							95.000,00		95.000,00												
3.3.1.1.1.033.04	07.03.03.01	140/2014	Construção	E	DVE		100%		05/16	12/16	0							400.000,00	400.000,00													
3.3.1.1.1.035. Rua do Lombão 3.3.1.1.1.035.02. 07.03.03.01. 86/2009. Elaboração de projecto 3.3.1.1.1.035.04. 07.03.03.01. 159/2002. Alargamento e Beneficiação																																
3.3.1.1.1.035.02	07.03.03.01	86/2009	Elaboração de projecto	O	DVE		100%		01/10	02/14	4	3.044,25	500,00	500,00						3.544,25												
3.3.1.1.1.035.04	07.03.03.01	159/2002	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		10/11	05/14	2		114.850,00	114.850,00						114.850,00												
3.3.1.1.1.040. Rua de Santa Ana (parte) 3.3.1.1.1.040.10. 07.01.01. 141/2014. Aquisição de Terrenos 3.3.1.1.1.040.03. 07.03.03.01. 142/2014. Construção																																
3.3.1.1.1.040.10	07.01.01	141/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ		100%		01/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00												
3.3.1.1.1.040.03	07.03.03.01	142/2014	Construção	E	DVE		100%		05/15	12/16	0					25.000,00	105.000,00		130.000,00													
3.3.1.1.1.046. Rua Padre António Maria Silva 3.3.1.1.1.046.02. 07.03.03.01. 88/2009. Elaboração de projecto 3.3.1.1.1.046.04. 07.03.03.01. 173/2002. Beneficiação																																
3.3.1.1.1.046.02	07.03.03.01	88/2009	Elaboração de projecto	O	DVE		100%		01/10	03/14	4	3.763,80	700,00	700,00						4.463,80												
3.3.1.1.1.046.04	07.03.03.01	173/2002	Beneficiação	E	DVE		100%		10/12	03/14	0			870,00	870,00				870,00													
3.3.1.1.1.051. Rua S. Salvador (Parte) 3.3.1.1.1.051.04. 07.03.03.01. 143/2014. Alargamento																																
3.3.1.1.1.051.04	07.03.03.01	143/2014	Alargamento	E	DVE		100%		03/15	12/15	0						22.000,00		22.000,00													
3.3.1.1.1.061. Rua das Cavadas 3.3.1.1.1.061.02. 07.03.03.01. 144/2014. Elaboração de projecto 3.3.1.1.1.061.04. 07.03.03.01. 145/2014. Beneficiação																																
3.3.1.1.1.061.02	07.03.03.01	144/2014	Elaboração de projecto	O	DVE		100%		08/16	12/16	0							2.500,00		2.500,00												
3.3.1.1.1.061.04	07.03.03.01	145/2014	Beneficiação	E	DVE		100%		03/17	11/17	0							18.000,00	18.000,00													

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
3.3.1.1.1.062.			Rua Angelica Neves																
3.3.1.1.1.062.02	07.03.03.01	41/2007	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		02/09	05/14	3	3.957,55								8.957,55
3.3.1.1.1.062.04	07.03.03.01	146/2014	Construção	F	DVE	100%		01/15	12/15	0		5.000,00	5.000,00				110.000,00		110.000,00
3.3.1.1.1.064.			Rua da Aldeia																
3.3.1.1.1.064.02	07.03.03.01	147/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		01/16	12/16	0									7.500,00
3.3.1.1.1.064.04	07.03.03.01	148/2014	Alargamento e beneficiação	F	DVE	100%		03/17	12/17	0								90.000,00	90.000,00
3.3.1.1.1.066.			Rua da Areia																
3.3.1.1.1.066.04	07.03.03.01	101/2003	Beneficiação	E	DVE	100%		05/13	09/14	0		24.820,00	24.820,00						24.820,00
3.3.1.1.1.081.			Rua da Tendeira																
3.3.1.1.1.081.04	07.03.03.01	149/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		03/17	12/17	0								100.000,00	100.000,00
3.3.1.1.1.086.			Rua das Devesas (Parte)																
3.3.1.1.1.086.02	07.03.03.01	150/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		01/15	06/15	0					5.000,00				5.000,00
3.3.1.1.1.086.04	07.03.03.01	151/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		04/16	10/16	0								25.000,00	25.000,00
3.3.1.1.1.089.			Rua da Fontela																
3.3.1.1.1.089.04	07.03.03.01	152/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		01/16	12/16	0								25.000,00	25.000,00
3.3.1.1.1.098.			Rua do Fojo																
3.3.1.1.1.098.02	07.03.03.01	90/2009	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		05/10	06/14	2	1.377,60								8.877,60
3.3.1.1.1.098.04	07.03.03.01	153/2014	Alargamento e beneficiação	E	DVE	100%		05/15	12/16	0						160.000,00		60.000,00	220.000,00
3.3.1.1.1.103.			Rua do Paço																
3.3.1.1.1.103.04	07.03.03.01	154/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		04/17	12/17	0								40.000,00	40.000,00
3.3.1.1.1.105.			Rua Outeiro da Bandeira																
3.3.1.1.1.105.02	07.03.03.01	30/2007	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		11/10	03/14	2	8.677,65		1.535,00	1.535,00					10.212,65
3.3.1.1.1.105.10	07.01.01	155/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ	100%		03/14	05/15	0		30.000,00	30.000,00			30.000,00			60.000,00
3.3.1.1.1.105.04	07.03.03.01	156/2014	Alargamento e beneficiação	E	DVE	100%		09/15	12/16	0						272.000,00		50.000,00	322.000,00
3.3.1.1.1.109.			Rua dos Carvalhos (parte)																
3.3.1.1.1.109.02	07.03.03.01	91/2009	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		06/13	06/14	0	3.293,32		585,00	585,00					3.878,32
3.3.1.1.1.109.04	07.03.03.01	157/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		04/15	12/15	0						25.000,00			25.000,00
3.3.1.1.1.114.			Rua Joaquim Maria Nicolau																
3.3.1.1.1.114.04	07.03.03.01	17/2008	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		03/13	11/14	0		69.200,00	69.200,00						69.200,00
3.3.1.1.1.128.			Travessa da Aldeia																
3.3.1.1.1.128.02	07.03.03.01	158/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		08/16	12/16	0								5.000,00	5.000,00
3.3.1.1.1.128.04	07.03.03.01	159/2014	Alargamento e beneficiação	E	DVE	100%		06/17	12/17	0								30.000,00	30.000,00
3.3.1.1.1.129.			Rua da Várzea (Parte)																
3.3.1.1.1.129.02	07.03.03.01	160/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		06/15	12/15	0					5.000,00				5.000,00
3.3.1.1.1.129.04	07.03.03.01	161/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		05/16	12/16	0								70.000,00	70.000,00
3.3.1.1.1.144.			Rua das Brejas																
3.3.1.1.1.144.04	07.03.03.01	162/2014	Alargamento e beneficiação	E	DVE	100%		01/15	12/15	0					110.000,00				110.000,00
3.3.1.1.1.148.			Rua Chão Novo																
3.3.1.1.1.148.04	07.03.03.01	163/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		04/15	12/15	0						70.000,00			70.000,00
3.3.1.1.1.152.			Rua Dr. António Duarte de Oliveira (Parte)																
3.3.1.1.1.152.02	07.03.03.01	164/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		01/15	06/15	0					15.000,00				15.000,00
3.3.1.1.1.152.04	07.03.03.01	165/2014	Beneficiação (drenagem de água pluviais e construção de passeio)	E	DVE	100%		05/15	12/16	0					50.000,00			130.000,00	180.000,00
3.3.1.1.1.153.			Rua do Sobreiro (Parte)																
3.3.1.1.1.153.04	07.03.03.01	166/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		05/16	12/16	0								25.000,00	25.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS												
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO						
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017							
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)					
3.3.1.1.1.157.			Rua do Carrascal																						
3.3.1.1.1.157.02	07.03.03.01	167/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		01/16	06/16	0									7.500,00	7.500,00					
3.3.1.1.1.157.04	07.03.03.01	168/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		06/17	12/17	0										87.000,00	87.000,00				
3.3.1.1.1.162.			Rua Corte Real																						
3.3.1.1.1.162.04	08.05.01.02	169/2014	Comparticipação	E	DVE	100%		01/15	12/15	0					25.000,00						25.000,00				
3.3.1.1.1.168.			Rua da Associação Atlética de Avanca (parte)																						
3.3.1.1.1.168.04	07.03.03.01	170/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		06/16	10/16	0											65.000,00	65.000,00			
3.3.1.1.1.180.			Rua Alto das Cabanas																						
3.3.1.1.1.180.04	07.03.03.01	121/2003	Beneficiação	E	DVE	100%		11/13	01/14	4	20.645,09	2.500,00	2.500,00									23.145,09			
3.3.1.1.1.186.			Rua de Lig. do Porto Brejo à Rua do Casal																						
3.3.1.1.1.186.04	07.03.03.01	171/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		04/16	10/16	0												50.000,00	50.000,00		
3.3.1.1.1.197.			Rua Associação de Caçadores e Pescadores de Avanca (2ª Parte)																						
3.3.1.1.1.197.18	08.05.01.02	172/2014	Comparticipação	O	DVE	100%		01/15	12/15	0												45.000,00	45.000,00		
3.3.1.1.1.221.			Rua do Tapado																						
3.3.1.1.1.221.02	07.03.03.01	173/2014	Elaboração de Projecto	E	DVE	100%		04/15	09/15	0												5.000,00	5.000,00		
3.3.1.1.2.			REDE DE BEDUÍDO E VEIROS																						
3.3.1.1.2.041.			Rua Dr. Dionísio de Moura																						
3.3.1.1.2.041.02	07.03.03.01	220/2002	Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		03/13	10/15	2		850,00	850,00									3.850,00	3.850,00		
3.3.1.1.2.041.04	07.03.03.01	174/2014	Beneficiação e conservação	E	DVE	100%		01/16	12/16	0													180.000,00	180.000,00	
3.3.1.1.2.042.			Rua Dr. José Justiniano																						
3.3.1.1.2.042.02	07.03.03.01	225/2002	Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		03/10	10/15	2		270,00	270,00										4.270,00	4.270,00	
3.3.1.1.2.042.04	07.03.03.01	175/2014	Beneficiação e conservação	E	DVE	100%		01/16	12/16	0													130.000,00	130.000,00	
3.3.1.1.2.049.			Rua Dr. Tavares da Silva																						
3.3.1.1.2.049.02	07.03.03.01	249/2002	Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		11/10	03/14	4	7.318,50	1.100,00	1.100,00										8.418,50	8.418,50	
3.3.1.1.2.049.04	07.03.03.01	253/2002	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	85%	15%	08/11	04/14	4	704.402,29	68.700,00	68.700,00										773.102,29	773.102,29	
3.3.1.1.2.052.			Rua do Barreiro d' Além (Parte)																						
3.3.1.1.2.052.04	07.03.03.01	176/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		05/15	11/15	0													65.000,00	65.000,00	
3.3.1.1.2.055.			Rua Nossa Srª das Febres (antiga Rua do Souto)																						
3.3.1.1.2.055.02	07.03.03.01	58/2007	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		01/13	01/14	0		220,00	220,00											220,00	220,00
3.3.1.1.2.055.04	07.03.03.01	177/2014	Alargamento, Beneficiação e Drenagens	E	DVE	100%		03/15	12/15	0														90.000,00	90.000,00
3.3.1.1.2.060.			Rua do Açude (Parte)																						
3.3.1.1.2.060.18	08.05.01.02	178/2014	Comparticipação	E	DVE	100%		01/17	12/17	0														35.000,00	35.000,00
3.3.1.1.2.064.			Rua de Trás (Parte)																						
3.3.1.1.2.064.02	07.03.03.01	179/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		05/14	10/14	0		7.500,00	7.500,00											7.500,00	7.500,00
3.3.1.1.2.064.10	07.01.01	180/2014	Aquisição de terrenos	O	O A/DAJ	100%		03/15	09/15	0														10.000,00	10.000,00
3.3.1.1.2.064.04	07.03.03.01	181/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		04/15	11/15	0														80.000,00	80.000,00
3.3.1.1.2.065.			Travessa da Quinta-Velha																						
3.3.1.1.2.065.02	07.03.03.01	182/2014	Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		08/13	12/14	0		7.500,00	7.500,00											10.000,00	10.000,00
3.3.1.1.2.065.10	07.01.01	183/2014	Aquisição de terrenos	O	O A/DAJ	100%		01/15	12/15	0														25.000,00	25.000,00
3.3.1.1.2.065.04	07.03.03.01	184/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		04/16	12/16	0														210.000,00	210.000,00
3.3.1.1.2.069.			Rua da Quinta Nova																						
3.3.1.1.2.069.04	07.03.03.01	185/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		04/17	12/17	0														120.000,00	120.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
a)	b)																		
3.3.1.1.2.071.			Estrada Nacional 224																
3.3.1.1.2.071.02	07.03.03.01	186/2014	Elaboração de projectos	O	DVE	100%		03/14	04/15	0		5.000,00	5.000,00			10.000,00		15.000,00	
3.3.1.1.2.071.10	07.01.01	187/2014	Aquisição de terrenos	O	O A/DAJ	100%		05/14	09/15	0						10.000,00		10.000,00	
3.3.1.1.2.071.04	07.03.03.01	188/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		01/16	12/16	0							200.000,00	200.000,00	
3.3.1.1.2.076.			Estrada de São Filipe																
3.3.1.1.2.076.02	07.03.03.01	134/2009	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		11/10	06/14	2	861,00	7.500,00	7.500,00					8.361,00	
3.3.1.1.2.076.04	07.03.03.01	189/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		01/15	10/15	0					200.000,00			200.000,00	
3.3.1.1.2.090.			Gaveto da Rua Caetano Ferreira com a Rua Eça de Queiroz																
3.3.1.1.2.090.18	08.05.01.02	10/2012	Comparticipação	O	DVE	100%		01/13	02/14	0		1.550,00	1.550,00					1.550,00	
3.3.1.1.2.099.			Rua Dr. Augusto Castro																
3.3.1.1.2.099.02	07.03.03.01	13/2010	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		02/11	05/15	2	904,05	154,00	154,00			7.500,00		8.558,05	
3.3.1.1.2.099.04	07.03.03.01	190/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		01/16	12/16	0							45.000,00	45.000,00	
3.3.1.1.2.104.			Rua Dr. Jaime Ferreira da Silva																
3.3.1.1.2.104.04	07.03.03.01	59/2011	Beneficiação	E	DVE	100%		04/13	05/14	0		25.800,00	25.800,00					25.800,00	
3.3.1.1.2.115.			Requalificação Troço da Rua Frei Caetano Brandão na Rua do Passal																
3.3.1.1.2.115.18	08.05.01.02	11/2012	Comparticipação	O	DVE	100%		01/13	02/14	0	40.691,06	309,00	309,00					41.000,06	
3.3.1.1.2.118.			Rua Luis de Camões																
3.3.1.1.2.118.02	07.03.03.01	191/2014	Elaboração de Projecto	E	DVE	100%		03/14	12/14	0		10.000,00	10.000,00					10.000,00	
3.3.1.1.2.129.			Rua Tomás Figueiredo																
3.3.1.1.2.129.04	07.03.03.01	192/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		05/15	10/15	0					53.000,00			53.000,00	
3.3.1.1.2.136.			Rua da Brejinha (Parte)																
3.3.1.1.2.136.18	08.05.01.02	193/2014	Comparticipação	O	DVE	100%		01/17	12/17	0							16.500,00	16.500,00	
3.3.1.1.2.291.			Rua de Ligação da Rua Escola do Agro à Rua Padre de Donaciano Abreu Freire																
3.3.1.1.2.291.02	07.03.03.01	194/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		05/16	11/16	0							7.500,00	7.500,00	
3.3.1.1.2.291.10	07.01.01	195/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ	100%		01/16	06/16	0							25.000,00	25.000,00	
3.3.1.1.2.291.04	07.03.03.01	196/2014	Construção	E	DVE	100%		03/17	12/17	0								135.000,00	
3.3.1.1.2.294.			Acesso Nascente à Escola Secundária																
3.3.1.1.2.294.10	07.01.01	197/2014	Aquisição de Terrenos	O	DVE	100%		11/14	06/15	0		1.000,00	1.000,00			25.000,00		26.000,00	
3.3.1.1.2.294.04	07.03.03.01	198/2014	Construção	E	DVE	100%		11/14	06/15	0		1.000,00	1.000,00			75.000,00		76.000,00	
3.3.1.1.2.295.			Acesso à CIRES																
3.3.1.1.2.295.02	07.03.03.01	121/2009	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		11/10	06/14	1	774,90	10.000,00	10.000,00					10.774,90	
3.3.1.1.2.295.04	07.03.03.01	199/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		08/13	10/15	0		10.000,00	10.000,00			195.000,00		205.000,00	
3.3.1.1.2.296.			Rua Agostinho Leite																
3.3.1.1.2.296.04	07.03.03.01	05/2013	Beneficiação	E	DVE	100%		06/13	05/14	0		23.530,00	23.530,00					23.530,00	
3.3.1.1.2.297.			Caminho das Pinheiras (Parte)																
3.3.1.1.2.297.18	08.05.01.02	200/2014	Comparticipação	E	DVE	100%		05/16	12/16	0						32.000,00		32.000,00	
3.3.1.1.2.315.			Rua do Outeiro																
3.3.1.1.2.315.04	07.03.03.01	201/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		03/17	11/17	0							55.000,00	55.000,00	
3.3.1.1.2.331.			Estrada do Canedo																
3.3.1.1.2.331.04	07.03.03.01	202/2014	Beneficiação	E	DVE	100%		06/15	12/15	0					150.000,00			150.000,00	
3.3.1.1.2.347.			Rua de Dr. Lauro Ramos																
3.3.1.1.2.347.02	07.03.03.01	203/2014	Elaboração de projecto	O	DVE	100%		01/14	11/14	0		10.000,00	10.000,00					10.000,00	
3.3.1.1.2.347.04	07.03.03.01	204/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		03/15	12/15	0					105.000,00			105.000,00	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
3.3.1.1.2.353. 3.3.1.1.2.353.04	07.03.03.01	205/2014	Rua da Fonte do Esquinto Beneficiação	E	DVE	100%		04/17	12/17	0						95.000,00	95.000,00		
3.3.1.1.2.360. 3.3.1.1.2.360.02 3.3.1.1.2.360.04	07.03.03.01 07.03.03.01	206/2014 207/2014	Rua da Mãoa - Acesso à Variante Norte ao Eco-Parque Elaboração de projecto Alargamento e Beneficiação	O E	DVE DVE	100% 100%		03/16 02/17	08/16 12/17	0 0				10.000,00		100.000,00	10.000,00 100.000,00		
3.3.1.1.2.385. 3.3.1.1.2.385.04	07.03.03.01	208/2014	Travessa da Ferrinha Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		08/16	12/16	0					20.000,00		20.000,00		
3.3.1.1.2.388. 3.3.1.1.2.388.04	07.03.03.01	20/2012	Travessa da Rua da Malpica (Parte) Beneficiação	E	DVE	100%		03/13	02/14	0		7.720,00	7.720,00				7.720,00		
3.3.1.1.2.396. 3.3.1.1.2.396.18	08.05.01.02	209/2014	Travessa de Santo António Complicação	E	DVE	100%		01/15	12/15	0				50.000,00			50.000,00		
3.3.1.1.2.408. 3.3.1.1.2.408.02 3.3.1.1.2.408.04	07.03.03.01 07.03.03.01	12/2012 210/2014	Arruamento Norte do Complexo de Desporto e Lazer Elaboração de projecto Construção	O E	DVE DVE	100% 100%		03/13 06/15	02/14 09/16	2 0	4.428,00	2.960,00	2.960,00			78.000,00	100.000,00	7.388,00 178.000,00	
3.3.1.1.3.			REDE DE CANELAS E FERRELÁ																
3.3.1.1.3.006. 3.3.1.1.3.006.18	08.05.01.02	211/2014	Inserção da Rua de Entevinhas / Aldeia Complicação	O	DVE	100%		09/13	06/14	0		18.870,00	18.870,00				18.870,00		
3.3.1.1.3.010. 3.3.1.1.3.010.02 3.3.1.1.3.010.04	07.03.03.01 07.03.03.01	212/2014 213/2014	Rua Picoto Sul com ligação à Rua do Espinhal Norte Elaboração de Projecto Alargamento e Beneficiação	O E	DVE DVE	100% 100%		01/15 01/17	03/16 12/17	3 0	750,00			2.500,00	5.000,00	200.000,00	8.250,00 200.000,00		
3.3.1.1.3.014. 3.3.1.1.3.014.18	08.05.01.02	214/2014	Rua do Corgo (2ª fase) Complicação	E	DVE	100%		01/15	12/15	0				24.000,00			24.000,00		
3.3.1.1.3.024. 3.3.1.1.3.024.02 3.3.1.1.3.024.04	07.03.03.01 07.03.03.01	215/2014 216/2014	Caminho da Azenha Elaboração de Projecto Beneficiação	O E	DVE DVE	100% 100%		04/16 03/17	11/16 12/17	0 0					7.500,00	51.000,00	7.500,00 51.000,00		
3.3.1.1.3.068. 3.3.1.1.3.068.02	07.03.03.01	217/2014	Rua Cabeço de Baixo (Parte) Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		03/17	12/17	0						5.000,00	5.000,00		
3.3.1.1.3.072. 3.3.1.1.3.072.02	07.03.03.01	218/2014	Rua da Fonte Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		06/15	12/15	0				5.000,00			5.000,00		
3.3.1.1.3.080. 3.3.1.1.3.080.02	07.03.03.01	219/2014	Ligação do Largo Francisco Bingre (Largo da Igreja) à Rua de S. Tomé Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		03/14	06/15	0		5.000,00	5.000,00	10.000,00			15.000,00		
3.3.1.1.3.081. 3.3.1.1.3.081.18	08.05.01.02	14/2012	Caminho da Alameda Complicação	O	DVE	100%		01/13	06/14	0		2.000,00	2.000,00				2.000,00		
3.3.1.1.3.092. 3.3.1.1.3.092.10 3.3.1.1.3.092.18 3.3.1.1.3.092.04	07.01.01 08.05.01.02 07.03.03.01	220/2014 155/2009 221/2014	Rua da Devesa Aquisição de terrenos Complicação Alargamento e beneficiação	O E E	O A/DAJ O A/DVE DVE	100% 100% 100%		03/15 01/14 01/16	12/15 12/15 12/16	0 3 0	26.948,25	25.000,00	25.000,00	15.000,00	15.000,00	50.000,00	110.000,00	15.000,00 66.948,25 160.000,00	
3.3.1.1.3.107. 3.3.1.1.3.107.04	07.03.03.01	222/2014	Rua dos Outeiros Alargamento e beneficiação	E	DVE	100%		03/17	12/17	0						15.000,00	15.000,00		
3.3.1.1.3.135. 3.3.1.1.3.135.02 3.3.1.1.3.135.10 3.3.1.1.3.135.04	07.03.03.01 07.01.01 07.03.03.01	62/2006 223/2014 224/2014	Rua Penedo do Norte Elaboração de Projecto Aquisição de terrenos Alargamento e pavimentação	O/A O E	DVE O A/DAJ DVE	100% 100% 100%		07/15 01/15 08/16	12/15 03/15 12/16	3 0 0	1.452,00			7.500,00	5.000,00	80.000,00	8.952,00 5.000,00 80.000,00		

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		j)=c)+d)+g)+h)+i)
a)	b)																			
3.3.1.1.3.136.			Rua do Picoto																	
3.3.1.1.3.136.02	07.03.03.01	225/2014	Elaboração de Projecto	O/A	DVE		100%		08/16	12/16	0						5.000,00	2.500,00	7.500,00	
3.3.1.1.3.157.			Rua da Carreira Branca (Parte)																	
3.3.1.1.3.157.02	07.03.03.01	226/2014	Elaboração de Projecto (incluindo Electrificação)	A/O	DVE		100%		01/14	10/14	0						10.000,00	10.000,00	10.000,00	
3.3.1.1.3.157.04	07.03.03.01	227/2014	Alargamento e beneficiação	E	DVE		100%		04/15	12/15	0						55.000,00		55.000,00	
3.3.1.1.3.171.			Travessa do Arneiro																	
3.3.1.1.3.171.04	07.03.03.01	09/2013	Beneficiação	E	DVE		100%		06/13	02/14	0						11.245,00	11.245,00	11.245,00	
3.3.1.1.4.			REDE DE PARDILHÓ																	
3.3.1.1.4.040.			Rua António Maria da Silva Pinho																	
3.3.1.1.4.040.02	07.03.03.01	79/2007	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		01/12	03/14	3	3.187,95					5.000,00	5.000,00	8.187,95	
3.3.1.1.4.040.10	07.01.01	228/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ		100%		01/15	12/15	0						10.000,00		10.000,00	
3.3.1.1.4.040.04	07.03.03.01	229/2014	Construção	E	DVE		100%		01/14	12/16	0						35.000,00	35.000,00	310.000,00	
3.3.1.1.4.045.			Avenida António Joaquim Resende																	
3.3.1.1.4.045.02	07.03.03.01	230/2014	Elaboração de projecto	E	DVE		100%		01/15	12/15	0						5.000,00		5.000,00	
3.3.1.1.4.101.			Beco do Senhor do Deserto																	
3.3.1.1.4.101.02	07.03.03.01	126/2009	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		01/11	05/14	0	3.293,33					590,00	590,00	3.883,33	
3.3.1.1.4.101.10	07.01.01	26/2010	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ		100%		04/14	08/14	0	1.933,40					1.000,00	1.000,00	2.933,40	
3.3.1.1.4.101.04	07.03.03.01	231/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		03/15	03/16	0						40.000,00	33.000,00	73.000,00	
3.3.1.1.4.122.			Rua e Travessa do Aído do Afonso																	
3.3.1.1.4.122.02	07.03.03.01	48/2011	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		03/13	02/14	4	4.338,83					770,00	770,00	5.108,83	
3.3.1.1.4.122.04	07.03.03.01	232/2014	Beneficiação	O	DVE		100%		08/14	12/15	0						20.000,00	20.000,00	122.000,00	
3.3.1.1.4.132.			Rua Professor José Maria Godinho																	
3.3.1.1.4.132.04	07.03.03.01	233/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		01/15	11/15	0						80.000,00		80.000,00	
3.3.1.1.4.138.			Rua da Feliz																	
3.3.1.1.4.138.04	07.03.03.01	234/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		06/16	11/16	0							30.000,00	30.000,00	
3.3.1.1.4.156.			Troço da Rua Teixugueiras com Ligação à Ribeira das Teixugueiras																	
3.3.1.1.4.156.18	08.05.01.02	235/2014	Complicação	E	DVE		100%		01/15	12/15	0						55.000,00		55.000,00	
3.3.1.1.4.161.			Troço do Canedo de Além																	
3.3.1.1.4.161.04	07.03.03.01	17/2012	Beneficiação e Drenagem de Águas Pluviais	E	DVE		100%		07/13	12/14	1						13.200,00	13.200,00	13.200,00	
3.3.1.1.4.168.			Rua do Gramoal																	
3.3.1.1.4.168.04	07.03.03.01	236/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		05/17	11/17	0								45.000,00	45.000,00
3.3.1.1.4.170.			Rua do Monte de Baixo																	
3.3.1.1.4.170.02	07.03.03.01	237/2014	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		03/16	11/16	0							7.500,00	7.500,00	
3.3.1.1.4.170.04	07.03.03.01	238/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		05/16	12/17	0						50.000,00	170.000,00	220.000,00	
3.3.1.1.4.242.			Rua Padre António M. Matos (Parte)/Estrada Nacional 224-2																	
3.3.1.1.4.242.02	07.03.03.01	119/2009	Elaboração de Projecto	O	DVE		100%		07/13	12/14	0						10.000,00	10.000,00	10.000,00	
3.3.1.1.4.242.10	07.01.01	239/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DAJ		100%		03/14	12/15	0						25.000,00	25.000,00	50.000,00	
3.3.1.1.4.242.18	08.05.01.02	290/2014	Complicação	E	DVE		100%		01/14	12/14	3						20.000,00	20.000,00	20.000,00	
3.3.1.1.4.242.04	07.03.03.01	240/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		01/14	12/15	0						35.000,00	35.000,00	135.000,00	
3.3.1.1.5.			REDE DE SALREU																	
3.3.1.1.5.042.			Rua José Luciano de Castro (Parte)																	
3.3.1.1.5.042.04	07.03.03.01	241/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		01/17	12/17	0								72.000,00	72.000,00
3.3.1.1.5.044.			Travessa da Escola																	
3.3.1.1.5.044.04	07.03.03.01	242/2014	Alargamento e Beneficiação	E	DVE		100%		02/15	10/15	0						63.000,00		63.000,00	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
3.3.1.1.9.002.			Rua do Coxo (Avanca) - Estarreja/Oliveira de Azemeis																
3.3.1.1.9.002.04	07.03.03.01	174/2009	Alargamento e Beneficiação	E	DVE	100%		01/13	02/14	2	116.135,60	5.000,00	5.000,00						121.135,60
3.3.1.1.9.003.			Rua da Ribeira Nova (Veiros) - Estarreja/Murtosa																
3.3.1.1.9.003.18	08.05.01.01	259/2014	Comparticipação	E	DVE	100%		01/13	12/13	2		30.000,00	30.000,00						30.000,00
3.3.1.1.9.004.			Rua do Limite (Pardilhó) - Estarreja/Murtosa																
3.3.1.1.9.004.18	08.05.01.01	260/2014	Comparticipação	E	DVE	100%		01/16	12/16	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.3.1.1.9.005.			Continuação da Variante Norte (EM558 / EN 109-5)																
3.3.1.1.9.005.10	07.01.01	261/2014	Aquisição de Terrenos	O	O A/DVE	100%		03/15	12/15	0					50.000,00	50.000,00			100.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /3.3.1.1											3.290.261,42	1.372.462,00	1.372.462,00	0,00	4.397.000,00	4.272.500,00	3.456.500,00	16.788.723,42	
3.3.1.2.	ORDENAMENTO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA																		
3.3.1.2.8.	ORDENAMENTO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE ESTARREJA																		
3.3.1.2.8.001.			Plano Municipal de Ordenamento do Trânsito Concelhio																
3.3.1.2.8.001.02	07.01.04.09	208/2003	Elaboração de Estudo / Projecto	O	DVE	100%		01/11	12/14	0	35.929,94	800,00	800,00						36.729,94
3.3.1.2.8.001.14	07.01.04.09	154/2001	Aquisição de Sinalização Diversa	E	DVE	100%		01/11	12/14	0	473.565,25	77.000,00	77.000,00						550.565,25
TOTAL DO PROGRAMA /3.3.1.2											509.495,19	77.800,00	77.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.295,19	
3.3.1.4.	PASSAGENS SUPERIORES																		
3.3.1.4.8.	PASSAGENS SUPERIORES NO CONCELHO DE ESTARREJA																		
3.3.1.4.8.001.			Passagens Superiores e Inferiores à Linha Férrea																
3.3.1.4.8.001.04	07.03.03.01	262/2014	Beneficiação	A/E	DVE	100%		01/12	12/14	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /3.3.1.4											0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 3.3.1											3.799.756,61	1.452.262,00	1.452.262,00	0,00	4.397.000,00	4.272.500,00	3.456.500,00	17.378.018,61	
TOTAL DO OBJECTIVO 3.3.0											3.799.756,61	1.452.262,00	1.452.262,00	0,00	4.397.000,00	4.272.500,00	3.456.500,00	17.378.018,61	
3.4.	Comércio e Turismo																		
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS																		
3.4.1.1.	MERCADOS																		
3.4.1.1.2.	MERCADO NA FREGUESIA DE BEDUÍDO E VEIROS																		
3.4.1.1.2.001.			Mercado Coberto																
3.4.1.1.2.001.01	07.03.03.01	263/2014	Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		01/14	12/14	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.4.1.1.2.001.04	07.01.03.03	264/2014	Conservação	A/E	DOMA	100%		01/14	12/14	0		2.000,00	2.000,00						2.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção	Designação do Projecto Acção	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
3.4.1.1.4. MERCADO NA FREGUESIA DE PARDILHÓ																			
3.4.1.1.4.001.			Mercado de Pardilhó																
3.4.1.1.4.001.01	07.03.03.01	265/2014	Elaboração de Projecto	O	DVE	100%		01/14	12/14	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
3.4.1.1.4.001.18	08.05.01.01	266/2014	Comparticipação	A/E	DOMA	100%		03/15	12/15	0					30.000,00				30.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /3.4.1.1												0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	38.000,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 3.4.1.												0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	38.000,00
TOTAL DO OBJECTIVO 3.4.												0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	38.000,00
TOTAL DA FUNÇÃO 3.												5.958.527,35	3.301.282,00	3.301.282,00	0,00	5.522.000,00	5.977.500,00	4.776.500,00	25.535.809,35
TOTAL GERAL												13.710.302,57	5.461.622,00	5.461.622,00	0,00	7.913.309,00	9.450.799,00	7.587.833,00	44.118.865,57

Órgão Executivo

Em, ____ de _____ de 20

Órgão Deliberativo

Em, ____ de _____ de 20

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS



Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Início	Fim			2014			ANOS SEGUINTES			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+(i)
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
1. FUNÇÕES GERAIS 1.1. Serviços Gerais de Administração Pública 1.1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL 1.1.1.2. EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS 1.1.1.2.8. TODO CONCELHO																			
1.1.1.2.8.001.			Arquivo Municipal																
1.1.1.2.8.001.17	02.02.20.99	01/2014	Trabalhos Especializados	O	DAJ/ARQ		100%		01/14	12/17			10.000,00	10.000,00		10.000,00			20.000,00
1.1.1.2.8.900.			Instalações Municipais																
1.1.1.2.8.900.08	02.02.03	02/2014	Serviços de Conservação	O	DOM		100%		01/14	12/17			10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
1.1.1.2.8.900.24	02.01.21	03/2014	Diverso Material	O	DOM		100%		01/14	12/17			25.000,00	25.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00	85.000,00
1.1.1.2.8.900.27	02.02.12	04/2014	Seguros de imóveis	O	O A		100%		01/14	12/17			30.000,00	30.000,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00	135.000,00
1.1.1.2.8.900.28	02.01.04	05/2014	Artigos de limpeza e higiene	O	SAE		100%		01/14	12/17			15.000,00	15.000,00		15.000,00	14.000,00	14.000,00	58.000,00
1.1.1.2.8.900.31	02.02.18	06/2014	Vigilância e Segurança	O	DEV		100%		01/14	12/17			500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.1.2.8.900.37	02.02.19	07/2014	Assistência Técnica	O	DOM		100%		01/14	12/17			22.000,00	22.000,00		38.000,00	38.000,00	38.000,00	136.000,00
1.1.1.2.8.900.40	02.02.02	08/2014	Limpeza e Desinfestações/Desratizações	O	SUA		100%		01/14	12/17			27.000,00	27.000,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00	132.000,00
1.1.1.2.8.900.44	02.02.14	09/2014	Levantamentos Topográficos e Estudos Geotécnicos	O	DOM		100%		01/14	12/17			8.750,00	8.750,00		12.500,00	12.500,00	12.500,00	46.250,00
1.1.1.2.8.900.45	02.01.14	10/2014	Peças e Acessórios	O	DOM		100%		01/14	12/17			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
1.1.1.2.8.900.60	02.02.01	11/2014	Encargos com Instalações (água e electricidade)	O	DOM		100%		01/14	12/17			250.000,00	250.000,00		420.000,00	420.000,00	420.000,00	1.510.000,00
1.1.1.2.8.901.			Políticas de Sustentabilidade Energética																
1.1.1.2.8.901.44	02.02.14	12/2014	Estudos e Auditorias	O	DOM		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.2												401.250,00	401.250,00	0,00	598.000,00	587.000,00	587.000,00	2.173.250,00	
1.1.1.3. MAQUINARIA E EQUIPAMENTO 1.1.1.3.8. INFORMATIZAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS																			
1.1.1.3.8.900.			Modernização Administrativa e Informatização Geral																
1.1.1.3.8.900.08	02.02.03	13/2014	Reparações/Conservações	O	SINF		100%		01/14	12/17			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
1.1.1.3.8.900.16	02.02.05	14/2014	Locação de Bens Informático - Impressoras e Fotopiadoras	O	SINF		100%		01/14	12/17			25.000,00	25.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00	85.000,00
1.1.1.3.8.900.17	02.02.20.99	15/2014	Serviços Especializados	O	SINF		100%		01/14	12/17			22.700,00	22.700,00		15.000,00	10.000,00	10.000,00	57.700,00
1.1.1.3.8.900.37	02.02.19	16/2014	Assistência Técnica	O	SINF		100%		01/14	12/17			65.000,00	65.000,00		60.000,00	65.000,00	70.000,00	260.000,00
1.1.1.3.8.900.45	02.01.14	17/2014	Peças e Acessórios - Outro Equipamento	O	SINF		100%		01/14	12/17			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
1.1.1.3.8.900.59	02.02.09	18/2014	Sistema integrado de telecomunicações	O	SINF		100%		01/14	12/17			24.000,00	24.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	99.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.3.												0,00	143.700,00	143.700,00	0,00	127.000,00	127.000,00	132.000,00	529.700,00
1.1.1.6. COMUNICAÇÃO 1.1.1.6.8. POLITICAS DE COMUNICAÇÃO COM O MUNICÍPE																			
1.1.1.6.8.001.			Estar Perto das Pessoas: Informar e Interagir																
1.1.1.6.8.001.17	02.02.20.99	19/2014	Trabalhos Especializados (Gestão página de Internet)	O	O A/GCRPT		100%		01/14	12/17			10.000,00	10.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
1.1.1.6.8.001.18	04.03.05	20/2014	Comparticipação CIRA - Prod Conteúdos Informativos	O	O A/GCRPT		100%		01/14	12/17			4.200,00	4.200,00		4.200,00	4.200,00	4.200,00	16.800,00
1.1.1.6.8.001.26	02.02.17	21/2014	Publicidade e Divulgação	O	O A/GCRPT		100%		01/14	12/17			35.000,00	35.000,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00	140.000,00
1.1.1.6.8.001.59	02.02.09	22/2014	Comunicações	O	O A/GCRPT		100%		01/14	12/17			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.6.												0,00	50.200,00	50.200,00	0,00	45.200,00	45.200,00	45.200,00	185.800,00
1.1.1.8. RECURSOS HUMANOS E QUALIDADE 1.1.1.8.8. DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS																			
1.1.1.8.8.001.			Sistema de Gestão da Qualidade																
1.1.1.8.8.001.17	02.02.20.99	23/2014	Trabalhos Especializados	O	O A/GAIQ		100%		01/14	12/15			2.500,00	2.500,00		2.500,00			5.000,00
1.1.1.8.8.002.			Mobilizar e Qualificar os Recursos Humanos																
1.1.1.8.8.002.17	02.02.20.99	24/2014	Trabalhos Especializados	O	O A/SRH		100%		01/14	12/17			15.500,00	15.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	23.000,00
1.1.1.8.8.002.23	02.02.15	25/2014	Formação	O	O A/SRH		100%		01/14	12/17			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
1.1.1.8.8.002.38	02.01.07	26/2014	Vestuário de Protecção Individual	O	O A/SRH		100%		01/14	12/17			20.000,00	20.000,00		20.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.1.1.8.8.002.40	02.02.02	27/2014	Limpeza e Higiene de Fardamento	O	vários		100%		01/14	12/17			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.8												0,00	44.000,00	44.000,00	0,00	31.000,00	18.500,00	18.500,00	112.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS												
						AC	AA	FC	Início	Fim			2014			ANOS SEGUINTES			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+(i)						
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017							
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)							
1.1.1.9. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO																									
1.1.1.9.8. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO GERAL																									
1.1.1.9.8.001.08	02.02.03	28/2014	Pequenas Conservações e Reparações	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			80.000,00	80.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00						
1.1.1.9.8.001.17	02.02.20.99	29/2014	Serviços Especializados (<i>Inspecções e Revisões</i>)	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			2.800,00	2.800,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00	11.800,00						
1.1.1.9.8.001.21	02.01.17	30/2014	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	O	DOMA		100%		01/14	12/17			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00						
1.1.1.9.8.001.25	02.01.12	31/2014	Pneus e Câmaras de Ar	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			7.000,00	7.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	22.000,00						
1.1.1.9.8.001.27	02.02.12	32/2014	Seguros frota automóvel	O	DEF_PAT		100%		01/14	12/17			13.000,00	13.000,00		13.000,00	13.000,00	13.000,00	52.000,00						
1.1.1.9.8.001.30	02.02.08	33/2014	Aluguer de Equipamento	O	DOMA		100%		01/14	12/17			13.000,00	13.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	43.000,00						
1.1.1.9.8.001.37	02.02.19	34/2014	Assistência Técnica	O	DOMA		100%		01/14	12/17			21.000,00	21.000,00		17.000,00	17.000,00	17.000,00	72.000,00						
1.1.1.9.8.001.43	02.01.14	35/2014	Peças e Acessórios - Outro Equipamento	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00						
1.1.1.9.8.001.45	02.01.12	36/2014	Peças e Acessórios - Material de Transporte	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00						
1.1.1.9.8.001.50	02.01.02.01	37/2014	Combustíveis (<i>cartão magnético de abastecimento -gasolina</i>)	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			12.000,00	12.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	42.000,00						
1.1.1.9.8.001.51	02.01.02.02	38/2014	Combustíveis (<i>cartão magnético de abastecimento -gasóleo</i>)	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			120.000,00	120.000,00		120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00						
1.1.1.9.8.001.61	02.01.02.99	39/2014	Lubrificantes	O	DVE_SMEQ		100%		01/14	12/17			3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00						
TOTAL DO PROGRAMA /1.1.1.9												0,00	285.800,00	285.800,00	0,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	1.110.800,00						
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 1.1.1.												0,00	924.950,00	924.950,00	0,00	1.076.200,00	1.052.700,00	1.057.700,00	4.111.550,00						
TOTAL DA OBJECTIVO 1.1.												0,00	924.950,00	924.950,00	0,00	1.076.200,00	1.052.700,00	1.057.700,00	4.111.550,00						
1.2. Segurança e Ordem Públicas																									
1.2.1. PROTECÇÃO CIVIL e LUTA CONTRA INCÊNDIOS																									
1.2.1.1. PROTECÇÃO CIVIL																									
1.2.1.1.8. SERVIÇOS - PROTECÇÃO CIVIL																									
1.2.1.1.8.001.			Serviço Municipal de Protecção Civil																						
1.2.1.1.8.001.24	02.01.21	40/2014	Outros Bens	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/14			500,00	500,00									500,00		
1.2.1.1.8.001.26	02.02.17	41/2014	Comunicação Local de Apoio à Protecção Civil	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/17			2.500,00	2.500,00		2.215,00	2.215,00	2.215,00					9.145,00		
1.2.1.1.8.001.27	02.02.12	42/2014	Seguro	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/17			2.650,00	2.650,00		2.700,00	2.700,00	2.700,00					10.750,00		
1.2.1.1.8.001.31	02.02.18	43/2014	Serviços de Segurança Pública	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/17			19.500,00	19.500,00		19.500,00	19.500,00	19.500,00					78.000,00		
1.2.1.1.8.001.35	04.07.01	44/2014	Transferências / Equipa de Intervenção Permanente	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/17			30.500,00	30.500,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00					120.500,00		
1.2.1.1.8.001.38	02.01.07	45/2014	Vestuário de Protecção	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/14			500,00	500,00									500,00		
1.2.1.1.8.001.39	02.02.25.99	46/2014	Outros Serviços	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/14			500,00	500,00									500,00		
1.2.1.1.8.001.40	02.02.20.03	47/2014	Limpeza de Vegetação / Faixas de Gestão de Combustível	O	O A/GPCF		100%		01/14	12/17			10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00					40.000,00		
TOTAL DO PROGRAMA /1.2.1.1													71.650,00	71.650,00	0,00	64.415,00	64.415,00	64.415,00	264.895,00						
1.2.1.3. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA																									
1.2.1.3.8. SEGURANÇA PÚBLICA																									
1.2.1.3.8.002.			Demolições de Prédios em Ruína																						
1.2.1.3.8.002.17	02.02.20.99	61/2013	Demolições	E	O A/DOM		100%		01/14	12/14	2		15.000,00	15.000,00										15.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /1.2.1.3												0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00						
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 1.2.1.												0,00	86.650,00	86.650,00	0,00	64.415,00	64.415,00	64.415,00	279.895,00						
TOTAL DA OBJECTIVO 1.2.0.												0,00	86.650,00	86.650,00	0,00	64.415,00	64.415,00	64.415,00	279.895,00						
TOTAL DA FUNÇÃO 1.												0,00	1.011.600,00	1.011.600,00	0,00	1.140.615,00	1.117.115,00	1.122.115,00	4.391.445,00						

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Início	Fim			2014			ANOS SEGUINTES			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+(i)
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
2.1.2.2. ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2.1.2.2.8. DIVERSAS INICIATIVAS RELACIONADAS COM ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR																			
2.1.2.2.8.003. Auxílios Económicos Pré-Escolar e 1º Ciclo																			
2.1.2.2.8.003.36	04.03.05	78/2014	Apoio para aquisição de livros e material escolar	O	DECCS		100%		01/14	12/15			15.000,00	15.000,00		10.000,00			25.000,00
2.1.2.2.8.003. Bolsas de Estudo de Ensino Superior																			
2.1.2.2.8.003.36	04.08.02	79/2014	Subsídios/Transferências	O	DECCS		100%		01/14	12/15			7.500,00	7.500,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	52.500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.1.2.2												0,00	22.500,00	22.500,00	0,00	25.000,00	15.000,00	15.000,00	77.500,00
2.1.2.6. COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA 2.1.2.6.1. ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA																			
2.1.2.6.1.001. Atividades de Animação e Apoio à Família-AAAF																			
2.1.2.6.1.001.26	02.02.17	80/2014	Publicidade e Divulgação	O	DECCS		100%		01/14	12/15			200,00	200,00		200,00			400,00
2.1.2.6.1.001.27	02.02.12	81/2014	Seguros	O	DECCS		100%		01/14	12/15			3.500,00	3.500,00		3.500,00			7.000,00
2.1.2.6.1.001.38	02.01.07	82/2014	Vestuário	O	DECCS		100%		01/14	12/15			500,00	500,00		500,00			1.000,00
2.1.2.6.1.001.39	02.02.25.99	83/2014	Outros Serviços	O	DECCS		100%		01/12	12/15			600,00	600,00		600,00			1.200,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.1.2.6													4.800,00	4.800,00	0,00	4.800,00	0,00	0,00	9.600,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.1.2.													640.600,00	640.600,00	0,00	674.300,00	659.500,00	659.500,00	2.633.900,00
TOTAL DO OBJECTIVO 2.1.													848.444,00	848.444,00	0,00	848.800,00	817.000,00	814.500,00	3.328.744,00
2.3. Segurança e Acção Sociais 2.3.2. ACÇÃO SOCIAL 2.3.2.1. INSERÇÃO SOCIAL 2.3.2.1.8. PROGRAMA DE LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL																			
2.3.2.1.8.001. Plano de Intervenção Social																			
2.3.2.1.8.001.26	02.02.17	84/2014	Divulgação	O	DECCS		100%		01/14	12/14			500,00	500,00					500,00
2.3.2.1.8.001.35	04.07.01	85/2014	Transferências para Inst Sem Fins Lucrativos	O	DECCS		100%		01/14	12/14			12.000,00	12.000,00		20.000,00	20.000,00	15.000,00	67.000,00
2.3.2.1.8.001.39	02.02.25.99	86/2014	Outros Serviços	O	DECCS		100%		01/14	12/14			400,00	400,00					400,00
2.3.2.1.8.002. Rede Social																			
2.3.2.1.8.002.17	02.02.20.99	87/2014	Trabalhos Especializados	O	DECCS		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
2.3.2.1.8.002.32	02.02.13	88/2014	Deslocações e Estadas	O	DECCS		100%		01/14	12/14			600,00	600,00					600,00
2.3.2.1.8.003. Programa Contrato Emprego Inserção e Emprego Inserção +																			
2.3.2.1.8.003.27	02.02.12	89/2014	Seguro	O	DECCS/SRH		100%		01/14	12/15			3.000,00	3.000,00		3.000,00			6.000,00
2.3.2.1.8.003.35	04.03.05	90/2014	Transferências / Escolas (vencimentos e subsídios)	O	DECCS/SRH		100%		01/14	12/15			30.000,00	30.000,00		30.000,00			60.000,00
2.3.2.1.8.003.36	04.08.02	91/2014	Transferências / Famílias (vencimentos e subsídios)	O	DECCS/SRH		100%		01/14	12/15			53.000,00	53.000,00		53.000,00			106.000,00
2.3.2.1.9. OUTROS PROGRAMAS DE APOIO SOCIAL																			
2.3.2.1.9.004. Cartão Sénior Municipal																			
2.3.2.1.9.004.26	02.02.17	92/2014	Divulgação	O	DECCS		100%		01/14	12/14			250,00	250,00					250,00
2.3.2.1.9.004.36	04.08.02	93/2014	Comparticipação	O	DECCS		100%		01/14	12/14			4.000,00	4.000,00					4.000,00
2.3.2.1.9.006. Gabinete de Psicologia																			
2.3.2.1.9.006.17	02.02.20.99	94/2014	Serviços Especializados	O	DECCS		100%		01/14	12/14			750,00	750,00					750,00
2.3.2.1.9.006.34	02.01.20	95/2014	Material didático	O	DECCS		100%		01/14	12/14			3.000,00	3.000,00					3.000,00
2.3.2.1.9.006.39	02.02.25.99	96/2014	Outros Serviços	O	DECCS		100%		01/14	12/14			375,00	375,00					375,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.3.2.1													109.375,00	109.375,00	0,00	106.000,00	20.000,00	15.000,00	250.375,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTES			TOTAL PREVISTO j)=c)+d)+g)+h)+i)
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
2.3.2.2. OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES																			
2.3.2.2.8. ATIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES																			
2.3.2.2.8.001. Programa Senior																			
2.3.2.2.8.001.17	02.02.20.99	97/2014	Trabalhos especializados	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			1.100,00	1.100,00					1.100,00
2.3.2.2.8.001.22	02.01.15	98/2014	Prémios e Ofertas	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			2.500,00	2.500,00					2.500,00
2.3.2.2.8.001.29	02.02.10	99/2014	Transporte	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			10.000,00	10.000,00					10.000,00
2.3.2.2.8.002. Campos de Férias																			
2.3.2.2.8.002.17	02.02.20.99	100/2014	Trabalhos Especializados	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			3.500,00	3.500,00					3.500,00
2.3.2.2.8.002.22	02.01.15	101/2014	Ofertas	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			3.000,00	3.000,00					3.000,00
2.3.2.2.8.002.24	02.01.21	102/2014	Outros Bens	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.3.2.2.8.002.27	02.02.12	103/2014	Seguro	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			3.000,00	3.000,00					3.000,00
2.3.2.2.8.002.29	02.02.10	104/2014	Transporte	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.3.2.2.8.002.34	02.01.20	105/2014	Material Didáctico	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.3.2.2.8.002.39	02.02.25.99	106/2014	Serviços diversos	O	DECCS/UD		100%		01/14	12/14			10.000,00	10.000,00					10.000,00
2.3.2.2.8.006. Programa "Estarreja Compartilha"																			
2.3.2.2.8.006.27	02.02.12	107/2014	Seguro	O	VARIOS		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
2.3.2.2.8.006.36	04.08.02	108/2014	Transferências/ Famílias	O	VARIOS		100%		01/14	12/14			6.000,00	6.000,00					6.000,00
2.3.2.2.8.006.38	02.01.07	109/2014	Vestuário	O	VARIOS		100%		01/14	12/14			500,00	500,00					500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.3.2.2.												44.100,00	44.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.100,00	
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.3.2.												153.475,00	153.475,00	0,00	106.000,00	20.000,00	15.000,00	294.475,00	
TOTAL DO OBJECTIVO 2.3.												153.475,00	153.475,00	0,00	106.000,00	20.000,00	15.000,00	294.475,00	
2.4. Habitação e Serviços Colectivos																			
2.4.2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																			
2.4.2.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																			
2.4.2.1.8. PLANOS MUNICIPAIS E OUTROS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL																			
2.4.2.1.8.001. Plano Director Municipal																			
2.4.2.1.8.001.20	02.01.18	110/2014	Documentação Técnica	O	SPU		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.4.2.1.8.001.44	02.02.14	111/2014	Relatórios Ambientais e outros	O	SPU		100%		01/14	12/14			1.400,00	1.400,00					1.400,00
2.4.2.1.8.005. Plano Municipal de Redução de Ruído																			
2.4.2.1.8.005.44	02.02.14	112/2014	Estudos e Consultadoria	O	SPU		100%		01/14	12/14			5.500,00	5.500,00					5.500,00
2.4.2.1.8.007. Plano Pormenor do Eco-Parque Empresarial de Estarreja																			
2.4.2.1.8.007.44	02.02.14	113/2014	Elaboração	O	SPU		100%		01/14	12/14			5.000,00	5.000,00					5.000,00
2.4.2.1.8.900. Instrumentos de Gestão Territorial -Diversos																			
2.4.2.1.8.900.46	02.02.25.02	114/2014	Publicitações	O	SPU		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.2.1.												0,00	14.400,00	14.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
2.4.2.5. REABILITAÇÃO URBANA E RURAL																			
2.4.2.5.8. PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO URBANA E RURAL																			
2.4.2.5.8.004. Projecto de Dinamização Comercial																			
2.4.2.5.8.004.35	04.07.01	125/2013	Participação	O	O A		100%		01/13	12/14			7.500,00	7.500,00					7.500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.2.5.												0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
2.4.2.6. SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA																			
2.4.2.6.8. SIG - INTERMUNICIPAL																			
2.4.2.6.8.001. Sistema de Informação Geográfica - SIG																			
2.4.2.6.8.001.17	02.02.20.99	115/2014	Serviços de Manutenção	O	SPU		100%		03/14	12/17			5.000,00	5.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00		27.500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.2.6.												0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	27.500,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS								
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTES			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+i)		
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017			
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)			
2.4.2.7. ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE 2.4.2.7.8. PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE																					
2.4.2.7.8.001.			Plano Municipal da Promoção de Acessibilidades																		
2.4.2.7.8.001.18	04.05.01.04	71/2012	Comparticipação_CIRA_Plano Intermunicipal de Mobilidade	O	SPU	28%	72%	01/12	05/13			14.940,00	14.940,00							14.940,00	
2.4.2.7.8.001.23	02.02.15	65/2012	Formação	O	SPU	28%	72%	01/12	05/13			2.460,00	2.460,00							2.460,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.2.7.												0,00	17.400,00	17.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.400,00		
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.2.												0,00	44.300,00	44.300,00	0,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	66.800,00		
2.4.3. SANEAMENTO 2.4.3.1. REDE DE SANEAMENTO 2.4.3.1.8. REDE EXISTENTE NO CONCELHO																					
2.4.3.1.8.001.			Rede de Saneamento Existente																		
2.4.3.1.8.001.17	02.02.20.05	72/2012	Trat. Águas Residuais/SIMRIA - Serviços Especializados	O	DOMA	100%		01/12	12/15			238.832,52	119.500,00	119.500,00		59.750,00				418.082,52	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.3.1.												238.832,52	119.500,00	119.500,00	0,00	59.750,00	0,00	0,00	418.082,52		
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.3.												238.832,52	119.500,00	119.500,00	0,00	59.750,00	0,00	0,00	418.082,52		
2.4.5. RESÍDUOS SÓLIDOS 2.4.5.1. HIGIENE E LIMPEZA PÚBLICA 2.4.5.1.8. LIMPEZA PÚBLICA - TODO O CONCELHO																					
2.4.5.1.8.001.			Limpeza Pública																		
2.4.5.1.8.001.17	02.02.20.03	116/2014	Aquisição de serviços de limpeza	O	SHLP	100%		01/14	12/17			15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		60.000,00		
2.4.5.1.8.001.21	02.01.17	117/2014	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		SHLP	100%		01/14	12/14			2.500,00	2.500,00						2.500,00		
2.4.5.1.8.001.24	02.01.21	118/2014	Material Diverso	O	SHLP	100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00						1.500,00		
2.4.5.1.8.001.47	02.01.09	119/2014	Produtos diversos	O	SHLP	100%		01/14	12/17			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00		
2.4.5.1.8.001.52	04.05.01.02	120/2014	Limpeza de passeios e logradouros_Freguesias		SHLP	100%		01/14	12/17			4.450,00	4.450,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		19.450,00		
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.5.1												0,00	28.450,00	28.450,00	0,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	103.450,00		
2.4.5.2. RECOLHA DE R.S.U. 2.4.5.2.8. RECOLHA TRATAMENTO E DESINFECÇÃO - TODO O CONCELHO																					
2.4.5.2.8.001.			RSU - Recolha, Tratamento e desinfeção- Todo o Concelho																		
2.4.5.2.8.001.14	02.01.14	121/2014	Infraestruturas de RSU - Diverso Material	O	SHLP	100%		01/14	12/14			8.000,00	8.000,00						8.000,00		
2.4.5.2.8.001.17	02.02.20.01	77/2012	Recolha, desinfeção e tratamento de R.S.U.	O	SHLP	100%		01/12	12/16			600.000,00	600.000,00		600.000,00	600.000,00	600.000,00		2.400.000,00		
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.5.2												0,00	608.000,00	608.000,00	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.408.000,00		
2.4.5.8.8. PROJECTOS DE SENSIBILIZAÇÃO DE RECOLHA SELECTIVA																					
2.4.5.8.8.001.			Reciclagem de óleos domésticos usados																		
2.4.5.8.8.001.17	02.02.20.99	122/2014	Prestação de Serviços	O	SHLP	100%		01/14	12/16			750,00	750,00		750,00	750,00	750,00		3.000,00		
2.4.5.8.8.001.26	02.02.17	123/2014	Publicidade	O	SHLP	100%		01/14	12/14			500,00	500,00						500,00		
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.5.8												0,00	1.250,00	1.250,00	0,00	750,00	750,00	750,00	3.500,00		
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.5.												0,00	637.700,00	637.700,00	0,00	625.750,00	625.750,00	625.750,00	2.514.950,00		
2.4.6. PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA 2.4.6.1. SALUBRIDADE E HIGIENE PÚBLICA 2.4.6.1.9. SALUBRIDADE E HIGIENE PÚBLICA																					
2.4.6.1.9.002.			Ensaio e Estudos de Incomodidade Acústica																		
2.4.6.1.9.002.44	02.02.14	124/2014	Ensaio e estudos	O	SUA	100%		01/14	12/16			1.500,00	1.500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.500,00		
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.1												0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.500,00		

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+(i)
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
2.4.6.2. FONTES, FONTANÁRIOS PÚBLICOS																			
2.4.6.2.8. FONTES, FONTANÁRIOS DO CONCELHO																			
2.4.6.2.8.001. Fontes e Fontanários do Concelho																			
2.4.6.2.8.001.08	02.02.03	125/2014	Pequenas Reparções	O	DOM		100%		01/14	12/14			500,00	500,00					500,00
2.4.6.2.8.001.14	02.01.14	126/2014	Diverso Material de manutenção e conservação	O	DOM		100%		01/14	12/14			4.000,00	4.000,00					4.000,00
2.4.6.2.8.001.37	02.02.19	127/2014	Contrato de Manutenção e Assistência	O	DOM		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.2												0,00	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
2.4.6.3. GESTÃO DE ANIMAIS ERRANTES																			
2.4.6.3.8. GESTÃO DE ANIMAIS ERRANTES																			
2.4.6.3.8.003. Gestão de Animais Errantes																			
2.4.6.3.8.003.14	02.01.14	128/2014	Material Diverso	O	SHLP		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
2.4.6.3.8.003.17	02.02.20.99	129/2014	Prestação de Serviços	O	SHLP		100%		01/14	12/17			7.000,00	7.000,00		5.550,00	5.550,00	5.550,00	23.650,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.3												0,00	8.500,00	8.500,00	0,00	5.550,00	5.550,00	5.550,00	25.150,00
2.4.6.6. JARDINS																			
2.4.6.6.8. JARDINS PÚBLICOS DO CONCELHO																			
2.4.6.6.8.001. Jardins Públicos do Concelho																			
2.4.6.6.8.001.14	02.01.14	130/2014	Peças e Acessórios	O	SEV		100%		01/14	12/14			2.600,00	2.600,00					2.600,00
2.4.6.6.8.001.17	02.02.20.99	131/2014	Aquis. Serviços - Execução e Manutenção de Jardins e Estu	O	SEV		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.4.6.6.8.001.21	02.01.17	132/2014	Ferramentas de desgaste rápido	O	SEV		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.4.6.6.8.001.24	02.01.21	133/2014	Manutenção de Jardins- Diverso Material	O	SEV		100%		01/14	12/14			1.200,00	1.200,00					1.200,00
2.4.6.6.8.001.35	04.07.01	134/2014	Comparticipação - AMUPB	O	O A/SEV		100%		01/14	12/17			4.500,00	4.500,00		4.500,00	4.500,00	4.500,00	18.000,00
2.4.6.6.8.001.42	02.01.01	135/2014	Manutenção de Jardins- Matérias-primas	O	SEV		100%		01/14	12/14			14.500,00	14.500,00					14.500,00
2.4.6.6.8.001.47	02.01.09	136/2014	Produtos Quimicos	O	SEV		100%		01/14	12/14			2.000,00	2.000,00					2.000,00
2.4.6.6.8.001.52	04.05.01.02	137/2014	Comparticipação - Juntas de Freguesia	O	SEV		100%		01/14	12/17			30.000,00	30.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
2.4.6.6.8.001.60	02.02.01	138/2014	Consumo de água sistemas de rega	O	SEV		100%		01/14	12/14			15.000,00	15.000,00					15.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.6												0,00	71.800,00	71.800,00	0,00	34.500,00	34.500,00	34.500,00	175.300,00
2.4.6.7. REABILITAÇÃO PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL																			
2.4.6.7.8. PROJETOS E ACÇÕES REABILITAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGISTICA																			
2.4.6.7.8.001. Plano de Requalificação da Rede Hidrográfica																			
2.4.6.7.8.001.17	02.02.20.99	139/2014	Trabalhos Especializados_Análise e Aferições	O	SUA		100%		01/14	12/17			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
2.4.6.7.8.001.24	02.01.21	140/2014	Diverso Material	O	SUA		100%		01/14	12/14			650,00	650,00					650,00
2.4.6.7.8.001.40	02.02.02	141/2014	Limpeza	O	SUA		100%		01/14	12/17			30.000,00	30.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	105.000,00
2.4.6.7.8.001.47	02.01.09	142/2014	Produtos Quimicos	O	SUA		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
2.4.6.7.8.001.52	04.05.01.02	143/2014	Limpeza - Participação Juntas de Freguesia	O	O A/SUA		100%		01/14	12/14			13.600,00	13.600,00					13.600,00
2.4.6.7.8.003. Percursos na Natureza/Eco-Turismo -Projecto BIORIA/Estação Viva																			
2.4.6.7.8.003.08	02.02.03	144/2014	Conservação de Bens	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			500,00	500,00					500,00
2.4.6.7.8.003.17	02.02.20.99	145/2014	Trabalhos Especializados	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			17.500,00	17.500,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	47.500,00
2.4.6.7.8.003.22	02.01.15	146/2014	Ofertas	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00
2.4.6.7.8.003.24	02.01.21	147/2014	Outros bens	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			1.800,00	1.800,00					1.800,00
2.4.6.7.8.003.26	02.02.17	148/2014	Publicidade e Divulgação	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			10.000,00	10.000,00					10.000,00
2.4.6.7.8.003.27	02.02.12	149/2014	Seguro	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			150,00	150,00					150,00
2.4.6.7.8.003.32	02.02.13	150/2014	Deslocações e Estadas	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
2.4.6.7.8.003.34	02.02.08	151/2014	Locação de Bens	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00					1.500,00
2.4.6.7.8.003.40	02.02.20.03	152/2014	Limpeza de Vegetação	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
2.4.6.7.8.003.52	04.05.01.02	153/2014	Comparticipação_Junta de Freguesia	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
2.4.6.7.8.003.54	02.01.16.03	154/2014	Merchandising	O	BIORIA		100%		01/14	12/14			2.000,00	2.000,00					2.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Inicio	Fim			2014			ANOS SEGUINTES			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+i)	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		
2.4.6.7.8.006.			ObservaRia (Feira Internacional)																	
2.4.6.7.8.006.17	02.02.20.99	155/2014	Trabalhos Especializados	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	
2.4.6.7.8.006.26	02.02.17	156/2014	Publicidade e Divulgação	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	
2.4.6.7.8.006.32	02.02.13	157/2014	Deslocações e Estadas	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	
2.4.6.7.8.006.34	02.02.08	158/2014	Locação de Bens	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			8.000,00	8.000,00		8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00	
2.4.6.7.8.006.39	02.02.25.99	159/2014	Outros serviços	O	BIORIA		100%		01/14	12/17			500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2.000,00	
TOTAL DO PROGRAMA /2.4.6.7											0,00	99.700,00	99.700,00	0,00	53.000,00	53.000,00	53.000,00	258.700,00		
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 2.4.6.											0,00	187.000,00	187.000,00	0,00	94.050,00	94.050,00	94.050,00	469.150,00		
TOTAL DO OBJECTIVO 2.4.											238.832,52	988.500,00	988.500,00	0,00	787.050,00	727.300,00	727.300,00	3.468.982,52		
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos																				
2.5.1. CULTURA																				
2.5.1.1. ANIMAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL																				
2.5.1.1.8. ANIMAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL - PROJETOS E EVENTOS																				
2.5.1.1.8.001.			Festas de Santo António, da Cidade e do Município/2013																	
2.5.1.1.8.001.17	02.02.20.99	160/2014	Trabalhos especializados	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			40.000,00	40.000,00					40.000,00	
2.5.1.1.8.001.22	02.01.15	161/2014	Prémios e Ofertas	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			2.700,00	2.700,00					2.700,00	
2.5.1.1.8.001.26	02.02.17	162/2014	Publicidade e Divulgação	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			750,00	750,00					750,00	
2.5.1.1.8.001.30	02.02.08	163/2014	Locação de bens	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			4.500,00	4.500,00					4.500,00	
2.5.1.1.8.001.31	02.02.18	164/2014	Vigilância e Segurança	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.5.1.1.8.001.32	02.02.13	165/2014	Deslocações e Estadas	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			2.000,00	2.000,00					2.000,00	
2.5.1.1.8.001.35	04.07.01	166/2014	Comparticipação Marchas de Sto António	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			11.000,00	11.000,00					11.000,00	
2.5.1.1.8.001.39	02.02.25.99	167/2014	Outros serviços	O	O A/DECCS		100%		05/14	16/14			500,00	500,00					500,00	
2.5.1.1.8.002.			Festarreja '14																	
2.5.1.1.8.002.17	02.02.20.99	168/2014	Trabalhos especializados	O	O A/DECCS		100%		09/14	10/14			20.000,00	20.000,00					20.000,00	
2.5.1.1.8.002.26	02.02.17	169/2014	Publicidade e Divulgação	O	O A/DECCS		100%		09/14	10/14			300,00	300,00					300,00	
2.5.1.1.8.002.30	02.02.08	170/2014	Locação de bens	O	O A/DECCS		100%		09/14	10/14			3.500,00	3.500,00					3.500,00	
2.5.1.1.8.002.31	02.02.18	171/2014	Vigilância e Segurança	O	O A/DECCS		100%		09/14	10/14			300,00	300,00					300,00	
2.5.1.1.8.002.32	02.02.13	172/2014	Deslocações e Estadas	O	O A/DECCS		100%		09/14	10/14			500,00	500,00					500,00	
2.5.1.1.8.002.39	02.02.25.99	173/2014	Outros serviços	O	O A/DECCS		100%		09/14	10/14			250,00	250,00					250,00	
2.5.1.1.8.004.			Carnaval/2014																	
2.5.1.1.8.004.17	02.02.20.99	174/2014	Trabalhos especializados	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			2.500,00	2.500,00					2.500,00	
2.5.1.1.8.004.26	02.02.17	175/2014	Publicidade e Divulgação	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			3.000,00	3.000,00					3.000,00	
2.5.1.1.8.004.29	02.02.10	176/2014	Transporte	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			500,00	500,00					500,00	
2.5.1.1.8.004.30	02.02.08	177/2014	Locação de bens	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			500,00	500,00					500,00	
2.5.1.1.8.004.31	02.02.18	178/2014	Vigilância e Segurança	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			6.000,00	6.000,00					6.000,00	
2.5.1.1.8.004.32	02.02.13	179/2014	Deslocações e Estadas	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			500,00	500,00					500,00	
2.5.1.1.8.004.35	04.07.01	180/2014	Comparticipações	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			60.000,00	60.000,00					60.000,00	
2.5.1.1.8.004.39	02.02.25.99	181/2014	Outros serviços	O	O A/DECCS		100%		02/14	03/14			1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.5.1.1.8.005.			Exposições / Divulgação																	
2.5.1.1.8.005.24	02.01.21	182/2014	Material gráfico	O	O A/DECCS		100%		01/14	12/14			2.000,00	2.000,00					2.000,00	
2.5.1.1.8.005.26	02.02.17	183/2014	Divulgação	O	O A/DECCS		100%		01/14	12/14			250,00	250,00					250,00	
2.5.1.1.8.005.27	02.02.12	184/2014	Seguros	O	O A/DECCS		100%		01/14	12/14			250,00	250,00					250,00	
2.5.1.1.8.005.39	02.02.25.99	185/2014	Outros serviços	O	O A/DECCS		100%		01/14	12/14			350,00	350,00					350,00	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS							
						AC	AA	FC	Início	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO j)=(c)+d)+g)+h)+i)	
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017		
													d)=e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)		
2.5.1.1.8.023. Programação Anual da Biblioteca																				
2.5.1.1.8.023.17	02.02.20.99	222/2014	Trabalhos especializados	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.1.8.023.22	02.01.15	223/2014	Ofertas e Prémios	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			250,00	250,00						250,00
2.5.1.1.8.023.24	02.01.21	224/2014	Outros bens - jornais e revistas	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			4.500,00	4.500,00						4.500,00
2.5.1.1.8.023.26	02.02.17	225/2014	Publicidade e Divulgação	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.1.8.023.30	02.02.08	226/2014	Locação de bens	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.1.8.023.32	02.02.13	227/2014	Deslocações e Estadas	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.1.8.023.34	02.01.20	228/2014	Material Didáctico	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.1.8.023.39	02.02.25.99	229/2014	Outros serviços	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			1.500,00	1.500,00						1.500,00
2.5.1.1.8.024. Bibliotecas Escolares - Plano Nacional de Leitura																				
2.5.1.1.8.024.20	02.01.20	230/2014	Fundos Documentais	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			2.500,00	2.500,00						2.500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.5.1.1												0,00	415.650,00	415.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.650,00	
2.5.1.2. GEMINAÇÕES																				
2.5.1.2.8. GEMINAÇÕES LA RICHE/PORTO NOVO																				
2.5.1.2.8.001. Geminações La Riche/Porto Novo																				
2.5.1.2.8.001.22	02.01.15	231/2014	Ofertas	O	O A/DECCS	100%			01/14	12/14			300,00	300,00						300,00
2.5.1.2.8.001.29	02.02.10	232/2014	Tranportes	O	O A/DECCS	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.2.8.001.32	02.02.13	233/2014	Deslocações e Estadas	O	O A/DECCS	100%			01/14	12/14			450,00	450,00						450,00
2.5.1.2.8.001.34	02.01.20	234/2014	Trabalhos Gráficos	O	O A/DECCS	100%			01/14	12/14			300,00	300,00						300,00
2.5.1.2.8.001.39	02.02.25.99	235/2014	Outros serviços	O	O A/DECCS	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.5.1.2												0,00	2.050,00	2.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,00	
2.5.1.3. EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES CULTURAIS																				
2.5.1.3.1. EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE AVANCAIS																				
2.5.1.3.1.001. Casa Museu Egas Moniz/Moinho de Meias																				
2.5.1.3.1.001.17	02.02.20.99	236/2014	Trabalhos Especializados	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			1.500,00	1.500,00						1.500,00
2.5.1.3.1.001.18	04.07.01	237/2014	Cota Anual Assoc Portuguesa de Casas Museu	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.3.1.001.20	02.01.18	238/2014	Livros e documentação Técnica	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			250,00	250,00						250,00
2.5.1.3.1.001.24	02.01.08	239/2014	Material de conservação	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			500,00	500,00						500,00
2.5.1.3.1.001.26	02.02.17	240/2014	Publicidade e Divulgação	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			750,00	750,00						750,00
2.5.1.3.1.001.38	02.01.07	241/2014	Vestuário e artigos pessoais	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			250,00	250,00						250,00
2.5.1.3.1.001.39	02.02.25.99	242/2014	Outros Serviços	O	MUSEU	100%			01/14	12/14			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.1.3.2. EDIFÍCIOS NA FREGUESIA DE BEDUÍDO E VEIROS																				
2.5.1.3.2.001. Biblioteca Municipal																				
2.5.1.3.2.001.08	02.02.03	243/2014	Pequenas Reparações e Conservações	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			500,00	500,00		500,00		500,00	500,00	2.000,00
2.5.1.3.2.001.20	02.01.20	244/2014	Fundos Documentais	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	40.000,00
2.5.1.3.2.001.38	02.01.07	245/2014	Vestuário e artigos pessoais	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			250,00	250,00		0,00		0,00	0,00	250,00
2.5.1.3.2.001.40	02.02.02	246/2014	Limpeza	O	BIBLIO	100%			01/14	12/17			4.000,00	4.000,00		4.500,00		4.500,00	4.500,00	17.500,00
2.5.1.3.2.002. Cine-Teatro Municipal de Estarreja																				
2.5.1.3.2.002.40	02.02.02	247/2014	Limpeza	O	CTE	100%			01/14	12/17			9.000,00	9.000,00		9.000,00		9.000,00	9.000,00	36.000,00
2.5.1.3.8. EDIFÍCIOS DIVERSOS DO CONCELHO																				
2.5.1.3.8.001. Pólos de Leitura do Concelho																				
2.5.1.3.8.001.18	04.05.01.02	248/2014	Transferências/Juntas de Freguesia	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			4.200,00	4.200,00		4.500,00		4.500,00	4.500,00	17.700,00
2.5.1.3.8.001.20	02.01.20	249/2014	Fundos Documentais/Material Didáctico	A/O	BIBLIO	100%			01/13	12/13			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.1.3.8.001.24	02.01.21	250/2014	Outros Bens -Jornais	O	BIBLIO	100%			01/14	12/14			300,00	300,00						300,00
TOTAL DO PROGRAMA /2.5.1.3												0,00	34.000,00	34.000,00	0,00	28.500,00	28.500,00	28.500,00	119.500,00	

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS						
						AC	AA	FC	Início	Fim			2014			ANOS SEGUINTE			TOTAL PREVISTO j)=c)+(d)+(g)+(h)+(i)
													TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016	2017	
													d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)	i)	
3.2. Indústria e Energia 3.2.1. INDUSTRIA 3.2.1.1. CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE PARQUES INDUSTRIAS 3.2.1.1.8. ECO-PARQUE EMPRESARIAL DE ESTARREJA																			
3.2.1.1.8.001.			Eco-Parque Empresarial de Estarreja																
3.2.1.1.8.001.22	02.01.15	287/2014	Ofertas	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			1.500,00	1.500,00						1.500,00
3.2.1.1.8.001.31	02.02.18	288/2014	Vigilância e Segurança	O	O A/EPDS	100%		01/12	12/17			250,00	250,00	250,00	250,00	250,00			1.000,00
3.2.1.1.8.001.26	02.02.17	289/2014	Publicidade e Divulgação	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.2.1.1.8.001.30	02.02.08	290/2014	Locação de Bens	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			1.000,00	1.000,00						1.000,00
3.2.1.1.8.001.32	02.02.13	291/2014	Deslocações e Estadas	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			2.000,00	2.000,00						2.000,00
3.2.1.1.8.001.37	02.02.19	292/2014	Assistência técnica	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/17			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.000,00
3.2.1.1.8.001.40	02.02.20.03	293/2014	Limpeza pública	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/17			15.000,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00			70.000,00
3.2.1.1.8.001.44	02.02.14	294/2014	Estudos e Consultadoria (Assessorias, Medições, peritagem)	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/17			42.500,00	42.500,00	40.000,00	20.000,00	20.000,00			122.500,00
3.2.1.1.8.001.55	02.01.02.99	295/2014	Combustíveis (Gás Propano e Gás a granel)	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/17			2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00			10.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /3.2.1.1.												0,00	70.750,00	70.750,00	0,00	58.750,00	43.750,00	43.750,00	217.000,00
3.2.1.2. FOMENTO ECONÓMICO 3.2.1.2.8. PROJETOS DE INVESTIMENTO INDUSTRIAS																			
3.2.1.2.8.003.			Projeto RUCI																
3.2.1.2.8.003.26	02.02.17	296/2014	Publicidade e Divulgação	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			2.000,00	2.000,00						2.000,00
3.2.1.2.8.003.26	02.02.20.99	297/2014	Trabalhos especializados	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			22.000,00	22.000,00						22.000,00
3.2.1.2.8.003.18	04.05.01.04	298/2014	Comparticipação - CIRA	O	O A/EPDS	100%		01/14	12/14			95.000,00	95.000,00						95.000,00
TOTAL DO PROGRAMA /3.2.1.2.												0,00	119.000,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 3.2.1.												0,00	189.750,00	189.750,00	0,00	58.750,00	43.750,00	43.750,00	336.000,00

Objectivo	Código de Classificação Económica	Nº do Projecto Acção a)	Designação do Projecto Acção b)	Forma de Realização	Responsável	Fonte de Financiamento			Datas		Fases de Execução	Realizado c)	DESPESAS										
						2014			ANOS SEGUINTE				TOTAL PREVISTO j)=c)+d)+g)+h)+i)										
						TOTAL	Financ. Definido	Financ. a Definir	2015	2016				2017									
						d) =e)+f)	e)	f)	g)	h)				i)									
3.2.2. ENERGIA																							
3.2.2.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA																							
3.2.2.1.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO																							
3.2.2.1.8.001.			Rede de Iluminação Pública																				
3.2.2.1.8.001.08	02.02.03	299/2014	Pequenas Reparações	O	DOM	100%		01/14	12/14				1.000,00	1.000,00							1.000,00		
3.2.2.1.8.001.37	02.02.19	300/2014	Manutenção de Iluminação Correctiva e Decorativa	O	DOM	100%		01/14	12/14				1.000,00	1.000,00							1.000,00		
3.2.2.1.8.001.60	02.02.25.03	301/2014	Consumo de Energia	O	DOM	100%		01/14	12/17				569.500,00	569.500,00		520.000,00	500.000,00		480.000,00		2.069.500,00		
TOTAL DO PROGRAMA /3.2.2.1.												0,00	571.500,00	571.500,00	0,00	520.000,00	500.000,00	480.000,00	2.071.500,00				
TOTAL DA SUBFUNÇÃO 3.2.2.												0,00	571.500,00	571.500,00	0,00	520.000,00	500.000,00	480.000,00	2.071.500,00				
TOTAL DO OBJECTIVO 3.2.0												0,00	761.250,00	761.250,00	0,00	578.750,00	543.750,00	523.750,00	2.407.500,00				
TOTAL DA FUNÇÃO 3.												0,00	765.050,00	765.050,00	0,00	578.750,00	543.750,00	523.750,00	2.411.300,00				
TOTAL GERAL												238.832,52	4.629.169,00	4.629.169,00	0,00	3.841.715,00	3.603.165,00	3.581.165,00	15.894.046,52				

Órgão Executivo

Em, ____ de _____ de 20

Órgão Deliberativo

Em, ____ de _____ de 20

MAPAS DE PESSOAL



Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Casa Museu Egas Moniz													
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em História	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										2	Escolaridade mínima obrigatória	2	
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	0	1	0	2		4	
Cine-Teatro													
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	1 Assistente Técnico a preencher por procedimento concursal, mas ocupado através de mobilidade interna
Competência 5 Actividade: Operacional										2	Escolaridade mínima obrigatória	2	
<i>Subtotal</i>		0	0	0	0	0	0	1	0	2		3	
Gabinete do Eco-Parque Empresarial e do Desenvolvimento Sustentável													
Competência Actividade:												0	
<i>Subtotal</i>		0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	
Gabinete de Apoio ao Presidente													
	Chefe de Gabinete			1								1	
	Secretários							1		1		2	
	Apoio									1		1	
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	0	1	0	2	0	4	

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja								Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações	
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Gabinete da Protecção Civil e Florestal													
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Eng.º Florestal e HST	1	
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	0	0	0	0		1	
BIORIA													
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura	1	
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	0	0	0	0		1	
Gabinete de Qualidade e Auditoria Interna													
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura	1	A trabalhadora encontra-se em mobilidade noutra Órgão/Serviço
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	0	0	0	0		1	
Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Turismo													
Competência 2 Actividade: Técnica				3							Licenciatura	3	1 Técnico Superior a preencher por procedimento concursal por tempo indeterminado - aguarda contratação face à LGOE 2013
<i>Subtotal</i>		0	3	0	0	0	0	0	0	0		3	

Totais gerais

0	8	0	0	0	3	0	6		17
---	---	---	---	---	---	---	---	--	----



Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de atividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão Administrativa e Jurídica													
Competência 1 Actividade: Direcção e Chefia			1								Licenciatura	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura	1	1 Técnico Superior desempenha funções de Chefe de Divisão
		<i>Subtotal</i>	1	1	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade de Expediente Geral e Notariado						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								3			12º Ano de Escolaridade	3	1 dos Assistentes Técnico desempenha funções de apoio no GAP
Competência 5 Actividade: Operacional										5	Escolaridade mínima obrigatória	5	1 dos Assistentes Operacionais desempenha funções no GAV
		<i>Subtotal</i>	0	0	0	0	1	3	0	5		9	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Recursos Humanos			1							Licenciatura	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								2			12º Ano de Escolaridade	2	
		<i>Subtotal</i>	0	1	0	0	0	2	0	0		3	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade de Atendimento ao Municípe						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								3			12º Ano de Escolaridade	3	
Competência 5 Actividade: Operacional										1	Escolaridade mínima obrigatória	1	
		<i>Subtotal</i>	0	0	0	0	1	3	0	0		5	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade de Taxas, Licenças, Mercados e Metrologia						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								2			12º Ano de Escolaridade/ Curso específico	2	
Competência 5 Actividade: Operacional										2	Escolaridade mínima obrigatória	2	
		<i>Subtotal</i>	0	0	0	0	1	2	0	2		5	

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de atividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Arquivo			1							Licenciatura	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										1	Escolaridade mínima obrigatória	1	
<i>Subtotal</i>		<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>3</i>	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Consultadoria e Contencioso			0							Licenciatura em Direito	0	
<i>Subtotal</i>		<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>		<i>0</i>	
Competência 4 Actividade: Administrativa	Sector de Contra-Ordenações e Execuções Fiscais							1			12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>		<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>		<i>1</i>	
Competência 2/A Actividade: Especialista de Informática/ Coordenação	Sector de Informática e Telecomunicações				1						Licenciatura	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura	1	
Competência 4/A Actividade: Técnica de Informática						1					12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>		<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>		<i>4</i>	
Competência 2 Actividade: Técnica/ Fiscalizadora	Sector de Fiscalização Municipal e Sanitária			1							Licenciatura em Medicina Veterinária	1	
Competência 4/B Actividade: Fiscalização/ Administrativa								4			12º Ano de Escolaridade + Curso Especifico	4	
<i>Subtotal</i>		<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>4</i>	<i>0</i>	<i>0</i>		<i>5</i>	
Totais gerais			1	5	1	1	3	17	0	8		37	

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica /centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Educação, Cultura e Coesão Social													
Competência 1 Actividade: Direcção e Chefia			1								Licenciatura	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Psicologia	1	1 Técnico Superior desempenha funções de Chefe de Divisão
<i>Subtotal</i>			1	1	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 4 Actividade: Administrativa	Sector de Gestão Equipamentos Educativos							2			12º Ano de Escolaridade	2	
<i>Subtotal</i>			0	0	0	0	0	2	0	0		2	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Serviços Educativos			1							Licenciatura em Psicologia	1	
Competência 5 Actividade: Operacional									20		Escolaridade mínima obrigatória	20	
<i>Subtotal</i>			0	1	0	0	0	0	0	20		21	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Acção Social e Habitação			2							Licenciatura	2	
<i>Subtotal</i>			0	2	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector dos Seniores			1							Licenciatura	1	
<i>Subtotal</i>			0	1	0	0	0	0	0	0		1	
Competência 5 Actividade: Operacional	Sector da Juventude									1	Escolaridade mínima obrigatória	1	1 dos Assistentes Operacionais desempenha funções no GAV
<i>Subtotal</i>			0	0	0	0	0	0	0	1		1	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector da Cultura			1							Licenciatura em Biblioteca e Documentação	1	
Competência 4 Actividade: Técnica/Administrativa								6			12º Ano + Curso Especifico	6	
Competência 5 Actividade: Operacional										2		Escolaridade mínima obrigatória	2
<i>Subtotal</i>			0	1	0	0	0	6	0	2		9	

Totais gerais	1	6	0	0	0	8	0	23	0	38
----------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	----------	-----------

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de atividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão Económica e Financeira													
Competência 1 Actividade: Direcção e Chefia			1									1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Economia	1	1 Técnico Superior desempenha funções de Chefe de Divisão
<i>Subtotal</i>			1	1	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade de Contabilidade						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Contabilidade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>			0	1	0	0	1	1	0	0	0	3	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade de Aprovisionamento e Contratação Pública						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Secretariado e Administração	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								5			12º Ano de Escolaridade	5	
Competência 5 Actividade: Chefia Operacional									1		Escolaridade mínima obrigatória	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										1	Escolaridade mínima obrigatória	1	
<i>Subtotal</i>			0	1	0	0	1	5	1	1		9	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Património			1							Licenciatura	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>			0	1	0	0	0	1	0	0		2	
Competência 3 Actividade: Coordenação/ Administrativa	Sector de Tesouraria						1				12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>			0	0	0	0	1	0	0	0		1	

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja								Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações	
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Competência 2 Actividade: Técnica (Desenvolvimento Económico de	Sector de Desenvolvimento e Gestão			1							Licenciatura em Gestão	1	
Competência 2 Actividade: Técnica (Auditoria e Controlo Operativo)				1							Licenciatura em Contabilidade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>			0	2	0	0	0	1	0	0		3	

Totais gerais		1	6	0	0	3	8	1	1		20
----------------------	--	---	---	---	---	---	---	---	---	--	----

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de atividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Gestão Urbanística e Territorial													
Competência 1 Actividade: Direcção e Chefia			1									1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Engenharia Civil	1	1 Técnico Superior desempenha funções de Chefe de Divisão
<i>Subtotal</i>			1	1	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade Asministrativa de Obras Particulares						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 4 Actividade: Administrativa								4			12º Ano de Escolaridade	4	1 Assistente Técnico a preencher por procedimento concursal, por tempo indeterminado, mas ocupado através de mobilidade interna
Competência 5 Actividade: Operacional										2	Escolaridade mínima obrigatória	2	
<i>Subtotal</i>			0	0	0	0	1	4	0	2		7	
Competência 4 Actividade: Técnica/Administrativa	Sector de Acompanhamento Técnico de Obras							0			12º Ano de Escolaridade + curso específico	0	
<i>Subtotal</i>			0	0	0	0	0	0	0	0		0	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Análise Técnica			2							Licenciatura em Arquitectura	2	
<i>Subtotal</i>			0	2	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 2 - Anexo 2 Actividade: Técnica	Sector de Planeamento Urbanístico			2							Licenciatura	2	
<i>Subtotal</i>			0	2	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 3 - Anexo 3 Actividade: Técnica	Sector de Inventariação e Gestão de Informação Geográfica			3							Licenciatura	3	
<i>Subtotal</i>			0	3	0	0	0	0	0	0		3	

Totais gerais	1	8	0	0	1	4	0	2	16
----------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
Departamento de Obras Municipais e Ambiente													
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Competência 1 Actividade: Direcção e Chefia		1										1	
Competência 2 Actividade: Técnica				2							Licenciatura em Engenharia Civil	2	1 Técnico Superior desempenha funções de Director de Departamento 1 Técnico Superior a exercer funções de eleito local: Vereador
<i>Subtotal</i>		<i>1</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>		<i>3</i>	
Competência 3 Actividade: Coordenação	Subunidade Administrativa de Obras Municipais						1				12º Ano de Escolaridade	1	
Competência 4 Actividade: Técnica/Administrativa								3			12º Ano de Escolaridade	3	
<i>Subtotal</i>		<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>0</i>	<i>0</i>		<i>4</i>	
Total		1	0	2	0	0	1	3	0	0		7	

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Obras Municipais													
Competência 1 Actividade: Direcção/Chefia			1								Licenciatura	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Licenciatura em Engenharia Civil	1	1 Técnico Superior desempenha funções de Chefe de Divisão
<i>Subtotal</i>		0	1	1	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Estudos e Projectos			1							Licenciatura	1	
Competência 4 Actividade: Técnica/ Administrativa								4			12º Ano de Escolaridade + Curso Específico	4	
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	4	0	0		5	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Obras por Administração Directa			1							Licenciatura em Engenharia Electrotécnica	1	
Competência 5 Actividade: Chefia Operacional									1		Escolaridade mínima obrigatória	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										9		Escolaridade mínima obrigatória	9
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	0	1	9		11	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector Técnico de Contratos Públicos			1							Licenciatura em Engenharia Civil + curso de HST	1	
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	0	0	0		1	
Total		0	1	4	0	0	0	4	1	9		19	

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Equipamentos e Vias													
Competência 1 Actividade: Direcção/Chefia			1								Bacharelato	1	
Competência 2 Actividade: Técnica				1							Bacharelato em Engenharia Civil	1	1 Técnico Superior desempenha funções de Chefe de Divisão
<i>Subtotal</i>		0	1	1	0	0	0	0	0	0		2	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Vias			1							Licenciatura	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										16	Escolaridade mínima obrigatória	16	
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	0	0	16		17	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Manutenção e Equipamento			1							Licenciatura	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										3	Escolaridade mínima obrigatória	3	
Competência 5 Actividade: Operacional											5	Escolaridade mínima obrigatória + curso específico	5
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	0	0	8		9	
Total		0	1	3	0	0	0	0	0	24		28	

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Artigo 5.º LVCR											
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Sector de Serviços Urbanos e Ambiente													
Competência 1 Actividade: Direcção/Chefia	Sector de Serviços Urbanos e Ambiente			1							Bacharelato	1	
Competência 4 Actividade: Técnica/Administrativa								1			12º Ano de Escolaridade	1	
<i>Subtotal</i>			0	0	1	0	0	0	1	0	0		2
Competência 2 Actividade: Técnica	Subunidade de Espaços Verdes			1							Licenciatura	1	
Competência 5 Actividade: Operacional										10	Escolaridade mínima obrigatória	10	
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	0	0	10		11	
Competência 5 Actividade: Chefia Operacional	Subunidade de Higiene e Limpeza Pública			1					1		Escolaridade mínima obrigatória	2	
Competência 5 Actividade: Operacional										11	Escolaridade mínima obrigatória	11	
<i>Subtotal</i>		0	0	1	0	0	0	0	1	11		13	
Total		0	0	3	0	0	0	1	1	21		26	
Totais gerais		1	2	12	0	0	1	8	2	54		80	

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Estrutura de mapa de pessoal da Câmara Municipal de Estarreja									Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	Observações
		Director de Departamento	Chefe de divisão	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional			
Unidade de Desporto													
Competência 1 Actividade: Técnica	Escola Municipal de Desporto			1							Licenciatura em Desporto	1	
Competência 5 Actividade: Administrativa/Operacional									1			1	
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	0	0	1			2	
Competência 2 Actividade: Técnica	Sector de Gestão de Instalações Desportivas			1							Licenciatura em Desporto	1	1 Técnico Superior existente por tempo indeterminado, em comissão de serviço noutra autarquia
Competência 4 Actividade: Técnica/Administrativa								3			12º Ano de Escolaridade + Curso Específico	3	
Competência 5 Actividade: Operacional										13	Escolaridade mínima obrigatória	13	
<i>Subtotal</i>		0	1	0	0	0	3	0	13			17	

Totais gerais

0	2	0	0	0	3	0	14		19
---	---	---	---	---	---	---	----	--	----

Grandes Opções do **Plano e Orçamento 2014**

Município de Estarreja

Este documento é constituído por _____ páginas, aprovado pela Câmara Municipal em Reunião Extraordinária realizada a _____ de Dezembro de 2012 (**deliberação n.º _____/2013**)

Órgão Executivo

A Câmara Municipal

Aprovado pela Assembleia Municipal em sua Reunião realizada a _____ de _____ de 20

Órgão Deliberativo

A Assembleia Municipal